

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**CERÂMICA E ÁREAS FUNCIONAIS:
O CONJUNTO CERÂMICO DO “AMBIENTE AW3 EXTERIOR”
DO CABEÇO DO CRASTO DE S. ROMÃO (SEIA)**

Telma Susana de Oliveira Ribeiro

Tese orientada pelo Prof. Doutor João Carlos de Senna-Martinez, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em ARQUEOLOGIA

2017

«Esta província, que conta nobres e antigas cidades, mar e montanha, grandes cultores do espírito e infatigáveis arroteadores do solo, já foi opulenta, soberba e farta. (...) Cidades, vilas e aldeias estão semeadas de venerandas ruínas, ruínas que prolongam a sua história até os nebulosos tempos, castros, calçadas imperiais, castelos, capelinhas românicas, catedrais góticas, conventos, pelourinhos, solares por uma pá velha. A sua antiga vitalidade riscou fundo no solo. A cada passo as pedras falam. Falam e ergue-se a nuvem doirada de pó em que esvoaça ainda o perfume dos esplendores mortos. O tempo nas Beiras tem sido um semeador de cinzas. Os próprios caminhos, todos à uma, são fitas de cinema rico e variado, mas em que se apagaram as imagens trágicas ou ledas.»

Aquilino Ribeiro, Geografia Sentimental

RESUMO

Este estudo foca-se na análise e interpretação de materiais cerâmicos provenientes de duas camadas de “*lixreira*” do exterior da área de trabalho metalúrgico do Cabeço do Crasto de S. Romão (Seia), representando dois momentos distintos de actividade metalúrgica, em que se verifica uma perda de qualidade, variabilidade tipológica e decorativa da cerâmica do primeiro momento para o segundo, ainda que ambas as amostras se enquadrem dentro da mesma tradição oleira do povoado e do Grupo Baiões/Santa Luzia. Este conjunto revelou, no entanto, a possibilidade de podermos associar algumas tipologias a certas funcionalidades e um cariz mais ritual do que doméstico. Nesse aspecto, destacam-se as decorações “tipo Baiões” que surgem geralmente em contextos excepcionais de vários povoados dentro e fora da Beira Alta, apresentando-se assim estas cerâmicas como um dos elementos do pacote de prestígio destas comunidades em complexificação crescente. Os motivos solares presentes apenas neste povoado e no abrigo do Buraco da Moura de S. Romão deixam-nos também uma possível interpretação para a implantação do povoado em relação com a tradição remota da observação do sol e das estrelas sobre o contorno da Serra da Estrela. Através da análise comparativa pudemos ainda apurar os vários contactos culturais inter-regionais deste povoado, nomeadamente com a Beira Interior, mas também com outras regiões mais longínquas que vão desde a Andaluzia à Meseta e ao mundo além-Pirenéus.

PALAVRAS-CHAVE:

Bronze Final; Cabeço do Castro de S. Romão; Grupo Baiões/Santa Luzia; Cerâmica; Beira Alta.

ABSTRACT

This study focus on the analysis and interpretation of ceramic materials that come from two “midden” layers at the exterior of the metallurgic work area of Cabeço do Crasto de S. Romão (Seia), representing two different moments of metallurgic activity, in which we can verify a loss in quality, typological and decorative variability of the pottery from the first moment to the second, even though both samples show the same ceramic tradition of the settlement and of the Baiões/Santa Luzia cultural group. This pottery set revealed, nevertheless, the possibility of associating some types to certain functionalities and that it has a more ritual aspect to it than a domestic one. In such aspect, the “Baiões type” decorations that usually come up in exceptional contexts of various settlements inside and out of Beira Alta region, stand up presenting this pottery as being one of the elements of the “prestige package” of these communities in the process of growing complexification. The “solar/stellar” motifs, present only at this settlement and the rock-shelter of Buraco da Moura de S. Romão, allow us a possible interpretation for the installation of the settlement in connection with the remote tradition of observing the sun and stars over the outline of the Serra da Estrela. Through comparative analysis we could also verify the different inter-regional cultural contacts of this settlement, especially with the Beira Interior region, but also with more distant regions, from Andalusia to the Spanish Meseta and to the world beyond the Pyrenees.

KEYWORDS:

Late Bronze Age; Cabeço do Castro de S. Romão; Baiões/Santa Luzia cultural group; pottery; Beira Alta.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar aqui o meu agradecimento aos que tornaram esta tese uma realidade, apoiando-me nos seus maiores desafios, intelectuais e emocionais. Assim, um obrigada:

Ao meu orientador, Prof. Doutor João Carlos de Senna-Martinez, por todos os conhecimentos que me passou (e o gosto pelos mesmos), todos os conselhos, dedicação e paciência que teve para orientar esta tese. Mas, especialmente, pela amizade e toda a confiança que depositou em mim ao longo de todos estes anos.

À Elsa Luís, com quem partilhei tantas dúvidas e opiniões e que com a sua extraordinária clareza conseguiu sempre devolver-me a motivação. Obrigada por todas as aventuras por terras transmontanas, por todas as confidências e momentos de enofilia, no fundo, por uma amizade que me foi imprescindível durante estes últimos anos.

Ao Dr. Fábio Silva, pelo tempo que dedicou a decifrar orientações de estrelas e antes para uma “desconhecida”, com tanta prontidão e apesar das limitações temporais.

À Prof.^a Doutora Mariana Diniz e ao Prof. Doutor João Pedro Cunha-Ribeiro, pelo tempo que dedicaram a resolver os problemas burocráticos de última hora desta tese.

Aos amigos que a Arqueologia me ofereceu: à Catarina, Cátia, Arlette e Margarida, pela vossa preciosa amizade, por partilharem comigo tantas risadas e anseios, por todo o apoio durante este percurso académico. À Associação Terras Quentes, na pessoa do Dr. Carlos Mendes, e restante malta da Fraga dos Corvos, por me fazerem sempre sentir em casa e entre família, incluindo um agradecimento ao Pedro pela bibliografia e discussões sobre “vicissitudes arqueológicas” e caminhos das Beiras. Às minhas “guerreiras pré-históricas” da Lapa do Lobo, por todas as brincadeiras e compreensão.

À minha “Louise”, por continuar ao meu lado ao longo de tantos anos, mesmo quando a arqueologia lhe “rouba” a amiga. À minha “priminha”, que apesar da constante distância esteve sempre presente e que sempre cuidou de mim. To Marzia, for helping me with the italian bibliography but mostly for always keeping “that star twinkling” for me. To Joni, for being an inspiration and always believing in me, for making me “see”. To Loriane, for helping with my poor french and for all “the days we’ll never forget”. À D. Helena e Sr. Zé, que tanto carinho e apoio me têm dado.

Aos meus pais por todos os sacrifícios, por me darem esta oportunidade.

Por fim, a todos aqueles que, mesmo sem saberem, foram ao longo de todo este percurso a minha grande inspiração e que me deram forças para continuar a lutar pelos meus objectivos...

ÍNDICE

Introdução	6
Enquadramento Geográfico	8
O Mundo Baiões/Santa Luzia e a investigação do Bronze Final da Beira Alta	17
A história da investigação	17
O estado actual dos conhecimentos e as suas várias problemáticas	20
O sítio do Cabeço do Crasto de S. Romão	47
Descoberta do sítio e intervenções arqueológicas efectuadas	47
A ocupação do Bronze Final	49
A “área de trabalho metalúrgico” e o contexto estudado	55
O conjunto cerâmico do “Ambiente AW3 exterior”: U.E.s [87] e [88]	58
Metodologia aplicada	58
Os resultados obtidos	63
A produção tecnológica	91
Discussão e Interpretação do conjunto estudado: do local ao supra-regional	98
O conjunto em relação com a “área de metalurgia”	99
O conjunto no Grupo Baiões/Santa Luzia e seus contactos culturais	108
Considerações Finais	125
Bibliografia	127
Anexos	144
Cartografia	144
Plantas	147
Tabelas	150
Gráficos	155
Estampas	173
Fotografias (parte em versão digital)	195
Inventário (apenas na versão digital)	

INTRODUÇÃO

O Grupo Baiões/Santa Luzia é um dos grupos culturais mais debatidos e, para nós, mais fascinantes do Bronze Final peninsular. Muito já se conhece a seu respeito, mas mais são as perguntas do que as respostas. Como tal, foi-nos dada a oportunidade de estudar um dos sítios mais investigados desse mundo, o Cabeço do Crasto de S. Romão, com o intuito de complementar os conhecimentos sobre algumas das suas realidades. Os objectivos iniciais seriam outros, mas devido a limitações temporais e logísticas acabámos por cingir-nos a um contexto muito particular. O trabalho que agora se apresenta baseia-se então no estudo das cerâmicas que compõe duas Unidades Estratigráficas do “Ambiente AW3 exterior”, ou seja, do lado exterior da área de metalurgia desse sítio. Para tal pensámos e aplicámos uma metodologia própria aos nossos objectivos e organizámos o texto na seguinte lógica:

Porque o ambiente geográfico em que o ser-humano vive tem sempre um papel definidor no seu comportamento e desenvolvimento, cremos ser indispensável ao arqueólogo a caracterização e interpretação desse meio natural. Assim, a primeira parte deste trabalho prende-se com uma descrição geográfica da região em que se identifica o Grupo Baiões/Santa Luzia, ou seja, *grosso modo* a Beira Alta, com especial incidência na área de implantação do sítio aqui em estudo.

A segunda parte conta-nos as principais fases da história das investigações do Bronze Final da Beira Alta que permitiram a demarcação do Grupo Baiões/Santa Luzia, grupo cultural sobre o qual apresentamos ainda uma síntese dos dados, problemáticas e possíveis interpretações, para que possamos integrar o sítio no seu ambiente cultural.

Concentrando-nos já no Crasto de S. Romão, o capítulo seguinte pretende fazer uma introdução ao sítio com a história da sua descoberta e escavações efectuadas e a apresentação dos resultados dessas investigações referentes à ocupação do Bronze Final. Focamo-nos ainda na “área de prática metalúrgica” para a contextualização do conjunto em estudo.

É no capítulo que se segue que o conjunto cerâmico é então submetido a análise. Começamos por apresentar os critérios metodológicos aplicados, seguindo-se os resultados obtidos a nível de tipologias, pastas, decorações, elementos de preensão e

bases, a partir dos quais caracterizamos a produção tecnológica e funcionalidades das cerâmicas que compõe este conjunto.

Após essa exposição resta-nos considerar e interpretar os dados à luz de tudo o que já se apresentou. Tal passa pelo enquadramento do conjunto estudado nos seus vários contextos, desde o mais localizado – a “área de metalurgia” – ao mais abrangente – rede de contactos do mundo Baiões/Santa Luzia, através de uma análise comparativa.

Este é, portanto, um trabalho que, mesmo com a consciência de todas as suas limitações e problemáticas e a necessidade de outras abordagens, procura essencialmente perceber de que forma a cerâmica poderá reflectir a área funcional a que está associada e, dessa maneira, fazer uma aproximação ao comportamento humano – social, económico, simbólico, etc. – relativamente a essa actividade e ainda compreender estas amostras na diacronia e tradição oleira do sítio e no âmbito da rede de contactos culturais em que o Castro de S. Romão se inseria.

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O primeiro passo para compreender a implantação das comunidades num território e a forma como estas se adaptam ao mesmo é perceber que condicionalismos, garantias de subsistência e potencialidades político-económicas (e até simbólico-religiosas) esse território terá representado, ao longo do tempo, para as várias comunidades que nele se instalaram. Para tal é necessário conhecer a topografia, a hidrografia, a geologia, a fauna, a flora e outros recursos disponíveis, ou seja, a paisagem desse território.

Sabemos, porém, que «*First, human life is a process that involves the passage of time. Second, this life-process is also the process of formation of the landscapes in which people have lived*» (INGOLD, 1993, p.152). O que vemos hoje não será o mesmo que as comunidades antigas viam. A paisagem muda ao longo do tempo, altera-se em si própria e na mentalidade de quem a observa. É uma paisagem dinâmica, que é percorrida, explorada e à qual se atribuem símbolos. É por isso necessário um cruzamento de dados actuais com dados antigos e diferentes formas de análise territorial para conseguir uma aproximação à paisagem antiga de modo a que possa ser interpretado o seu significado e influência nas comunidades antigas. A interpretação da paisagem actual é também importante para compreender factores pós-deposicionais.

Quando falamos de comunidades pré-históricas só com certos estudos paleoecológicos podemos ter uma verdadeira noção do meio-ambiente que as envolvia, mas o princípio de que uma comunidade se tenta instalar no lugar mais rentável que encontrar – onde existam melhores condições climáticas, onde os solos sejam mais férteis, onde a morfologia do terreno seja mais estratégica e onde os recursos naturais estejam mais acessíveis, *etc.* – não pode ser assumido como determinante, até porque a disponibilidade e acesso aos recursos não indica que estes tenham sido todos explorados. Dependeria da necessidade e tecnologia dessas comunidades. Ainda assim, muitos deles seriam essenciais para a sua sobrevivência.

Para compreender um povoado como o do Crasto de S. Romão é, portanto, fundamental reconstituir a paisagem de toda a região em que este se insere. A Beira Alta é uma região de claros limites geomorfológicos e de características comuns ao seu território que é habitada desde, pelo menos, os inícios do Neolítico. Apesar disso, temos a noção de que os limites geográficos de uma região definida em tempos modernos não podem ser tomados como os limites físicos de uma cultura antiga. Aspectos políticos,

económicos, simbólicos e ideológicos – muitas vezes difíceis de desvendar – devem entrar na equação, o que não torna este um exercício fácil e objectivo. Podemos apenas tentar esboçar fronteiras para uma área que, naturalmente, terá tido vários significados para as sociedades do final da Idade Bronze que, por sua vez, a terão explorado e marcado.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ADMINISTRATIVA

O Cabeço do Crasto de S. Romão localiza-se na Freguesia de São Romão, Concelho de Seia, Distrito da Guarda, entre as povoações da Senhora do Desterro (a Norte), e da Lapa dos Dinheiros (a Sudoeste), num cabeço da vertente Noroeste da Serra da Estrela. As suas coordenadas geográficas centrais são de 40° 23' 25'' N/7° 42' 0,25'' O, 236.650/380.250 GAUSS, segundo a Folha 212 da Carta Militar Portuguesa de 1983, na escala de 1:25000 (MAPA 3). A sua cota máxima é de 888m, no centro da elevação Este, sendo a plataforma Oeste ligeiramente mais baixa.

O sítio enquadra-se, portanto, na região da Beira Alta, área que se situa no centro-norte de Portugal actual, sendo limitada segundo a Divisão Administrativa de 1936 a Sul pela Cordilheira Central; a Ocidente pelo Maciço Marginal, ou seja, a Beira Litoral; a Oriente pela fronteira com Espanha; e a Norte pelos interflúvios do Douro que a separam de Trás-os-Montes (REPREZAS, 2010, p.12). Na actualidade, corresponde ao distrito de Viseu e a alguns concelhos do distrito da Guarda. No entanto, enquanto alguns concelhos de “fronteira” não apresentam ainda resultados de investigações, outros como a Guarda e o Sabugal são incluídos no estudo de outras áreas regionais, neste caso, da Beira Interior (VILAÇA, 1995a). Assim, a área que se propõe neste estudo limita-se a um território central da Beira Alta que corresponde, grosso modo, ao que Orlando Ribeiro (1986, p.188-189) define como “Planaltos da Beira Alta”.

GEOMORFOLOGIA

A Beira Alta assenta sobre o Maciço Hespérico e a sua extensão pode dividir-se em diversas realidades morfológicas. A Oriente apresentam-se os planaltos da Guarda, em ligação à superfície plana da Meseta e às bacias do Côa e Douro (CANHA, 2002, p.11); no centro, as serras planálticas como a Nave, Santa Helena e Lapa, recortadas pelos vales do Vouga, Paiva e Távora (*IDEM*); a Ocidente, os sopés das serras do Montemuro, Gralheira

e Caramulo, banhados pelo médio Vouga (*IDEM*); e a Sul, a plataforma do Mondego, incluindo a área Noroeste da Serra da Estrela e com ligação à bacia do Zêzere (PEDRO, 1995, p.7).

O Castro de S. Romão localiza-se numa elevação do maciço da Estrela, a cadeia montanhosa que consiste na parte ocidental da Cordilheira Central. A Serra da Estrela, dá-nos testemunhos das glaciações e é marcada por vários vales, picos e planaltos, sendo o mais alto no local da Torre, com 1993m de altitude, e funciona como um separador natural do território português, entre a Beira Alta a Norte e a Beira Baixa a Sul. A estratégia de implantação do povoado torna-se, então, evidente pelo completo controlo de paisagem, alcançando as várias serras que marcam a região e tendo assim também perfeita visibilidade sobre a bacia do Mondego (SENNA-MARTINEZ, 1995a, p.61).

A Serra da Estrela é marcada por grandes formações graníticas, sendo a região da Beira Alta geologicamente constituída por uma maioria de granitos porfiroides de grão grosseiro de idade hercínica que se cruzam com o complexo xisto-grauváquico anteorovício das Beiras – que atravessa a elevação Este de CSR – e que integra filões de quartzo e quartzito (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.189; PEDRO, 1995, p.6). Com a erosão destas rochas os solos tornam-se muito delgados ou completamente ausentes ao mesmo tempo que são formadas areias que são transportadas e que se acumulam formando zonas eluviais. Da mesma forma são criados também terrenos de argila, barro e saibro (SARAIVA, 2013, p.21).

Os solos são, portanto, maioritariamente ácidos e por isso considerados cambissolos húmicos, de classe C+D ou E, o que dificulta a preservação de materiais arqueológicos orgânicos e o desenvolvimento agrícola (SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1995, p.50; CANHA, 2002, p.23). Ainda assim, algumas áreas, nomeadamente as próximas de linhas de água, conseguem ser relativamente férteis.

A exploração do granito tem sido das actividades industriais mais significativas na região ao longo dos tempos, sendo explorado em diversos pontos da Beira Alta. É usado essencialmente como material de construção, tal como na antiguidade. A região é também rica em recursos minerais, com minas e depósitos aluviais de cassiterite, ouro, volframite e urânio que foram fortemente explorados durante as duas *Grandes Guerras* (CANHA, 2002, p.24; PEDRO, 1995, p.9; SARAIVA, 2013, p.23). Exemplo disso são as Minas do Círio, que exploraram volfrâmio e estanho na 2ª Guerra Mundial e que se encontram

apenas a 6 km de CSR. A exploração de alguns destes minerais, nomeadamente do estanho, teve especial importância na região durante a antiguidade, pelo menos desde os inícios da Idade do Bronze. Segundo Ivone Pedro (1995, p.9) a maior concentração de povoados proto-históricos dá-se precisamente nos locais mais ricos nestes minerais. O cobre, que se concentra no Sul do território peninsular, é tradicionalmente visto como exógeno à Beira Alta, mas, segundo Senna-Martinez (2013b, p.9), este metal existe «(...) *um pouco por toda a Península Ibérica, pelo menos potencialmente utilizável à pequena escala do Calcolítico e Idade do Bronze*», sendo inclusive conhecidas ocorrências de cobre em Mangualde (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, p.412).

HIDROGRAFIA

A Beira Alta é berço e ponto de passagem de diversos rios e outros cursos de água. Destacam-se o rio Mondego, com nascente aos 1425m de altitude da Serra da Estrela e os seus afluentes Dão e Alva; o rio Vouga, com nascente na Serra da Lapa; e os rios Távora e Paiva, afluentes do Douro, o primeiro nascido em Trancoso e o segundo na Serra de Leomil. Os seus vales representam passagens naturais na paisagem para Norte e Oeste (IDEM, p.411). O Vouga seria navegável até 20km antes do povoado de Baiões até ao séc. XIX (FIGUEIREDO *et al.*, 2010b, p.1624).

Na Serra da Estrela brotam diversas nascentes que se juntam às bacias hidrográficas dos rios Mondego e Zêzere (afluente do Tejo), que são alimentadas pelo descongelamento das acumulações de neve e pela precipitação, descendo em linhas de grande declive e gerando fortes efeitos erosivos, criando assim diversos poços e galerias de água ao longo da serra, como as lagoas (SARAIVA, 2013, p.23; SENNA-MARTINEZ, 1989, p.189). A Serra da Estrela é, assim, o maior reservatório hídrico da região. O caudal dos rios vai-se alterando significativamente ao longo do ano, sendo bastante forte no Outono e Primavera devido às chuvas e degelos de neve e mais pequeno no Inverno e Verão (SARAIVA, 2013, p.22). A grande impermeabilidade dos granitos reforça estes fenómenos. O Crasto de S. Romão é circundado pelo rio Alva que converge com a ribeira da Caniça a Norte do cabeço (SARMENTO, 1990, p.7).

A hidrografia da região é, portanto, bastante rica, oferecendo uma grande série de recursos aquíferos. Actualmente é engarrafada e comercializada a água mineral da serra e explorada a energia eléctrica gerada pela força da água, através de várias barragens

artificiais e estações hidroelétricas cujas construções poderão ter afectado vestígios arqueológicos, como sucedeu no Crasto de S. Romão. A água é também naturalmente usada para regar os campos e consumida pelas populações locais, sendo manipulada por levadas e extraída por furos de captação de água, poços e minas.

CLIMA

Por se localizar no interior do centro-norte de Portugal, esta região é caracterizada por um clima continental que sofre influências dos ventos atlânticos e que é fortemente determinado pelas grandes diferenças de relevo que marcam este território. Desta forma, a Cordilheira Central funciona como ponto de encontro e, ao mesmo tempo, divisória, de três grandes áreas climáticas: a do Interior Continental, a do Noroeste Atlântico e a do Sul Mediterrânico (RIBEIRO, 1986; JANSSEN, 1985, p.66).

No geral, os Invernos da Beira Alta costumam ser mais longos e rigorosos, caracterizados por um frio seco, grandes amplitudes térmicas, forte precipitação, muito nevoeiro e, nas zonas de maior altitude, queda de neve e geadas (SARAIVA, 2013, p.18; CANHA, 2002, p.14-15). Os Verões são mais curtos, secos, relativamente quentes e com forte insolação (SARAIVA, 2013, p.18; CANHA, 2002, p.15). Primaveras e Outonos são mais amenos e húmidos. Os níveis de precipitação anual da região são relativamente altos, muito devido ao facto de serem sob a forma de “chuva de relevo”, atingindo níveis entre os 1000mm e os 3000mm, consoante a altitude (REPREZAS, 2010, p.12; SARAIVA, 2013, p.18).

Segundo Jessica Reprezas (2010, p.14) o clima durante o Bronze Final terá sido favorável à ocupação humana. Análises polínicas testemunham no Bronze Final da região espécies vegetais que se desenvolvem em climas mais quentes, o que vai de encontro a essa teoria (LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2000, p.173).

FLORA

A região da Beira Alta terá tido, ao longo dos últimos séculos, uma floresta temperada, maioritariamente de carvalhos (*Quercus pyrenaica*), vidoeiros (*Betula*) e pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, p.407). Hoje é marcada principalmente por este último, mas verificam-se também o castanheiro (*Castanea sativa*), o pinheiro-

manso (*Pinus pinea*), o carvalho roble (*Quercus robur*), o amieiro (*Alnus glutinosa*), o salgueiro (*Salix*) e o teixo (*Taxus baccata*), entre outros (REPREZAS, 2010, p.13; CANHA, 2002, p.17-18; JANSSEN e WOLDRINGH, 1981, p.302; LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2000, p.163-164). Em grandes altitudes, onde o delgado substrato granítico e os abundantes afloramentos impedem o crescimento de grande vegetação, existe pouco arvoredo, sendo a paisagem dominada por espécies arbustivas e rasteiras como a giesta (*Cystisus scoparius*), a giesta-branca (*Cytisus multiflorus*), a urze (*Erica arborea*), a urgueira (*Erica australis*), o tojo (*Ulex europaeus*), o zimbro (*Juniperus communis*), o azevinho (*Ilex aquifolium*) e a carqueja (*Pterospartum tridentatum*) (CANHA, 2002, p.17; LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2000, p.164). Nas zonas mais baixas os campos são aproveitados para exploração agrícola e para o cultivo de oliveiras (*Olea europaea*), de vinhas (*Vitis vinífera*), de milho (*Zea mays*), de noqueiras (*Juglans regia*), da batata (*Solanum tuberosum*) e várias árvores de fruto (SARAIVA, 2013, p.21, JANSSEN e WOLDRINGH, 1981, p.302; CANHA, 2002, p.17). Já nas zonas serranas, onde os acessos são mais difíceis e os solos menos férteis, faz-se o cultivo de cereais, sobretudo do centeio. Por toda a região brotam também diversas espécies de cogumelos (reino *Fungi*), hoje bastante procurados e que poderiam também ter tido um importante papel na dieta humana durante a Pré-História recente.

A flora é, portanto, fortemente determinada pela altitude e pelo clima. Na serra da Estrela a paisagem vegetal é mais diversa, alterando-se significativamente ao longo da altitude da serra, tendo sido diferenciados 3 andares termoclimáticos de vegetação. O CSR encontra-se ainda dentro do primeiro andar, de influência mediterrânica, onde predominam o pinheiro, a azinheira (*Quercus ilex*) e o azereiro (*Prunus lusitânica*) e onde há uma maior exploração agrícola (SARAIVA, 2013, p.21).

Quanto ao Bronze Final dependemos dos perfis palinológicos analisados nas turfeiras da Serra da Estrela e em Canedotes para desenhar a paisagem vegetal da Beira Alta. O que os resultados dessas análises nos dizem é que o género mais abundante era o *Quercus*: maioritariamente o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), em altitudes acima dos 600-800m, mas também o carvalho-roble (*Quercus robur*) em altitudes mais baixas e, mais residualmente, o sobreiro (*Quercus suber*) e a azinheira (*Quercus ilex*) (JANSSEN e WOLDRINGH, 1981, p.305; JANSSEN, 1985, p.68; SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, p.411; LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2000, p.173). A recollecção da bolota produzida pelo carvalho terá sido parte essencial da economia alimentar das populações locais durante a Pré-História recente, como comprovam as bolotas torradas encontradas em diversos povoados de entre

o Neolítico e o Bronze Final (SENNA-MARTINEZ, 2007a, p.23). O castanheiro (*Castanea sativa*), hoje uma árvore muito relevante cultural e economicamente na região, também já estaria presente permitindo a sua eventual exploração durante o Bronze Final (LÓPEZ SÁEZ e CRUZ, 2002, p.13).

Estavam também presentes, em menor escala, o vidoeiro (*Betula*), o pinheiro (*Pinus sylvestris*), o amieiro (*Alnus glutinosa*), o zimbro (*Juniperus*) e, destacando-se entre as espécies arbustivas os cistos (*Cistus t.*) e, principalmente, as urzes (*Ericaceae*) (JANSSEN e WOLDRINGH, 1981, p.305; JANSSEN, 1985, p.68; LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2000, p.174). Mas a paisagem do Bronze Final é também marcada por um grande impacto antrópico. Os dados demonstram uma grande desflorestação com base em incêndios (provavelmente, fogo-posto) o que terá resultado numa paisagem aberta, de gramíneas e arbustos, com poucos arvoredos, dando, assim, espaço para a pastorícia e agricultura se expandirem (DAVEAU, 1988, p.108; LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2000, p.173; SENNA-MARTINEZ e VENTURA, 1999, p.14). Há também testemunhos de cereais e leguminosas, como o centeio (*Secale cereale*), a cevada (*hordeum vulgare L.*), o trigo (*triticum compactum*), o milho miúdo (*panicum miliaceum L.*), a ervilha (*pisum sativum L.*) e a fava (*vicia faba L. ssp. Minor*), que estão bem comprovados no povoado de Baiões (LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2000, p.179; SILVA, 1976, p.6-7). A flora e sua desflorestação terão também permitido a recolha de elementos vegetais, nomeadamente da madeira, que terá sido usada na construção das habitações (BETTENCOURT, 1999, p.1130).

FAUNA

Igualmente rica é a fauna da Beira Alta, especialmente a da Serra da Estrela que é nutrida pela diversidade de ecossistemas e resguardada da acção do Homem. Conhecem-se cerca de 2350 espécies animais, especialmente de invertebrados, algumas exclusivas da própria serra (CISE, p.1).

Entre as diferentes aves que habitam a região destacam-se a águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), o milhafre-preto (*Milvus migrans*), o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), o corvo (*Corvus corax*), a coruja (*Strix aluco* e *Tyto alba*), o mocho-real (*Bubo bubo*), o gaio (*Garrulus glandarius*), o cuco (*Cuculus canorus*), a perdiz (*Alectoris Rufa*), a codorniz (*Coturnix coturnix*), o pardal-francês (*Petronia petronia*), a pega-rabuda (*Pica pica*), o mergulhão-de-crista (*Podiceps cristatus*) e o pato-bravo (*Anas boschas*). Mais

predominantes e restritos à Serra da Estrela são a sombria (*Emberiza hortulana*), a ferreirinha-alpina (*Prunella collaris*), a petinha-dos-campos (*Anthus campestris*), o melro-das-rochas (*Monticola saxatilis*), o chasco-cinzento (*Oenanthe oenanthe*) e, ocasionalmente, o abutre-negro (*Aegypius monachus*), entre outros (CISE, p.2).

Entre os peixes conhecem-se a enguia (*Anguilla anguilla*), a truta-de-rio (*Salmo trutta fario*), o barbo (*Barbus bocagei*), o ruivaco (*Rutilus macrolepidotus*) e a boga (*Chondrostoma polylepis*), tendo sido introduzidos recentemente nas barragens o escalado-norte (*Leuciscus carolitertii*) e a truta-arco-íris (*Oncorhynchus mykiss*) para fins de pesca (CISE, p.1; CANHA, 2002, p.16; LÓPEZ SÁEZ e CRUZ, 2002-2003, p.60). Entre os répteis e anfíbios destacam-se o sapo comum (*Bufo bufo*), o sapo-parteiro-ibérico (*Alytes cisternasii*), a rela (*Hyla arborea*), a rã-ibérica (*Rana iberica*), a lagartixa ibérica (*Podarcis hispanica*), a lagartixa-de-montanha (*Iberolacerta monticola monticola*), a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) e a víbora (*Vipera seoanei*) e víbora-cornuda (*Vipera latastei*) (CANHA, 2002, p.16; CISE, p.1). Dos típicos insectos destaca-se a abelha (*Anthophila*) pelo mel que produz, que é hoje bastante explorado e que poderá também ter sido aproveitado na Idade do Bronze da região, tal como parece ter acontecido no Minho, no povoado de S. Julião (BETTENCOURT, 1999, p.1124).

Relativamente aos mamíferos, algumas das espécies que seriam mais típicas da região estão hoje em risco de extinção, como é o caso do lobo (*Canis lupus*), do lince-ibérico (*Lynx pardinus*) e do corço (*Capreolus capreolus*), outras completamente extintas, como é o caso do urso (*Ursidae*) (CANHA, 2002, p.16; CISE, p.2). Por outro lado, outras espécies continuam relativamente bem representadas, como o gato-bravo (*Felis silvestris*), a raposa (*Vulpus vulpes*), o javali (*Sus scrofa*), o texugo (*Meles meles*), a lebre (*Lepus capensis*), o coelho (*Oryctolagus cuniculus*), a toupeira (*Talpa occidentalis*), o esquilo (*Sciurus vulgaris*), o morcego (ordem *Quiroptera*, diversas espécies), a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), o musaranho-de-água (*Neomys anomalus*) e a lontra (*Lutra lutra*) (CANHA, 2002, p.16; CISE, p.2). Várias espécies como o coelho, a lebre, o javali, a perdiz e a codorniz são procurados para a caça.

Vestígios ósseos animais do Buraco da Moura de S. Romão comprovaram que já no Bronze Pleno se encontravam na Serra da Estrela o javali, o gato-bravo, o coelho e o entretanto extinto na região veado-vermelho (*Cervus Elaphus*) (CARDOSO, SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1998). Entre estes, estavam também presentes a ovelha (*Ovis aries*) e a vaca (*Bos taurus*) (*IDEM*) que, juntamente com a cabra (*Capra hircus*), marcam hoje

as paisagens serranas da Beira Alta. A pastorícia terá sido uma actividade bastante relevante desde tempos remotos, tendo a Beira Alta diversos pontos e vias de transumância conhecidos, especialmente na Serra da Estrela. A partir da criação de gado consegue-se além da carne o uso das peles para vestuário e também a extração do leite e, conseqüentemente, o fabrico de derivados como o queijo que é hoje uma grande fonte económica e um símbolo da região. O gado bovino oferece ainda a força de tracção e um óptimo estrume (CANHA, 2002, p.20). As ovelhas permitem também explorar a lã tosquiada que é hoje fortemente industrializada (SARAIVA, 2013, p.24).

Também o cavalo (*Equus*) poderia ser criado visto que este já seria domesticado e montado na pré-história¹. O gado teria, portanto, um papel fundamental na vida das comunidades pré-históricas, podendo até, como apontam López Sáez *et al.* (2000, p.179), «*Alguns animais [ser] também elemento relevante nas cerimónias de carácter simbólico*». A Serra da Estrela tem ainda a sua própria raça de cão (*Canis familiaris*), conhecida como “cão da Serra da Estrela” que terá ajudado a defender os rebanhos desde tempos também remotos, sendo referida como uma das raças caninas mais antigas da península e que é hoje mais um dos símbolos da serra.

¹ A domesticação do cavalo na Península Ibérica parece remontar, pelo menos, ao Calcolítico (DRIESCH e BOESSNECK, 1981). A sua existência está testemunhada por um pendente com uma cabeça de cavalo gravado de níveis do Bronze Médio da Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros (SENNA-MARTINEZ e CARDOSO, 2010). O montar do cavalo está também documentado pelo estudo dos esqueletos da sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) cujos membros inferiores testemunham o esforço físico e repetido de montar a cavalo (VILAÇA e CUNHA, 2005, p.51-52). No depósito de Baiões surge também uma peça que poderá ser interpretada como pico ou *stimulus* (SILVA, SILVA e LOPES., 1984, Est.IX-5), usados na montada de cavalo (VILAÇA, 2007a, p.143).

O MUNDO BAIÕES/SANTA LUZIA

E A INVESTIGAÇÃO DO BRONZE FINAL DA BEIRA ALTA

A HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

Foi com monumentos megalíticos, inscrições em língua lusitana, arte rupestre e sítios e vestígios romanos que desde cedo vários investigadores nacionais e estrangeiros se interessaram pelo passado da Beira Alta. Porém, até meados do séc. XX os conhecimentos relativamente à Idade do Bronze eram escassos e contestáveis, baseando-se essencialmente, como em outras regiões, em achados isolados, prospecções de campo e em notas preliminares de escavações que eram muitas vezes realizadas sem método, com registos débeis e raramente com a publicação dos seus resultados (SENNA-MARTINEZ, 2002, p.103). Quanto aos poucos sítios que se conheciam, esses eram inevitavelmente tomados como citânias ou castros de cultura castreja, muito no seguimento dos ideais nacionalistas dum tempo em que se promovia as origens lusitanas de Portugal.

Os primórdios das investigações remontam aos finais do séc. XIX, quando em 1881 o investigador Martins Sarmiento concretizou uma expedição científica à Serra da Estrela e aí identificou alguns povoados e artefactos do Bronze Final, entre eles o CSR. Durante as décadas seguintes as poucas investigações realizadas na região foram sendo publicadas em periódicos como *O Archeólogo Português* e *Portvgália* e deveram-se, na sua grande maioria, ao ilustre arqueólogo beirão José Leite de Vasconcelos. Já entre as décadas de 20 e 40 as descobertas e investigações foram protagonizadas por outra erudita figura beirã dos inícios do séc. XX, o professor e arqueólogo José Coelho, que concentrou as suas investigações na História Antiga e Pré-História recente da Beira Alta. José Coelho terá sido o primeiro a realizar grandes investigações, tendo descoberto, escavado e registado metodologicamente importantes sítios da Idade do Bronze, como a necrópole do Paranho, publicando ainda diversos artefactos do mesmo período e contribuindo assim para o estudo da Idade do Bronze peninsular. Na década de 50 os estudos foram protagonizados essencialmente por Castro Nunes que identificou no terreno outros sítios e publicou sobre alguns artefactos metálicos do Bronze Final (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.19). Por essa altura o casal de arqueólogos Leisner e o investigador Leonel Ribeiro percorreram também a Beira Alta a escavar monumentos megalíticos, deixando os *cairns*, cistas e reutilizações dos dólmenes do Bronze Final muitas vezes fora das suas publicações (KALB, 1994, p.416).

Durante várias décadas, portanto, poucas foram as escavações e publicações e muitos foram os achados isolados. Os artefactos eram na sua maioria metálicos, encontrando-se em contextos de depósitos votivos, às vezes funerários, raramente habitacionais, e a sua caracterização tipológica feita segundo ideias evolucionistas, difusionistas e empiristas, como assinala Ana Bettencourt (1998, p.27), que apenas permitiam uma comparação tipológico-cronológica destes com outros artefactos encontrados pela restante Europa e levavam, assim, à criação de hipotéticas relações culturais e balizas cronológicas sem qualquer outro fundamento. Nasceu assim o conceito de *Bronze Atlântico*, criado por Santa Olalla baseando-se apenas na tipologia dos objectos metálicos e na sua expansão pelas áreas próximas deste oceano, ricas em minérios e com capacidades de navegação, opondo-se ao *Bronze Mediterrânico*, mais tardio (KALB, 1980, p.113; BETTENCOURT, 1998, p.21). Durante muito tempo este conceito impôs-se na bibliografia, servindo como base para diversas divisões cronológicas da Idade do Bronze, que foram sendo constantemente revistas e alteradas por diversos autores, e gerando vários “horizontes” culturais por toda a Europa, como é o caso do *Horizonte Baiões/Vénat* que associa a metalurgia da Beira Alta (representada pelo conjunto da Senhora da Guia de Baiões) à data do depósito francês.

No entanto, com as novas correntes arqueológicas, nomeadamente a Nova Arqueologia e a Arqueologia Processual, a leitura histórico-culturalista das realidades arqueológicas transformou-se numa arqueologia contextual, mais científica e interdisciplinar, onde a Etnoarqueologia, os estudos paleobotânicos, paleoeconómicos, arqueozoológicos, geoarqueológicos, entre outros, e o estudo de todos os artefactos – e não apenas os metálicos – e respectivos contextos se tornaram essenciais para a reconstituição dos sistemas ideológicos e económico-sociais das comunidades antigas. Foi desta forma que na década de 70, investigadores como Monsenhor Celso Tavares da Silva, Alberto Correia, J. L. Inês Vaz, Philine Kalb e Armando Coelho Ferreira da Silva começaram a escavar povoados como os castros de Santa Luzia (SILVA, CORREIA e VAZ, 1984; 1985; 1986) e de Senhora da Guia de Baiões (KALB, 1979; SILVA, 1979) e necrópoles como a da Fonte da Malga (KALB, 1994). Especialmente importante foi o desenvolvimento e a generalização das datações por radiocarbono e a calibração das suas datas, que revolucionaram as cronologias para a Idade do Bronze e suas realidades regionais e geraram um estudo mais empírico das realidades peninsulares (GILMAN, 2003, p.10).

Assim, nas últimas décadas o *Bronze Atlântico* voltou a ser muito discutido², revelando-se um tema ambíguo. Como Raquel Vilaça (1995a, p.33) aponta, ao recorrer apenas aos artefactos metálicos na caracterização de um grupo cultural está-se a recorrer a objectos de prestígio que, além de terem um longo tempo de vida, seriam objectos aos quais só uma pequena parte da sociedade teria acesso o que, automaticamente, não pode servir para caracterizar todo um grupo social. A mesma autora destaca também o facto de as mudanças na tecnologia e tipologias dos artefactos não necessariamente equivalerem a mudanças de nível cultural, social ou económico (VILAÇA, 1995a, p.33). Assim, como Senna-Martinez (2005, p.906) coloca, o Bronze Atlântico é hoje um conceito que «(...) *perdeu muita da sua operacionalidade (...)*».

Nas décadas de 80 e 90 verificou-se um *boom* de investigações no país que resultou na escavação e divulgação de uma série de outros sítios e monumentos do Bronze Final da Beira Alta. Adoptando as novas correntes arqueológicas e o novo método de escavação de *Open Area* (ou *Barker-Harris*), em 1982 o Programa de Estudo Arqueológico da Bacia do Médio e Alto Mondego (PEABMAM) (SENNA-MARTINEZ, GUERRA e FABIÃO, 1986, p.1-4; SENNA-MARTINEZ, 1993b) propôs-se a estudar as estratégias de povoamento e exploração de recursos na região alta e média da bacia do Mondego, desde a Pré-História Recente ao Período Romano, cujos resultados foram levados ao *Simpósio de Mação* em 1988. Em 1991 foi criado o *Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta* (CRUZ, 1993) e, um ano depois, a *Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego* (EAM) (SENNA-MARTINEZ, 1993b), tendo o primeiro iniciado em 1993 um novo projecto dedicado ao estudo das práticas funerárias da região, em especial do Bronze Final, avaliando necrópoles já identificadas, procurando novas e estudando também a arte rupestre e habitats (VILAÇA e CRUZ, 1999). Destacam-se, assim, os trabalhos de Senna-Martinez em sítios como o Castro de S. Romão (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.191), o Buraco da Moura de S. Romão (VALERA, SENNA-MARTINEZ e ESTEVINHA, 1989) e o Outeiro dos Castelos de Beijós (SENNA-MARTINEZ e NUNES, 1993), *etc.*, e os trabalhos de Domingos Cruz e seus colegas nas necrópoles da Casinha Derribada (CRUZ, GOMES e CARVALHO, 1998b) e Serra da Muna (CRUZ, GOMES & CARVALHO, 1998a), entre outras. Esta fase de investigações culminou na realização da exposição *Por Terras de Viriato* em 2000/2001 sobre arqueologia da região de Viseu, onde se divulgaram os novos conhecimentos à comunidade científica e público em geral. Com a entrada no século XXI

² Sobre o assunto, ver *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (JORGE [ed.], 1998)

começou-se também a desenvolver uma série de estudos metalúrgicos. Projectos como o METABRONZE (*Metallurgy and Society in Central Portugal Late Bronze Age*, 2006-2009) procuraram estudar analiticamente os artefactos e outros vestígios da prática metalúrgica antiga, permitindo assim desenvolver os conhecimentos sobre toda a esfera técnica, cultural e social da metalurgia do Bronze Final, desde a sua produção ao seu consumo e circulação, incluindo neste estudo as colecções metálicas de vários sítios da Beira Alta (SENNA-MARTINEZ, 2010, p.14; SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, p.414; ARAÚJO *et al.*, 2013, p.70).

Embora ainda decorram algumas intervenções em contexto de investigação, nos tempos que correm, as investigações na região dão-se, essencialmente, em contexto de emergência ou salvaguarda graças às leis de acompanhamento arqueológico em obras públicas que, apesar das poucas publicações, têm posto a descoberto diversas realidades antigas, especialmente em área urbana.

O ESTADO ACTUAL DOS CONHECIMENTOS E AS SUAS VÁRIAS PROBLEMÁTICAS

A Beira Alta acabou, assim, por revelar características culturais próprias do seu espaço, tornando-se mais uma área regional demarcada do Bronze Final peninsular, traduzindo-se naquele que é conhecido como o Grupo (ou Mundo ou Horizonte) Baiões/Santa Luzia, designação dada por Monsenhor Celso Tavares da Silva em referência aos sítios da Senhora da Guia de Baiões e de Santa Luzia, dois povoados da Beira Alta com ocupações do Bronze Final que apresentavam semelhantes características de implantação e a mesma cultura material.

No entanto, como Raquel Vilaça (2004a, p.2) afirma para a generalidade do centro-norte português do Bronze Final, «*Naturalmente que as diferenças, em termos de implantação, dimensão, organização interna, etc., desses povoados são mais do que as similitudes. Tudo depende da escala de análise de aproximação que queiramos adoptar*». Temos a noção de que os limites geográficos que aplicamos hoje à região da Beira Alta poderiam não ter a mesma relevância cultural que julgamos terem, da mesma forma que os vestígios materiais e as características comuns dos sítios podem não traduzir uma

unidade cultural consciente das comunidades dessa área regional. Um grupo cultural³ é, na verdade, fabricado pelo investigador que constrói critérios de continuidade e de mudança para poder caracterizar uma dada região, numa «(...) *necessidade de arrumação do registo arqueológico (...)*» (BETTENCOURT, 1999, p.995) que pode, no entanto, «(...) *gerar imagens homogeneizantes onde reina a heterogeneidade e a conseqüente construção de modelos que não dão conta da real complexidade das situações em questão*» (VALERA, 2006, p.548).

Ainda assim, o Grupo Baiões/Santa Luzia parece impor-se na bibliografia arqueológica sobre o Bronze Final da Beira Alta (ainda que falar do Bronze Final da Beira Alta não seja necessariamente o mesmo que falar desse Grupo) como um conjunto de sítios numa mesma área geográfica, de características e cultura material comuns, que se traduzem essencialmente no povoamento, metalurgia e cerâmica.

POVOAMENTO E CRONOMETRIA

Conhecem-se cerca de duas dezenas de povoados na Beira Alta datáveis do Bronze Final e integráveis no Grupo Baiões/Santa Luzia, mas apenas cerca de metade foram escavados. É o caso do Castro da Senhora da Guia de Baiões (CSG) (S. Pedro do Sul); do Castro de Santa Luzia (CSL) (Viseu); do Castelo dos Mouros (CMOUR) (Viseu); do Cabeço do Couço (CCOUÇ) (Vouzela); de Canedotes (CAN) (Vila Nova de Paiva); do Outeiro dos Castelos de Beijós (COCB) (Carregal do Sal); de S. Cosme (CSC) (Oliveira do Hospital); do abrigo do Buraco da Moura de São Romão (BMSR) (Seia); e o sítio aqui em estudo, o Cabeço do Crasto de São Romão (CSR) (Seia).

Nos restantes foram apenas realizadas recolhas de superfície: Monte Airoso (MAIR) (Penedono); Senhora das Necessidades (CSN) (Sernancelhe); Senhora do Crasto (Viseu); Cabeço do Cucão de Pedra Cavaleira (CCPC) (Viseu); Malcata (MALC) (Carregal do Sal); Alto da Cavada (Tondela); Castelo de Penalva (Penalva do Castelo); Castro da

³ Como Pedro (1995, p.167) afirmou, «*Não se pode pois, falar de uma unidade cultural, mas sim de uma cultura diversificada com alguns aspectos em comum*». Baseamo-nos, por isso, nas semelhanças que podemos encontrar no registo arqueológico e vemos um grupo cultural como o resultado de uma adaptação regional em que aspectos como a geomorfologia, a hidrografia, os recursos disponíveis, o nível de influências exógenas, as tradições locais e as estratégias de interdependência e de interacção entre as comunidades têm um papel decisivo (JORGE, 1996-1997, p.77).

Senhora do Bom Sucesso (CSBS) (Mangualde); Castro da Senhora do Castelo (CSCAST) (Mangualde); Cabeço Redondo (CRED) (Gouveia); e já fora da Beira Alta mas também aparentemente integrável neste grupo cultural, o Castro da Picota⁴ (Tábua, Coimbra).

Uma revisão da bibliografia desvenda uma série de outros sítios da região, na maioria conhecidos por ocupações da Idade do Ferro e de período romano, que, apesar de pouco investigados/divulgados, têm idêntica implantação e contam também com cerâmicas “tipo Baiões”, podendo assim incluir-se no Grupo Baiões/Santa Luzia. É o caso do Outeiro da Maga (Castro Daire) (PEDRO, 1995, p.14; LOUREIRO, MARQUES e VALINHO, 2006, p.109; VAZ, 1997, p.27); do Castro de Castainça (Viseu) (SENNA-MARTINEZ, 2013a; PEDRO, 1995, p.29); Castro de Paredes Secas (Moimenta da Beira⁵) (VILAÇA, 2008, p.381); Castro da Cárcoda (S. Pedro do Sul) (VAZ, 1997, p.83-86); e o Monte Verão/Pedra Aguda (Guarda) (VILAÇA, SANTOS e GOMES, 2011).

Desta forma, o povoado mais a Sul seria o Castro da Picota, o mais ocidental o Cabeço do Couço, o mais oriental o Monte Verão e mais a Norte o Castro de Paredes Secas e Monte Airoso, uma distribuição também marcada pelos monumentos funerários⁶.

Reconhecemos ainda alguns sítios pela Beira Alta com uma implantação semelhante e a presença de cerâmicas manuais aparentemente do Bronze Final que poderão eventualmente ter sido também parte do Grupo Baiões/Santa Luzia. No entanto, a falta de suficientes vestígios, nomeadamente de cerâmica “tipo Baiões”, não nos permite confirmá-los como tal. Ainda assim achamos essencial reunir e expô-los para que se possa ter uma visão hipoteticamente mais completa do povoamento do Bronze Final da Beira Alta. São eles: Castro do Aral (PEDRO, 1995, p.27) e Povoado da Cruz (Viseu) (*IDEM*);

⁴ Porém, devido à pouca informação publicada sobre o sítio e à sua localização num Médio Mondego, perguntamo-nos se estaremos perante um povoado que efectivamente partilharia as mesmas características do restante Grupo Baiões/Santa Luzia ou perante um povoado mais singular, de fronteira, onde as poucas cerâmicas “tipo Baiões” que se encontraram – sendo as restantes maioritariamente cerâmica grosseira e taças carenadas (SANTOS *et al.*, 2000), ou seja, Formas gerais comuns a todo o Ocidente peninsular – apenas testemunham contactos com a região da Beira Alta.

⁵ É também conhecido como “Castro de Sanfins” ou “de Mondim da Beira”, como está registado no Portal do Arqueólogo, onde é também localizado administrativamente no concelho de Tarouca, freguesia de Mondim da Beira. O sítio encontra-se na linha de fronteira entre os dois concelhos, o que origina esta confusão. No entanto, cremos ser mais correcto localizá-lo no concelho de Moimenta da Beira, ficando mais perto de Sanfins e aí mais valorizado pela população, ainda que prudentemente continuemos a referi-lo como “de Paredes Secas”.

⁶ Ver MAPA 4.

Castro Daire (LOUREIRO, MARQUES e VALINHO, 2006, p.109); Castro de Esmolfe, com abrigos (Penalva do Castelo) (PEDRO, 1995, p.31); Santo Antão (Moimenta da Beira) (LOUREIRO, MARQUES e VALINHO, 2006, p.111; CRUZ, 2001, p.393-394), Surrinha/S. Jorge (Moimenta da Beira) (LOUREIRO, MARQUES e VALINHO, 2006, p.112; CANHA, 2002, p.27); Carvalhais (Vila Nova de Paiva) (CANHA, 2002, p.27); Vila Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva)⁷; Senhora do Barrocal (Sátão) (PEDRO, 1995, p.22); Quinta das Rosas (Fornos de Algodres) (VALERA, 2006, p.277-283); o Castelo de Gouveia (TENTE, 1999; SARAIVA, 2013, p.38); e o possível povoado de Figueiredo das Donas⁸ (Vouzela) (VILAÇA, 2006b). Os povoados seguramente incluídos no Grupo Baiões/Santa Luzia concentram-se na região de Viseu e Plataforma do Mondego, pelo que estes sítios sugeridos viriam complementar o sistema de povoamento, preenchendo os espaços vazios mais a Norte, nomeadamente na área do Alto Paiva⁹.

E porque não devemos «(...) encarar os limites entre as comunidades como fenómenos estáticos, mas como partes integrais de processos interactivos definidores e integradores de unidades culturais» (VILAÇA, 1995a, p.24-25), conhecer melhor a ocupação dessas áreas iria permitir uma maior compreensão da extensão deste grupo cultural. Apesar de no geral apresentarem características semelhantes às do centro do Grupo Baiões/Santa Luzia, algumas das zonas periféricas assumem-se como zonas *híbridas*, de transição entre grupos culturais/regiões. É como Vilaça, Santos e Gomes (2011, p.308) interpretam o sítio do Monte Verão que conta com cerâmicas de “tipo Baiões”, mas também com estelas típicas da Beira Interior e como Canha (2002, p.162-163) explica a grande quantidade de sulcos brunidos em Canedotes, perguntando-se mesmo se o Alto Paiva não seria já parte de um grupo cultural diferente do da restante

⁷ Neste sítio foi recuperado um machado de alvado de duplo anel, em bronze, junto a uma lareira datada dos finais do Bronze Final (2590±40), no entanto, os investigadores consideram que mesmo a cerâmica dessa fase do povoado distingue-se da típica do mundo Baiões/Santa Luzia e aproxima-se mais das da Idade do Ferro (LOUREIRO, MARQUES e VALINHO, 2006, p.115-116).

⁸ Este sítio tem vindo a ser referido como um “depósito”, no entanto, como Vilaça (2006b, p.36) expôs, «(...) trata-se, manifestamente, de um conjunto e descrição que pouco têm a ver com o ambiente clássico de um depósito do Bronze Final (...)», interpretando-o como um possível povoado de longa diacronia, cuja aproximação ao povoado de SGB é também sugestiva (FIGUEIREDO *et al.*, 2011).

⁹ Área também marcada por alguns depósitos: ver páginas 31-32.

Beira Alta¹⁰. Assim, a verdadeira extensão do povoamento do Grupo Baiões/Santa Luzia continuará dependente do resultado de novas investigações em áreas-chave da região.

Relativamente ao que conhecemos, a maioria dos povoados ocupa sítios fundados de raiz, enquanto outros, como COCB e CSN¹¹, teriam sido já ocupados durante o Neolítico e/ou Calcolítico. Segundo Valera, as reocupações ou simples visitas em sítios Neolíticos e Calcolíticos, como as que identificou em Fornos de Algodres, revelam «(...) *que os sítios continuariam conhecidos e reconhecíveis na paisagem local, se mantêm socialmente activos, que continuam a ser lugares, ainda que com eventuais novos enquadramentos simbólicos*» (VALERA, 2006, p.546).

Reunimos as datações a radiocarbono conhecidas para os povoados do Grupo Baiões/Santa Luzia e actualizámos as suas calibrações¹² chegando à conclusão de que, tal como já se havia dito antes (REPREZAS, 2010, p.34), a instalação dos povoados terá ocorrido essencialmente entre os séculos XIV e XIII a.C., até ao século XI a.C., finais do IIº milénio – que terá sido o período de auge do povoamento. Imaginando que as datações que nos são conhecidas correspondem a toda a diacronia de ocupação desses sítios, Santa Luzia e Canedotes (em áreas diferentes, é de notar: o primeiro na região de Viseu e o segundo no Alto Paiva) serão os mais antigos e com maior longevidade (cerca de 6 séculos) e a Senhora da Guia o mais recente e de ocupação mais curta (cerca de 2 séculos). O abandono destes povoados parece concentrar-se a partir do séc. VIII, sem que exista, no geral, uma aparente continuidade para a Iª Idade do Ferro.

Verifica-se uma grande preferência por lugares de altura. A maioria dos povoados encontram-se em cabeços entre os 400 e 700m de altitude, alguns chegando a ultrapassar esses 700m (o caso de CSBS) (PEDRO, 1995, p.39). Essa predilecção por uma implantação em pontos elevados da paisagem prende-se com o grande domínio visual e condições naturais de defesa, numa necessidade aparente em controlar o território envolvente, especialmente pontos de passagem terrestres e fluviais de forma a garantir a circulação

¹⁰ Como explica Jessica Reprezas (2010, p.84), «*Baseando-nos na variável da decoração para corroborar a inclusão de Canedotes no “horizonte cultural” de Baiões, teremos de o fazer com algumas reservas, apesar das evidentes similitudes. Por detrás da matriz “triangular” que caracteriza este mundo, um olhar mais profundo desvela imediatamente tratarem-se de povoados com comportamentos decorativos singulares*».

¹¹ Ocupação calcolítica do Castro de Nossa Senhora das Necessidades testemunhada por fragmentos cerâmicos calcolíticos nunca publicados, mas presentes no espólio recolhido no sítio que se encontra depositado na UNIARQ.

¹² Calibração feita através do programa Calib Rev 7.0.4 com a curva IntCal13; ver TABELA 1.

de bens e pessoas. Alguns sítios de montanha, como CSR, teriam um controlo visual de grande distância enquanto outros, como CSL, CSG e CSBS, um controlo de apenas curta e média distância (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.690). Outros sítios, como CSC e COCB, estavam implantados em vales, para o controlo estratégico de vaus naturais (*IDEM*). Naturalmente, a escolha estará também ligada à riqueza dessas zonas planálticas e montanhosas em minério, pastos e linhas de água, das quais os povoados sempre se aproximam.

São povoados de pequena dimensão, numa média de 0,5 hectares, comportando, em média, 200 ou 300 habitantes e um pouco mais para CSG e CSL, os únicos que chegam aos 1,5 hectares, com pouco mais de 500 habitantes (TABELA 3) (SENNA-MARTINEZ, 2007a, p.19; SENNA-MARTINEZ, 2013a, p.173). Estes articulavam-se entre si num sistema de povoamento em que os lugares de maior dimensão constituem nodos de igual significado, independentes, num sistema não hierarquizado. É nesse sentido que as reduzidas dimensões dos principais sítios e a falta de diferenciação social nas plantas e espólios domésticos das habitações parecem apontar (SENNA-MARTINEZ, 2013a, p.176). Ao redor destes, outros sítios com menos de 50 m² complementam estrategicamente o povoamento, funcionando como “atalaias” – o Cabeço do Cucão, em relação com o COCB, por exemplo – ou “casais agrícolas”, como a Malcata e o BMSR, este último em relação com o CSR (*IDEM*).

Alguns povoados apresentam muros ou pequenas muralhas em pedra, a maioria delas sem uma cronologia segura, podendo ou não remontar ao Bronze Final. O seu objectivo é também difícil de apurar. Estas construções poderiam ter variadas funções conforme a sua técnica construtiva, arquitectura e especialmente o espaço que pretendem delimitar/defender. Para Senna-Martinez (1989, p.212) “muralhas” como a de SGB, por exemplo, serviriam apenas como suporte de terras enquanto que para Ivone Pedro (1995, p.44-45) estas seriam muros que serviriam para delimitar o espaço habitacional e separá-lo dos campos, ideia suportada por Ana Bettencourt (1999, p.1144-1145), que vê também as “muralhas” deste período como formas de afirmação de poder e de independência, de apropriação do território e como método de intimidação psicológica, mantendo ao longe quem se sentisse tentado pela sua riqueza interior. Ultimamente estas estruturas seriam um reforço à defesa natural oferecida pela topografia dos povoados, ainda que, segundo Senna-Martinez (2010, p.14) não existam evidências de conflitos para aquele período.

No interior dos povoados, as habitações seriam simples cabanas sub-circulares, construídas essencialmente com argila e materiais perecíveis, como troncos de árvores, sendo a pedra menos utilizada, excepto para pequenos muretes e baixas fundações (SENNA-MARTINEZ, 2007a, p.19). Porém, como provado em Santa Luzia, a petrificação das habitações terá, em algumas zonas, ter começado ainda antes da Idade do Ferro (PEDRO, 1995, p.51). As “cabanas” apresentariam ainda lareiras interiores e/ou exteriores, em fossa ou feitas em bases de barro estruturadas por fragmentos cerâmicos e pequenas pedras (SENNA-MARTINEZ, 2007a, p.20). Estão também definidas áreas funcionais dentro dos povoados, onde se praticavam diversas actividades básicas para a economia e subsistência daquelas comunidades.

ECONOMIA E CULTURA MATERIAL

As comunidades da Beira Alta viviam essencialmente da exploração agrícola, da pastorícia, da caça e da recollecção de frutos de Inverno. A agricultura e pastorícia levariam a uma maior presença nas terras altas durante a Primavera e Verão enquanto a recollecção seria essencial durante os meses de Outono, preparando a invernia (SENNA-MARTINEZ e VENTURA, 2008, p.327).

Cultivavam-se cereais – especialmente o centeio, mas também o milho miúdo – e hortícolas – como as favas e ervilhas testemunhadas em SGB (SILVA, 1976) – tanto para consumo humano como para consumo e forragem animal. A pastorícia, como comprovado pelos ossos de BMSR acima referidos e numa lógica de continuidade da tradição do Bronze Pleno, seria dedicada a ovinos, caprinos e bovinos cuja exploração tinha vários fins além do consumo da carne que seria, preferencialmente feito através de cozidos (CARDOSO, SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1998, p.260). Vários palinórfos e microfósseis das análises polínicas também acima referidas apontam, precisamente, para uma intensificação significativa de pastorícia na região (LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2000, p.173). O gado terá sido uma especial fonte de riqueza e o testemunho desta actividade em BMSR, vem por isso ajudar à ideia da importância que o gado teria para uma comunidade como a de CSR que, pela sua implantação seria um lugar muito propício à pastorícia e um ponto de passagem de vias de transumância muito remotas.

A caça, por outro lado e na mesma lógica de continuidade cultural, seria aparentemente menos significativa e focada no veado e no javali¹³, que seriam consumidos através de churrascos (CARDOSO, SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1998, p.260). A recollecção é comprovada por bolotas armazenadas e torradas em fossas-forno próprias como a identificada em CSR, sendo este um fruto que à partida seria abundante na região e essencial na dieta alimentar destas comunidades desde o Neolítico até, pelo menos, à chegada dos romanos que referem nas suas fontes clássicas o “pão de bolota lusitano” (SENNA-MARTINEZ e VENTURA, 1999, p.14-15; SENNA-MARTINEZ e VENTURA, 2008, p.327).

Particularmente numerosas nos povoados são as mós manuais que, como Ivone Pedro (1995, p.56) aponta, reflectem o peso que os cereais e frutos secos tinham no sustento destas comunidades. Outros artefactos líticos, especialmente em sílex, nomeadamente lâminas de foice talhadas, machados de pedra polida, polidores e pesos (PEDRO, 1995, p.54-57) testemunham também a prática da agricultura e de outras actividades. Os pesos, por exemplo, aliados aos vestígios de um possível tear vertical de CSR, comprovam a prática da tecelagem, uma actividade que seria essencial para a confecção de vestuário, que poderia basear-se em têxteis, peles de animais ou palha (BETTENCOURT, 1999, p.1237). Segundo Senna-Martinez (1989, p.692) estes vários artefactos líticos são tradicionais desde períodos anteriores e atestam, por isso, um conservadorismo relativamente à utensilagem lítica que comprova não ter existido uma "*democratização do metal*" até ao domínio do ferro.

Essencial seria também a olaria, aqui de produção doméstica e local (SENNA-MARTINEZ, 1993c; REPREZAS, 2010). As comunidades do Bronze Final da Beira Alta produziram uma cerâmica de tipologias, acabamentos e decorações particulares que caracterizam o Grupo Baiões/Santa Luzia. A olaria divide-se, *grosso modo*, em dois grupos definidos por Senna-Martinez (1993c): o da “olaria fina”, pequenas e médias taças, nomeadamente carenadas, de pastas finas, bem depuradas e com um acabamento cuidado (principalmente brunido e sobre engobes); e o da “olaria grosseira”, potes de cozinha e de armazenagem, de maiores dimensões, pastas mais grosseiras e acabamentos menos cuidados. A técnica decorativa predominante é a incisão pós-cozedura, mas

¹³ A diferenciação entre o porco domesticado e o selvagem para tempos tão remotos e em ossos mal conservados não é fácil, pelo que, apesar de apontarem para o javali, também poderia haver consumo do porco doméstico (CARDOSO, SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1998, p.259).

encontram-se também decorações pontilhadas, impressões por ungulação ou digitação e os ornatos brunidos. Os motivos diferem, mas são predominantes os elementos simples e geométricos, que jogam entre si (REPREZAS, 2010). O estudo de Jéssica Reprezas (2010) veio inclusive desvendar particularidades decorativas sub-regionais ao nível dos diversos povoados e mesmo a possibilidade de alguns motivos serem próprios de alguns grupos familiares, o que para Senna-Martinez (2010, p.14-15) significa diferentes linhagens femininas de oleiras resultantes de alianças matrimoniais. Ainda assim, são as taças carenadas brunidas e com decoração “tipo Baiões” – incisa pós-cozedura com motivos geométricos – que mais caracterizam a cerâmica deste grupo cultural.

Tornou-se também significativa a exploração do minério, intensificando-se a produção metalúrgica. Todas estas práticas seriam, no entanto, orientadas para o auto-consumo, o que permitiria a estas comunidades uma auto-suficiência mas indica formas simples de organização. A própria produção metalúrgica é modesta, não obstante os abundantes recursos regionais.

A METALURGIA

Tradicionalmente incluída no *Bronze Atlântico*, a metalurgia beirã deste período caracteriza-se pelo seu carácter essencialmente doméstico, familiar, de produção em pequena escala e limitada, destinada a consumo próprio/local.

A Beira Alta, assim como o resto da região Norte do país (Minho, Trás-os-Montes e Beira Baixa), é rica em estanho enquanto o Sul é rico em cobre. No entanto, como vimos, pode-se encontrar algum cobre pela Beira Alta, em pequenas quantidades, mas o suficiente para uma produção pequena e doméstica como a que caracteriza estas comunidades (SENNA-MARTINEZ, 2013b, p.9). O estanho seria explorado na forma de cassiterite em *placers* aluviais e, mais raramente, em pequenas trincheiras ou poços e circularia em pequenas porções para ser depois co-reduzido em vasilha-forno com o cobre sob a forma de carbonatos ou óxidos (malaquite, por exemplo) (SENNA-MARTINEZ, 2010, p.21). Conhecem-se hoje testemunhos da exploração de minas primitivas durante o Bronze Final. Na região em causa conta-se com um punhal de tipo "Porto de Mós" descoberto sob o entulho de condenação de uma trincheira de mineração numa antiga galeria das minas de S. Martinho de Orgens, Viseu (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, p.412; VILAÇA *et al.*, 2014a). Em Sortelha (Sabugal) encontraram-se um machado de talão de

duas argolas e machados de pedra polida nas Minas de Quarta-Feira (MELO, ALVES e ARAÚJO, 2002). Particularmente interessantes são as minas de El Cerro de San Cristobal, Logrósan (Cáceres) (RODRIGUEZ-DÍAZ *et al.*, 2001), que permitem ter uma ideia de grande parte do processo metalúrgico desde o momento da extracção do metal. Aí foi possível identificar, a partir de diversos objectos e estruturas, um assentamento do Bronze Final dedicado à exploração de cassiterite, arsenopirita e talvez ouro, em filões de quartzo (RODRIGUEZ-DÍAZ *et al.*, 2014).

Existem evidências de produção local de bronze em praticamente todos os sítios do Bronze Final da Beira Alta, testemunhadas por moldes, escórias, pingos de fundição e algumas áreas de oficina identificadas com os respectivos fornos, como no CSR e COCB. Mesmo sítios pequenos como CCPC têm evidências de produção metalúrgica local (SENNA-MARTINEZ, 2011, p.288). A fundição fazia-se em moldes simples ou múltiplos, em pedra, argila, bronze ou, eventualmente, por cera perdida (SENNA-MARTINEZ, 2013a, p.177). Eram usadas preferencialmente ligas binárias (Cu e Sn) de boa qualidade, com uma média de $13\pm 3\%$ de estanho (FIGUEIREDO *et al.*, 2010b). As percentagens de chumbo e arsénio dentro do Grupo Baiões/Santa Luzia são reduzidas, levando-os a ser considerados como impurezas (FIGUEIREDO *et al.*, 2010a; FIGUEIREDO *et al.*, 2010b). Além da grande consistência das ligas verifica-se também na região a prática de reciclagem de objectos metálicos locais (SENNA-MARTINEZ, 2013a, p.177; FIGUEIREDO *et al.*, 2010b, p.1633). É de notar que as ligas binárias que caracterizam as produções metálicas desta região são muito mais próximas da metalurgia da Meseta, do Sudoeste, da Sardenha e Itália do que das ligas ternárias do resto do mundo atlântico (VILAÇA, 1997, p.141; MELO, 2000, p.86-87). A metalurgia do Grupo Baiões/Santa Luzia é tradicionalmente caracterizada pela presença e associação de machados unifaciais de talão, pontas de lança e fíbulas de enrolamento no arco (GIL *et al.*, 1989; MELO, 2000). Conhecem-se na região outros objectos em bronze, nomeadamente outros utensílios como lâminas e punções, e outras peças de adorno, como botões e argolas¹⁴.

¹⁴ No entanto, a funcionalidade destes objectos pode ser ambígua: alguns utensílios podem eventualmente ter também uma funcionalidade bélica – o caso dos machados – ou serem objectos de adorno – é o caso das fíbulas que além de serem utensílios de suporte de vestuário podem ser também interpretadas como ornamentações, o reflexo de uma moda. Também as argolas, muitas vezes interpretadas como objectos de adorno, se consideradas como elemento de arreios tanto podem ser incluídas no grupo dos utensílios como no das armas (MELO, 2000, p.65,75), da mesma forma que os cravos ao servirem como utensílios de reforço num escudo também entram no universo do equipamento do guerreiro.

Alguns artefactos são de produção local com alguma segurança, testemunhados pela presença dos seus moldes. É o caso dos machados de talão unifaciais com uma e duas argolas, produzidos em SL, SGB e Castro Daire; das pontas de lança, produzidas em S. Romão e também em SGB; e dos punções e agulhas, produzidos em SGB, SL e em CSR (VILAÇA, 1995a, p.415).

Também seriam produzidos alguns objectos particulares em cobre, ainda que em menor escala (FIGUEIREDO *et al.*, 2010b, p.1629). A metalurgia local do ouro está testemunhada por um cravo encontrado em CSR cuja superfície superior foi dourada por difusão térmica – técnica importada do Mediterrâneo – e por uma pedra de toque de SGB (VILAÇA, 2004a, p.8). Philine Kalb (1998, p.161) aponta para a possibilidade de as pedras perfuradas encontradas também em SGB e que são geralmente consideradas como pendentes poderão ser, na verdade, "pedras de ensaio" para o trabalho do ouro. Porém, apesar de este mineral ser relativamente abundante na região, teve um uso muito limitado ou, pelo menos, pouco conhecido. Os artefactos em ouro são geralmente isolados e singulares e predominantemente objectos de adorno: botões, pendentes, argolas, braceletes e torques. Entre estas peças, que surgem essencialmente em depósitos, imperam as de ouro fundido e forjado, maciças, de secção circular e com decoração puncionada ou incisa geométrica ou mesmo lisos, objectos de morfologia atlântica, mas com motivos decorativos locais (VILAÇA, 2004a, p.9).

Conhecem-se também alguns objectos em ferro, particularmente facas, em contextos do Bronze Final. Esses artefactos foram encontrados em sítios interiores, habitats indígenas, onde existem evidências de contactos mediterrânicos, sendo considerados como importações e não produções locais (SENNA-MARTINEZ, 2000b; SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, p.418). Ainda assim, Raquel Vilaça (2006a, p.95) admite a possibilidade de uma produção local com a importação da matéria-prima ou de pedaços de ferro que seriam depois transformados em utensílios pelos bronzistas. Na área estudada temos presente em SGB um escopro de lâmina em ferro e alvado em bronze e em COCB uma faca afalcatada, esta última com uma datação de antes do séc. X a.C. (SENNA-MARTINEZ, 2000b, p.57).

Segundo Senna-Martinez (2005, p.906), se considerarmos que nos sítios estudados «(...) o valor de metal recuperado representa apenas um por cento do efectivamente produzido e dado que é possível admitir para cada um destes sítios uma duração de

ocupação mínima de três séculos, então a produção anual do Habitat da Senhora da Guia não ultrapassaria o valor de seis quilos/ano e S. Romão e Santa Luzia ficariam por menos de cem gramas/ano». Raquel Vilaça (2008, p.379) acredita que poderão ter existido, por isso, 2 escalas de produção metalúrgica: uma mais especializada, com possibilidades de acumulação para trocas a longa distância e outra mais doméstica e de pequena escala, destinada a consumo próprio e local. A primeira reflecte-se nos artefactos locais que chegaram até à Irlanda e Sardenha e nos vários depósitos de metais que se conhecem pela península enquanto a segunda é a que se vê reflectida dentro dos povoados. Falta, contudo, demonstrar a validade desta teoria através de evidências arqueográficas.

A expressão da metalurgia em contextos habitacionais e funerários é, no entanto, significativamente menor em comparação aos depósitos, onde é expresso um maior número de artefactos e uma maior diversidade (MELO, 2000, p.22)¹⁵. Conhecem-se alguns depósitos do Bronze Final pela região, como o de 2 machados de talão com uma e duas argolas do Castro do Bom Sucesso (Mangualde; sob um penedo) e de Chã de Tavares (Mangualde) (BOTTAINI, 2012, p.536), o dos espetos de bronze do Alto das Orquinhas (Vila Nova de Paiva) (CRUZ, 2001, p.392-393; CORTEZ, 1945 *apud* VILAÇA, 2006b, p.34), o de 19 machados de talão de dois anéis (alguns com cone de fundição) de Ferreira de Aves (Sátão) (SILVA, 1883 *apud* VILAÇA, 2006b, p.34), o de 12 machados (de tipologia desconhecida) da Quinta do Paço (Lamas, Sátão) (VASCONCELOS, 1920 *apud* VILAÇA, 2006b, p.34) e outros 17 de Viseu (*CATÁLOGO*, 1892, p.51 *apud* VILAÇA, 2006b, p.34)¹⁶. Já em Arganil conhece-se um depósito que incluía um machado de talão bifacial de duplo anel, outro de talão unifacial só de um anel e uma foice de alvado (NUNES, 1957). Também considerados como possíveis depósitos são o molde de machados, em bronze, de Vila Boa (Castro Daire) (BOTTAINI, 2012, p.534) e os 3 machados de talão com uma e duas argolas do Castro de Sanfins/Paredes secas (*IDEM*). Como depósito mais próximo de S. Romão conhecemos o de Tourais (Seia), a apenas cerca de 10km (em linha recta) do povoado, que continha um machado de bronze e vários de pedra (NUNES, 1958, p.229).

¹⁵ Sobre depósitos ver VILAÇA, 2006b e BOTTAINI, 2012.

¹⁶ Segundo Vilaça (2006b, p.34, nota 12) estes dois conjuntos podem corresponder a um único depósito originário da Quinta do Paço ou até de Ferreira de Aves, mas cujos alguns machados foram vendidos em Viseu.

Durante muito tempo considerou-se também o grande conjunto metálico de Baiões como um depósito. Este famoso achado conta com vários machados de talão de um e duplo anel, foices de alvado, um punhal, pontas de lança, espetos, uma fúrcula, carrinhos, taças em bronze, fragmentos de caldeirão, peças tubulares, braceletes e argolas (SILVA, SILVA e LOPES, 1984; SCHATNER, 2011-2012), mas sobretudo conta com muitos nódulos de redução, escória, fragmentos de arame, barras de forja e moldes de fundição (SENNA-MARTINEZ e PEDRO, 2000). Todos estes objectos foram recuperados na mesma área do povoado, onde se identificou também uma lareira, e recentes estudos (FIGUEIREDO *et al.*, 2010b; SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011) vieram comprovar como o conjunto se trata, na verdade, do testemunho de uma área de trabalho metalúrgico composto por restos de fundição, peças destinadas a restauro – como demonstra a taça recuperada através de *gatos* – e por sucatas destinadas a refundição¹⁷.

Estes artefactos de Baiões, assim como a maioria dos restantes conjuntos de bronze recolhidos pela região, apresentam uma tipologia atlântica, mas têm traços e paralelos mediterrânicos. É o caso de algumas fíbulas (enrolamento no arco¹⁸, cotovelo e dupla mola), pinças, ponderais, os primeiros ferros (SENNA-MARTINEZ, 2013a, p.177) e dos carros e fúrcula de Baiões, estes últimos com decoração entrançada e com espirais que remetem para uma inspiração do Mediterrâneo central, com paralelos sardo-cipriotas (VILAÇA, 2004a, p.4). Outros artefactos como os machados de talão, as foices, as pontas de lança de alvado, as navalhas e os espetos articulados são de cariz atlântico; os vasos de bronze e os torques áureos, entre outros, apontam, segundo alguns autores, para relações centro-europeias (ALMAGRO-GORBEA, 1998, p.86; KALB, 1998, p.163). No entanto, como vimos, muitos desses artefactos seriam fabricados localmente, sendo apenas o seu conceito e modelo importados. As taças de bronze, como exemplifica Raquel Vilaça (2008, p.383), poderão ser produções locais que resultam da importação de um

¹⁷ Melo (2000, p.98) demonstra também não concordar com a ideia de que as comunidades naquela época tivessem já preocupação com a escassez de recursos ao ponto de acumularem sucata – tendo em conta a baixa demografia e a pequena escala de produção – o que para o autor, é uma visão pós-industrial.

¹⁸ Esta será um protótipo da fíbula *arco serpegiante* (XII a.C.), o que sugere que se trate de um modelo de origem mediterrânica, mais precisamente na Sicília como sugeriram os investigadores da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) que encontraram aí paralelo para a sua fíbula (SENNA-MARTINEZ, 2010, p.19; GIL *et al.*, 1989, p.237). No entanto, pela sua concentração na Beira Alta, onde datam de entre os séculos XIII e XI a.C. (SENNA-MARTINEZ, 2013a, p.177), e composição é considerada de produção local, sendo depois o tipo difundido para o sul e litoral no âmbito de trocas, chegando então a Sesimbra (GIL *et al.*, 1989, p.238).

modelo exógeno que é depois reproduzido e adaptado com uma decoração tipicamente local, indígena. De qualquer modo, todos estes exemplos testemunham uma rede de trocas e contactos regionais e trans-regionais que existiam durante o Bronze Final.

RELAÇÕES INTER-REGIONAIS

Os contactos com os mundos atlântico e mediterrânico geraram novas dinâmicas na circulação de bens¹⁹. Essa circulação envolve diferentes meios, rotas e pessoas assim como diferentes objectivos políticos, económicos, religiosos, étnicos, etc. A nível peninsular podemos desenhar algumas possíveis vias de contactos que nos são apontadas pela dispersão de estelas e tipos cerâmicos, entre outros. Conhecemos, assim, alguns dos contactos da Beira Alta com outras regiões peninsulares, através da presença de recipientes típicos de Baiões/Santa Luzia: estes foram encontrados na Beira Interior (VILAÇA, 2000a, p.174); no Noroeste português (JORGE, 1988), chegando aí provavelmente através das bacias do Paiva e do Távora que fazem ligação ao Douro (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, p.411). Por outro lado, as decorações em *boquique*, as cerâmicas pintadas e os ornatos brunidos conhecidos na Beira Alta testemunham também contactos com a Meseta, Andaluzia e o Vale do Tejo, respectivamente (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.692, 482; ABARQUERO MORAS, 2005, p.61; REPREZAS, 2010, p.97).

Já a circulação do metal, na forma de artefactos com as influências mediterrânicas e atlânticas, permite-nos pensar em rotas mais abrangentes e especializadas. Senna-Martinez (2013b, p.10-11) destaca 5 vias peninsulares de acesso Norte-Sul às áreas produtoras de estanho e ouro no Ocidente peninsular: a ocidente, a via que atravessa as planícies litorais desde a península de Setúbal até ao litoral galego; pelo interior do actual território português, a via que, passando por Coimbra, Tomar e Santarém, se liga à Beira Alta e ao Noroeste peninsular, através da plataforma do Mondego; pelos limites orientais do mesmo território, a via que liga o Nordeste Alentejano e Baixo Tejo ao Nordeste português, Galiza oriental e Astúrias, passando pela bacia do Côa, Beiras Alta e Interior e Trás-os-Montes; e em Espanha, a via de Cáceres-Salamanca-Ávila, entre as serras de

¹⁹ Apesar de ser tradicional falar em redes comerciais ou de troca, muitos investigadores negam esse conceito, acreditando mais numa simples circulação de bens de pequena a longa distância (MELO, 2000, p.97), da mesma forma que Senna-Martinez (1998, p.225) acredita num «*sistema de ofertas recíprocas entre elites*» que permitiu a circulação desses objectos regionalmente, mais do que a ideia de um sistema de mercado.

Gatas e Gredos; e a de Madrid-Ávila que atravessa a serra de Guadarrama. Segundo o mesmo autor, a via oriental *portuguesa* terá sido a de maior relevância, relacionando-se provavelmente com a exploração do estanho, fluindo as influências mediterrânicas de Sul para Norte e as atlânticas de Norte para Sul (SENNA-MARTINEZ, 2013b, p.10-11). Como testemunho disso poderemos considerar as “estelas de guerreiro” que marcam essa mesma via de passagem e que, segundo Senna-Martinez (*IDEM*), são, juntamente com as estelas/estátuas-menir que as antecedem, «(...) *símbolos iconográficos [que] balizam, deste modo e desde o Bronze inicial, uma das vias possíveis que poderá ter seguido a transmissão, ainda durante o Bronze Médio, do know-how necessário à produção dos primeiros bronzes*».

Por outro lado, temos as vias latitudinais, onde circulariam as produções metálicas do interior para o litoral, e os modelos metálicos do litoral para o interior onde eram depois adoptados. A Estremadura funcionaria aqui como uma "placa giratória", como é várias vezes referida (SENNA-MARTINEZ, 2013a, p.179; CARDOSO, 2004, p.224), devido aos seus solos muito férteis e à sua costa onde se podiam encontrar importantes portos (estuários do Sado, Tejo e Mondego), estando directamente sob a influência dos contactos marítimos atlânticos e mediterrânicos, cruzando-se e expandindo-se desde aí essas influências, integrando assim as Beiras e Alentejo nas redes de trocas, o que explicará a riqueza desta região em conjuntos metálicos com paralelos atlânticos e mediterrânicos (KALB, 1980, p.117-118). Por outro lado, na opinião de Ana Melo (2000, p.91) tal ideia não vai ao encontro da metalurgia doméstica e de pequena escala das comunidades das Beiras. Senna-Martinez (2007a, p.25) destaca aqui outras 3 vias: a que liga a Beira Interior, através da bacia do Tejo, aos *ports of trade* que são hoje Lisboa e Santarém; a via que vai das Beiras até à Andaluzia, através da Estremadura espanhola, que é marcada pelas estelas estremenas e que segundo o mesmo autor é a que está na base das influências mediterrânicas nas Beiras (SENNA-MARTINEZ, 2011, p.293); e, mais tarde, a via que segue o Mondego fazendo a ligação ao litoral onde se encontram Santa Olaia e Conímbriga, os pontos mais a norte da presença fenícia. Santa Olaia terá sido ocupado desde os finais do séc. VIII a.C. até ao séc. VI a.C. (ARRUDA, 1999-2000) e tido como principal objectivo a captação dos metais que se podiam encontrar pelo interior beirão.

Há, no entanto, que olhar mais para Norte, para a Beira Litoral, onde a riqueza metalúrgica não é tão rica como a da Estremadura, mas é também muito variada (VILAÇA

e CUNHA-RIBEIRO, 2008, p.34-37)²⁰. A sua posição dá-lhe um maior acesso às redes de trocas atlânticas e possivelmente também às mediterrânicas, ao mesmo tempo que usufrui de um fácil acesso ao interior, nomeadamente à Beira Alta. No baixo Vouga parece existir uma invisibilidade que resulta muito da falta de investigações. No entanto, conhecem-se alguns povoados como o de S. Julião da Branca (Albergaria-a-Velha), onde se encontraram cerâmicas do tipo Baiões/Santa Luzia (SILVA, 1999, p.7), e o Cabeço do Vouga/Cabeço da Mina (Águeda), ocupado desde o Bronze Final até ao período romano e com materiais importados, como contas de colar de pasta vítrea. Como Raquel Vilaça (2008, p.374), acreditamos na possibilidade deste último, sendo um povoado no Baixo Vouga apenas a 40km de SGB, onde inclusive se recuperaram também cerâmicas Baiões/Santa Luzia, ter sido o povoado que teve o papel inicialmente apontado por Senna-Martinez (2005, p.906-907) para Santa Olaia em relação a SGB²¹ e à restante região de Viseu, ou seja, aquele que faria a ligação ente os povoados do interior e o litoral. O estuário do Vouga, além de ser uma passagem natural, seria à altura muito maior e, como já vimos, navegável até pelo menos 20Km antes de SGB (FIGUEIREDO *et al.*, 2010b, p.1624). Não temos, por isso, dúvidas de que este rio fosse também importante: por aí, as comunidades litorais poderiam aceder ao estanho e ao ouro e as comunidades interiores aceder às novidades exógenas e, por exemplo, ao sal (VILAÇA e CUNHA-RIBEIRO, 2008, p.38). A ria de Aveiro tem uma tradicional exploração de sal (SILVA, 1999, p.3) que se pensa poder remeter à antiguidade. Cremos que o sal, produto essencial para a criação animal²², produção e conservação alimentar e dieta humana, fosse, além do metal, um bem muito procurado e a base de muitos contactos (CANHA, 2002, p.144). Este viria do litoral beirão e seria distribuído pelos povoados da Beira Alta e outras regiões (IDEM; BETTENCOURT, 1999, p.1201-1202).

²⁰ Como Vilaça (2004, p.1-2) aponta, a falta de investigações na chamada Beira Litoral cria um vazio na informação. Um maior conhecimento do Bronze Final desta área poderia desvendar várias problemáticas. Por outro lado, Santa Olaia, apesar de administrativamente pertencer à Beira Litoral (Figueira da Foz) costuma ser referido na bibliografia como um sítio estremenho, seguindo a divisão de Orlando Ribeiro (1986, p.188-189).

²¹ Senna-Martinez (2005, p.906-907) acreditava numa possível ligação entre Santa Olaia e o povoado de SGB: o primeiro procuraria o acesso ao metal da Beira Alta e o segundo funcionaria como o intermediário dos contactos e captação do metal, através de redes de solidariedade entre elites, explicando-se assim a grande quantidade de metal encontrado nesse sítio em comparação com os restantes povoados da região. No entanto, como apontou Raquel Vilaça (2008, p.374), estes dois sítios eram muito distantes e as suas datas nunca se sobrepuseram.

²² Especialmente necessário para a dieta dos ovicaprinos, segundo Bettencourt (1999, p.1201-1202).

Relativamente às rotas de longa distância, sabemos que estas existiram porque, como já vimos, produções eventualmente peninsulares (ou pelo menos os seus modelos artefactuais) chegaram à Irlanda, França, Sardenha e Chipre ao mesmo tempo que outras produções, matérias-primas, tecnologias e modas atlânticas, mediterrânicas e continentais chegaram ao extremo ocidental peninsular (KALB, 1998, p.162-163; SENNA-MARTINEZ, 2007a, p.28). Poderão ter aqui chegado através de sardos, fenícios, cipriotas, itálicos e micénicos, povos ultrapirenaicos e britânicos, por vias marítimas e fluviais, como testemunham os naufrágios datáveis do Bronze Pleno e Final, mas também por vias terrestres. O grande número de paralelos com a Sardenha leva Briard (1965, p.237 *apud* VILAÇA, 2004b, p.11) a acreditar que esta ilha seria o principal intermediário entre os mundos atlântico e mediterrânico, mas Raquel Vilaça (2008, p.376) acredita na possibilidade de terem também existido importantes contactos, provavelmente terrestres, com o Norte e Centro de Itália, onde se encontram paralelos de alguns dos artefactos encontrados no Centro português, como os carros de SGB. No entanto, como a mesma autora afirma, usando como exemplo os nódulos de âmbar báltico, «(...) *jamais saberemos o rumo que tomaram, sendo igualmente possível que tenham chegado pelo caminho mais curto e directo, por via atlântica e terrestre, como pelo mais longínquo e sinuoso, descendo ao Mediterrâneo e daí até à Beira Alta*» (VILAÇA, 2007a, p.141). Assim, «(...) *o problema principal não é tanto o da origem dos produtos ou dos modelos (OLAUSSON, 1988) que, por hipótese, sendo mediterrânicos, nos podem chegar profundamente "atlantizados", ou mesmo "continentalizados", mas dos vários circuitos e contextos regionais que atravessam e nos quais vão assumindo diferentes significados e "performances"*» (VILAÇA, 1995a, p.414).

COMPLEXIFICAÇÃO SOCIAL

Com os novos contactos com diversos povos dos mundos atlântico, mediterrânico, e continental chegaram ao Ocidente Peninsular novos artefactos metálicos, novas técnicas metalúrgicas e instrumentos e métodos agrícolas e pastoris (RUIZ-GÁLVEZ, 1991, p.292) que abriram portas para fenómenos de complexificação social dentro das comunidades autóctones, baseados num «(...) *sistema de "wealth finance" que pensamos fundamentaria a economia e o poder das elites locais*» (SENNA-MARTINEZ, 1998, p.222). Mas mais importante terá sido a chegada de novos conceitos, como o de *guerreiro* e o de

symposia (RUIZ-GÁLVEZ, 1991, p.289), que fizeram com que «(...) *the role and significance of metal within society have changed from being a symbol of prestige to a means of competition*» (IBIDEM, p.287). A exposição a estes novos conceitos criou desigualdades e as elites «(...) *consciente ou inconscientemente, poderão ter usado os novos meios postos à sua disposição para manter essas desigualdades, numa tentativa de reforço e centralização do poder*» (PEDRO, 1995, p.163). Tal terá gerado chefados simples, incipientes (*chieftainships* – cf. EARLE, 2002), no seio destas sociedades marcadas ainda por elementos heterárquicos (EARLE, 2002, p.69; SENNA-MARTINEZ e LUÍS, 2016, p.7).

A afirmação da riqueza e do poder era, portanto, feita de diversas formas que satisfariam as necessidades de expressão de *status* das pequenas elites locais num processo de competição/emulação entre si. Como já vimos, passava primeiro pelo controlo do território e da circulação de bens. Entre esses bens, fossem eles importados ou reproduções locais, destacam-se o metal – sobre o qual as elites exerciam um maior controlo, tanto na sua produção como na sua distribuição – cerâmicas de luxo e outros objectos em matérias-primas exóticas como o vidro e o âmbar (SENNA-MARTINEZ, 2007b, p.274; VILAÇA, 1998, p.211). Uma vez controlados e na posse das elites, estes bens de prestígio teriam de ser ostentados como símbolos de poder. É o caso das armas que «(...) *não significam um permanente estado de guerra, mas que constituem antes os recursos de uma «paz armada» que garantisse a manutenção dos mecanismos de circulação que eram fundamentais para a existência daquelas elites e da economia subjacente*» (SENNA-MARTINEZ, 2007a, p.27), ou seja, que serviam apenas como meio de intimidação e de afirmação de poder e da imagem de guerreiro, feita também através das estelas “de guerreiro” que além de apresentarem ditas armas apresentam ainda carros, escudos, espelhos e fíbulas– testemunhos de contactos e trocas com o Mediterrâneo (GOMES, 1995a). Assim, estas armas e estelas afirmariam uma «(...) *military superiority that need not be used if it is acknowledged*» (EARLE, 2002, p.67).

A mesma intenção seria dada a objectos como os carros votivos, os espetos, as fúrculas, caldeirões e taças de bronze às quais se poderão juntar as taças cerâmicas de luxo “tipo Baiões”, que farão parte do *symposia* (SENNA-MARTINEZ, 1996, p.169), ou seja, de refeições rituais, que seriam uma das formas de as elites demonstrarem a sua riqueza. Assim, segundo Armada e Vilaça (2016, p.143) «(...) *los usos y significados que pudieron asociarse a los primeros metales para el banquete llegados a Occidente desde el*

Mediterráneo fueron hibridados, reinterpretados y resignificados por las comunidades locales, que seguramente contaban ya con sus propios rituales de consumo cárnico desde momentos antiguos». As fúrculas e os espetos, estes presentes em SGB, CAN, COCB e no depósito do Alto das Orquinhas, serviriam para assar carne enquanto os caldeirões, presentes em SGB, BMSR, CSL e MAIR, para cozer ou estufá-la ou ainda para aquecer bebidas (VILAÇA, 2000B, p.37; ARMADA e VILAÇA, 2016). O carro estaria ligado a rituais de libação e oferenda (ALMAGRO-GORBEA, 1998, p.86) ou também ao consumo de líquidos (nomeadamente bebidas alcoólicas) ou queima de incensos ou substâncias psicotrópicas²³ (SCHATTNER, 2011-2012, p.285), tal como as taças metálicas e cerâmicas “*de luxo*” (ALMAGRO-GORBEA, 1998, p.86). Tais refeições rituais poderiam ainda ser acompanhadas de música, provavelmente com a introdução das liras que aparecem representadas nas estelas de guerreiro (*IBIDEM*, p.89). Estes banquetes seriam, portanto, cerimónias de afirmação e de exercício de poder das elites onde são recriadas modas e modelos importados e que provavelmente decorreriam durante cerimónias matrimoniais, de hospitalidade ou religiosas, para a criação/reforço de alianças entre e dentro de comunidades, visto que «*The collective consumption of food and drinks has important social and political implications as it involves reciprocal obligations between the host and the guest*» (ARANDA-JIMÉNEZ, 2016, p.25).

Mas de nada serviriam todos esses objectos de luxo num banquete se não houvesse o que consumir. Assim, como vimos antes, o gado e as terras seriam também formas de riqueza e de poder que terão proporcionado disparidades económicas e sociais dentro das comunidades. Cada cabeça de gado seria um objecto de prestígio e por isso os banquetes deveriam ser os poucos momentos em que se consumiria mais carne (sendo esse consumo mais raro ao longo do ano) e de forma ritualizada²⁴ (CANHA, 2002, p.1960; CANHA, VALÉRIO e ARAÚJO, 2007, p.168), provavelmente através do sacrifício animal, uma prática que viria a ser testemunhada no Cabeço das Fráguas (Guarda) através de uma inscrição que terá sido realizada nos finais do milénio – embora provavelmente reflecta a perduração de uma tradição mais antiga – e onde se encontraram também dois ganchos

²³ Segundo Schattner (2011-2012), os carros poderiam também estar relacionados com cerimónias fúnebres.

²⁴ Já na cultura argárica o gado bovino era ritualmente sepultado com as elites (ARANDA-JIMÉNEZ, 2016, p.24), assim como nas necrópoles do Bronze Médio de Torre Velha 3, Belmeque e Montinhos 6 (PORFÍRIO e SERRA, 2016). Segundo Vilaça *et al.* (1998, p.38) o gado serviria também para puxar carros, algo que só deveria acontecer em cerimónias rituais ou fúnebres.

de fúrcula (SANTOS e SCHATTNER, 2010, p.101; SANTOS, 2010, p.135). Poderíamos, assim, estar na Beira Alta perante o que Alexandre Canha (2002, p.161) chama de elites agropastoris, onde o poder residiria na capacidade de assegurar e redistribuir excedentes e na demonstração pública dessa capacidade e de outros bens de prestígio; daí a grande necessidade em controlar e assegurar o território envolvente destes povoados, reservando-o para a agricultura e pastorícia. Seria também muito provavelmente com o gado, através das rotas de transumância, que se iniciariam e manteriam os variados contactos e trocas supra-regionais, compreendendo-se, assim, a ideia de que estaríamos perante elites compostas por “pastores”. Sem embargo, tal não seria possível sem a «(...) *generalização de uma ideologia guerreira que se expressa nos rituais, no vestuário e na alimentação, que aparenta constituir um código que une as elites em diferentes contextos culturais*» (MARTINS, 1998, p.77).

Efectivamente, também o vestuário e apresentação estética geral dos indivíduos terão servido como forma de exercer o poder. Tal terá passado pela importação de diferentes modas, práticas e simbologias, como novos tecidos vindos do Mediterrâneo que seriam complementados com as fíbulas, cuja difusão se inicia nesse período, e cinturões (VILAÇA, 2000b, p.35; ALMAGRO-GORBEA, 1998, p.85). Também o uso de pinças, navalhas de barbear, pentes (exemplar presente na sepultura de Roça do Casal do Meio) (GOMES, 1995B) e espelhos (apenas conhecidas representações em estelas) demonstra um outro nível de preocupação com a higiene e aparência visual (VILAÇA, 2007a, p.147). Assim, como Senna-Martinez e Elsa Luís (2016, p.124) indicam, a demonstração de *status* através do mundo funerário terá sido, assim, substituída por demonstrações no mundo dos vivos.

O MUNDO FUNERÁRIO

Como sabemos, a complexificação social de uma comunidade nem sempre se reflecte no registo arqueológico, o que não significa que ela não exista desta ou aquela forma. É o que acontece com o mundo funerário do Bronze Final da Beira Alta que apesar de reflectir a individualidade que marca esse período não parece espelhar a sua sociedade em complexificação. O espólio costuma ser reduzido ou mesmo inexistente e quando presente, baseia-se em urnas ou outros fragmentos cerâmicos típicos da região e poucos

objectos de adorno em metal, o que claramente contrasta com a riqueza metalúrgica dos povoados.

No IIº milénio generalizam-se os túmulos de tipo *cairn*, pequenos e circulares, construídos com lajes e blocos de granito amontoados, alguma terra e cobertos por quartzo, no centro dos quais se encontram fossas, cistas ou outras estruturas de formato cistóide. São monumentos de características semelhantes mas todos com algumas diferenças no que toca a estruturas, dimensões, orientações, espólios, etc. Com datações do Bronze Final (TABELA 2) conhecemos as necrópoles da Casinha Derribada (Mundão, Viseu) e da Senhora da Ouvida (Castro Daire). Existem outras que por falta de investigação e, especialmente, pela carência de datações a radiocarbono permanecem na dúvida quanto à sua cronologia, mas que parecem apontar também para o Bronze Final pela sua estrutura e alguns materiais. É o caso das necrópoles do Rochão (Castro Daire) (SANTOS e MARQUES, 2007), de Mazugueira/Caramêlo (Tondela) (VILAÇA e CRUZ, 1999, p.77) e do Alto do Barro Vermelho/Alto do Espinhaço (S. Pedro do Sul) (SILVA, 1998, p.248-253), do monumento 2 dos Moinhos do Vento (Arganil) (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.132; VILAÇA e CRUZ, 1999, p.78) e do monumento da Víbora (Carregal do Sal) (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.141; VILAÇA e CRUZ, 1999, p.78-79). Verifica-se que ao longo do tempo os *tumuli* vão sendo construídos com dimensões cada vez mais pequenas, com variações de diâmetro entre os 3m e os 12m, e vão assim também perdendo domínio visual, embora sejam implantados em plataformas elevadas pouco acidentadas. São monumentos discretos apesar de se servirem de abundantes blocos de quartzo para contrastarem na paisagem. A sua distribuição é feita por agrupamentos tanto de uma ou duas dezenas de *cairns* como de apenas 1 ou 3 monumentos, definindo-se, por vezes, alguns núcleos. No centro dos *cairns*, os espaços funerários variam entre cistas, “caixas” ou fossas, onde eram depositados os restos humanos ou simplesmente cinzas, dentro de urnas ou directamente sobre a base do espaço.

Existem depois outros tipos de monumentos. Na necrópole do Paranho (Molelos, Tondela) temos um monumento datado dos finais do séc. XIV ao séc. X a.C. que consiste em 6 cistas, rodeadas por uma fiada circular de pedras espetadas no solo, e preenchidas com terra. Nas cistas, 3 delas com urnas, encontraram-se ossos incinerados, restos de artefactos em bronze e um bracelete simples, também em bronze (CRUZ, 1997). Sem datações, mas semelhante, é o monumento da Travessa da Lameira de Lobos (Cujó, Castro Daire), de planta subcircular e também definido por um círculo de lajes graníticas

fincadas e, curiosamente, quase todas insculturadas com reticulados e semicírculos que se opõem ao longo do círculo e que encaram o exterior (VILAÇA *et al.*, 2014b). Na Quinta do Paço (Vouzela), José Coelho encontrou uma cista, também parecida às de Paranho, que continha um vaso cerâmico com terra, cinzas e carvões (VILAÇA e CRUZ, 1999, p.78). Temos depois o caso da remexida U.E. [1] da sala 20 de BMSR, onde se encontrou um fragmento de tíbia direita de um jovem adulto e que não foi possível datar, mas que poderá ser vestígio de um enterramento intencional ou de uma morte acidental dos finais do Bronze Pleno/inícios do Bronze Final (IBIDEM, p.79; CARDOSO, SENNA-MARTINEZ e VALERA, 1998, p.261).

Terão também existido reutilizações²⁵ de monumentos megalíticos antigos, testemunhados por materiais ou estruturas no seu interior. Na necrópole da Fonte da Malga (Viseu) identificaram-se alguns *cairns* entre mamoadas, uma delas reutilizada com uma cista no seu interior (KALB, 1994, p.415-416; VILAÇA, 2015, p.86). Na necrópole de finais do Calcolítico/inícios da Idade do Bronze do Rapadouro (Vila Nova de Paiva) foram recolhidos na câmara do Monumento 1 ossos carbonizados cujas datações a radiocarbono apontam para uma reutilização do espaço para uma incineração durante o Bronze Final (CRUZ, 2001, p.185; CRUZ e CANHA, 1997). Segundo Domingos Cruz (2001, p.186), a Orca do Picoto do Vasco (Pendilhe, Vila Nova de Paiva) terá também sofrido uma reutilização, atestada por um fragmento cerâmico típico do mundo Baiões/Santa Luzia recolhido nas camadas superficiais da câmara do monumento megalítico. Já no antigo monumento megalítico da Casa da Orca da Cunha-Baixa, em Mangualde, foi encontrado um pequeno fragmento metálico, de forma esférica, que os investigadores (NUNES *et al.*, 1989) identificam como uma peça decorativa, talvez uma ponteira “bouterolle” de bainha ou um adorno do punho de um punhal (“pommette”), provavelmente do Bronze Final.

Neste mundo funerário do Bronze Final parece prevalecer a incineração, prática que começa por ser testemunhada no Monumento 2 da necrópole da Serra da Muna cujas

²⁵ Conhecem-se reutilizações de monumentos megalíticos na Beira Alta desde o Calcolítico (KALB, 1994, p.417), sendo frequentes desde os inícios da Idade do Bronze (SENNA-MARTINEZ e VENTURA, 2008, p.343). No entanto, este é um assunto que levanta ainda muitas questões pertinentes: serão mesmo reutilizações, parasitagens ou intrusões/violações (CRUZ e VILAÇA, 1999, p.79)? Significará isto uma continuidade da sacralidade daqueles lugares e do tipo de culto funerário ou um simples reaproveitamento ou redescoberta destes (KALB, 1994, p.416)? E serão as cerâmicas e metais deixados nos dólmenes indício de uma reutilização funerária ou apenas um depósito ritual (CRUZ e VILAÇA, 1999, p.79)?

datações radiocarbónicas apontam para o Bronze Inicial/Médio, o que veio contrariar a ideia de que a incineração só teria chegado ao extremo ocidente da Península Ibérica nos finais da Idade do Bronze, com a influência de comunidades exógenas como as dos “Campos de Urnas” (CRUZ *et al.*, 1998a, p.392). Na necrópole do Paranho foi possível demonstrar que em cada cista preservada estava um indivíduo adulto cujo género foi impossível de determinar e que foi submetido a uma incineração realizada poucas horas ou dias após a sua morte, com temperaturas que rondavam os 400°C/600°C e que atingiam os 700°C em algumas partes do corpo (SILVA e CUNHA, 1997, p.117-118). Segundo Silva e Cunha (1997, p.118) a incineração aconteceria num local próprio e próximo dos monumentos, sendo depois os restos ósseos e respectivos elementos de adorno recolhidos e depositados nas urnas ou directamente nas cistas. Porém, a maioria das vezes é difícil de perceber se os vestígios carbonosos são o resultado de uma cremação em que os ossos já se perderam por completo ou se são o resultado da queima ritual de produtos vegetais. Vilaça e Cruz (1999, p.155) acreditam que os *cairns* serviriam para depositar no seu centro os resíduos das incinerações, por isso, apesar de na maioria das vezes não se encontrar mais do que o espaço funerário e algum espólio nos monumentos, estes são considerados os locais de deposição dos mortos. No entanto, essa ausência de restos ósseos poderá também significar que muitas outras soluções se poderão ter aplicado aos corpos, inclusive deitar as cinzas ou corpos à água, como sugere Domingos Cruz (1997, p.108) e que, portanto, esses monumentos serão cenotáfios, ou seja, estruturas erguidas em honra dos defuntos, testemunhos de um culto aos mortos e não de rituais fúnebres.

De qualquer forma, o fogo e a arte rupestre parecem ter um papel especial neste mundo funerário. As lajes insculturadas têm um carácter simbólico e ritual evidente que se estende tanto ao mundo dos mortos como ao dos vivos, sendo conhecida uma laje insculturada em Canedotes (VILAÇA e CRUZ, 1999, p.87-88). O caso da Travessa da Lameira de Lobos, por exemplo, parece demonstrar toda uma encenação e ritualismo ligado ao culto dos mortos. A identificação de fragmentações *in situ* de recipientes cerâmicos em áreas concentradas no monumento vêm ainda ajudar à reconstrução hipotética de toda uma cerimónia funerária. Os Monumento 2 da necrópole do Rochão e 3 da Casinha Derribada contam também com uma laje insculturada, tendo sido esta última criteriosamente escolhida ou afeiçoada para que selasse por completo a fossa, e sobre a qual terá sido realizada uma pequena fogueira, talvez num ritual de libação (CRUZ, GOMES

e CARVALHO, 1998b, p.51-54). Estas lajes poderão ainda ser interpretadas como tabuleiros de jogos (*IBIDEM*, p.52).

Este mundo funerário é, assim, definido por uma diversidade de testemunhos que assentam em soluções fúnebres e tradições culturais muito generalizadas. Essa diversidade poderá ter diversas razões: diferenças étnicas, culturais, económicas, sociais ou cronológicas (*IBIDEM*, p.51). Torna-se difícil perceber quais os factores mais influentes quando as necrópoles surgem distantes dos povoados que se conhecem do Bronze Final ou quando as datações para os monumentos não vão de acordo com os momentos de ocupação desses povoados, embora os fragmentos cerâmicos remetam para esses mesmos sítios (*IBIDEM*, p.62-63; CRUZ e VILAÇA, 1999, p.159). Estas necrópoles poderão estar relacionadas com pequenos casais nas suas proximidades e poderão funcionar como um ponto de encontro, onde as várias comunidades se reúnem para cultos religiosos, funerários ou até mesmo políticos ou lúdico-sociais (CRUZ, GOMES e CARVALHO, 1998b, p.63). No entanto, segundo Cruz *et al.* (1998b, p.63; CRUZ, 2001, p.322) enquanto necrópoles como a do Paranho, de sepulturas individuais em contexto colectivo, serão o reflexo de sociedades tribais organizadas, de unidades familiares, as grandes necrópoles de núcleos de *cairns* parecem ser o reflexo de uma individualidade que se generaliza no Bronze Final com a ascensão de elites.

A PROBLEMÁTICA DO COLAPSO

Os monumentos funerários datados do Bronze Final têm um *terminus ante quem* de finais do séc. IX a.C. ao mesmo tempo que os povoados parecem ter sido abandonados antes do final do século seguinte. Verifica-se, portanto, possível que ainda durante o séc. VIII a.C., se tenha assistido na Beira Alta ao colapso das sociedades do Grupo Baiões/Santa Luzia. A verdadeira razão desse colapso permanece uma questão em aberto. Sabe-se que em meados do séc. VI se verificou uma crise temporária no sistema de trocas de todo o Mediterrâneo relacionada com a queda de Tiro e a desvalorização do estanho (SENNA-MARTINEZ, 2011, p.293). Acreditou-se durante algum tempo que o abandono dos povoados tivesse sido o resultado desse forte declínio na circulação de metal (SENNA-MARTINEZ, 1994, p.122), mas vão surgindo novas alternativas.

Ana Bettencourt (1999, p.1233), por exemplo, propõem um esgotamento dos solos²⁶, o que juntamente com a alteração climática verificada na «(...) *transição entre os períodos Sub-boreal e Sub-atlântico, substituindo o anterior clima quente e seco por um mais frio e húmido (LÓPEZ-SAEZ et al, 2009: 91; 97)*» e o «*aumento da pluviosidade e consequente erosão dos solos, (...) aliada a uma crescente desflorestação (Ibidem: 96), terão tido um enorme impacto na economia de comunidades cuja subsistência dependia da agricultura e pastorícia*» (FERNANDES, 2013, p.124). Raquel Vilaça (2008, p.399) acredita que as razões do colapso «(...) *devem ser procuradas mais nas contradições internas dos sistemas gerados do que em quaisquer longínquos acontecimentos, como a queda de Tiro (...)*» até porque «(...) *o abandono ou destruição da maioria desses sítios parece ter ocorrido bem antes da conquista de Nabucodonosor*». Já Senna-Martinez (2013a, p.181) relaciona-o com Santa Olaia e uma captação de escravos. Segundo o autor, os investimentos da colónia fenícia nos contactos com as comunidades interiores e ricas em estanho terão falhado visto que o carácter doméstico da produção metalúrgica da Beira Alta é um indicativo de que o metal explorado seria, na verdade, escasso (IDEM). Assim, Senna-Martinez (IDEM) defende que Santa Olaia se tenha visto obrigada a recorrer à captação de escravos para se sustentar enquanto exploraria localmente o metal (ferro) – escravos que terá captado, directa ou indirectamente, entre as populações da Beira Alta, desestruturando-as. No entanto, cremos que as razões para o colapso dificilmente nos serão conhecidas/comprovadas sem que hajam mais investigações.

A ideia de abandono dos povoados vem do facto de a grande maioria dos sítios conhecidos não apresentarem uma continuidade de ocupação, alguns só voltando a ser ocupados, como é o caso do Castro de S. Romão, já no período romano. O Castelo dos Mouros parece ser o único com uma clara continuidade para a Idade do Ferro, altura em que a sua ocupação se intensifica (PEDRO, 1995, p.48-49; ALMEIDA, 2005, p.115), além de Vila Cova-à-Coelheira que foi abandonado já após um momento de transição do Bronze Final para a Idade do Ferro (ALMEIDA, 2005, p.116).

Poderá também ter existido uma continuidade nos castros de Santa Luzia e Senhora da Guia de Baiões onde alguns dos materiais poderão ser considerados como da Idade do

²⁶ Proposta de Bettencourt (1999, p.1233) relativamente ao abandono dos povoados do Bronze Final da Bacia do Cávado, mas que se poderá transpor para a Beira Alta.

Ferro²⁷, no entanto, essa continuidade é questionada por diversos autores devido à complexidade estratigráfica e ao elevado nível de destruição desses povoados. Outros sítios como a Castainça, Cruz, Aral e Senhora do Castro são também referidos como tendo ocupação durante a Idade do Ferro, ainda que a falta de escavações não permita demonstrar uma continuidade. Por outro lado, conhece-se a fundação durante a Idade do Ferro de novos povoados como o do Morro da Sé de Viseu e o Castro de Três Rios (ALMEIDA, 2005). Assim, parece que a maioria dos sítios terão sido abandonos durante o séc. VIII a.C., alguns sendo reocupados durante uma 2ª Idade do Ferro, mas noutros poderá efectivamente ter existido uma continuidade de ocupação que se poderá definir com um “*período de transição entre o final da Idade do Bronze e a Idade do Ferro*” como Ana Bettencourt (2005, p.31) definiu para a bacia do Cávado onde se verifica uma situação semelhante. Para a investigadora, esta deve ser tomada como uma «(...) *fase cronológico-cultural com identidade e autonomia, protagonizada, essencialmente, pelas populações autóctones e desenvolvida entre os séculos VII e os finais do V/inícios do séc. IV a.C. (...)*», conceito que Ricardo Silva (2008) também considera aplicável ao caso da Beira Interior e que se poderá eventualmente transpor para a Beira Alta se tivermos em mente o caso de Vila Cova-à-Coelheira.

Além da falta de investigações, o grande problema advém da dificuldade da comunidade arqueológica em distinguir os dois períodos, isto porque a própria definição de Idade do Ferro para as regiões interiores e nortenhas é problemática. Enquanto no litoral Sul e Centro se vê um desenvolvimento fruto de uma “*revolução urbana*”²⁸ que corresponde ao início de uma Idade do Ferro, no interior e Norte tal revolução não parece

²⁷ Recuperaram-se em SGB fragmentos de cerâmica com decoração estampilhada, uma técnica que remonta à Idade do Ferro, assim como os seus motivos. No entanto, esta surge também num fragmento de Canedotes cujo motivo já não encontra paralelos nas peças que se conhecem da Idade do Ferro, mas sim num molde para cabeças de alfinete do Castro do Monte Redondo (Gouveia) datado como do Bronze Final (CANHA, 2002, p.226). A descrição da estratigrafia de SGB como de “um único horizonte cultural” põe também em questão a associação do estampilhado com a cultura da Idade do Ferro, a dita “castreja”. Em CSL, por outro lado, foi também identificada uma estrutura de planta redonda com cerca de 7 metros de diâmetro, interpretada como de carácter comunitário, que segundo os investigadores já será da Idade do Ferro como alegadamente comprovam os fragmentos cerâmicos encontrados nos seus alicerces (VAZ, 2000, p.136).

²⁸ Que segundo Senna-Martinez (2013a, p.181) se define com «(...) *a ruptura das “formas domésticas de produção” de fraca circulação, dominantes nos mundos indígenas do Bronze Final, com o início de formas de “produção em oficina” para circulação mercantil, razão porque a predominância estatística de olaria a torno tem constituído o referente arqueográfico mais imediato de tal transformação*».

existir até ao séc. V a.C., já na “2ª Idade do Ferro” (SENNA-MARTINEZ, 2013a, p.181-182). O registo arqueológico no geral da Beira Alta parece demonstrar uma continuidade da cultura material para o pós Bronze Final, sem evidências de produção de cerâmicas a torno e de objectos em ferro, ao mesmo tempo que o pleno urbanismo só terá aí chegado com a romanização, tornando-se complexo delinear os limites cronológicos e diferenças culturais entre os dois períodos. É por isso difícil identificar a Idade do Ferro na Beira Alta, onde o colapso das comunidades leva, como Senna-Martinez (1999, p.47) descreve, a um retorno a sociedades mais móveis, de comunidades serranas, baseadas na pastorícia de ovicaprinos, com pão de bolota, cerveja e gordura animal – em contraste com as comunidades estremenhas – e tal como as fontes clássicas descrevem a *Lusitânia*. São estas comunidades do Bronze Final/transição para o Ferro da Beira Alta que o autor considera, então, a etnogénese das tribos lusitanas²⁹ (SENNA-MARTINEZ, 1999, p.47).

²⁹ Seja esta "etnia" o resultado de imigrações/invasões de populações indo-europeias (ALARCÃO, 2001) ou o resultado do desenvolvimento das comunidades locais (SILVA, 2005, p.132) parece que a sua origem é frequentemente remontada para o Bronze Final. Ruiz-Gálvez (1991), inclusive, propôs que a origem da língua Lusitana estivesse no Bronze Final, por via Atlântica, como língua usada nos contactos e trocas entre elites locais e estrangeiros.

O SÍTIO DO CABEÇO DO CRASTO DE S. ROMÃO

DESCOBERTA DO SÍTIO E AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS EFECTUADAS

O Crasto de S. Romão foi identificado por Martins Sarmiento em 1881 que, numa expedição científica à Serra da Estrela promovida pela Sociedade de Geografia, fez prospecções no local e observou «*fragmentos de cerâmica grosseira, variada (...) fragmentos de cerâmica negra, e fragmentos de telhas, vasos e um tijolo romano*» (SARMENTO, 1990, p.8), uma muralha exterior e outra superior em granito e algum xisto, uma plataforma e grandes acumulações de «*grandes blocos de granito*» (IBIDEM, p.7). Estas observações levaram-no a desenhar uma planta do sítio, a regista-lo como “castro” e a inclui-lo entre as «*estações pré-históricas do tipo da Citânia e de Sabroso*», comparando-o assim a povoados de cultura castreja (IBIDEM, p.6). Martins Sarmiento não chegou a escavar o sítio, mas a sua publicação tornou o Crasto de S. Romão uma importante referência na história da região e respectiva bibliografia.

Segundo o mesmo investigador, o sítio teria já uma certa fama de «*Lendas de tesouros, haveres*» (IBIDEM, p.8). Inclusive, o sítio «*(...) estava mexido recentemente, e o guia disse que provavelmente fora alguém que ali demandara haveres. Todavia não consta que ali se tenha descoberto algum objecto notável*» (IDEM). Isto vem reforçar a importância de lendas locais para a possível identificação de um sítio arqueológico e, neste caso, advertir para possíveis remechimentos no solo e a consequente perda de artefactos e de informação arqueológica. O sítio foi, de qualquer forma, alterado ao longo do tempo: até aos anos 50 do séc. XX foi cultivado centeio no local, o que terá perturbado a estratigrafia do sítio; muita terra e blocos de granito foram retirados para serem utilizados em obras, nomeadamente as da construção do canal de água ligado à Câmara de Carga da Central da Ponte de Jugais e respectivo caminho de acesso, tendo-se assim destruído estruturas e perdido ou descontextualizado, inclusive, epígrafes³⁰ (GUERRA, FABIÃO e SENNA-MARTINEZ, 1989, p.193).

Em 1982 o PEABMAM iniciou a sua investigação do sítio. As prospecções iniciais, realizadas em 1983 pelos investigadores Amílcar Guerra, Carlos Fabião e João Carlos de

³⁰ Terão existido, pelo menos, duas inscrições de período romano que foram integradas na construção de um muro de sustentação do caminho de acesso à Câmara de Carga e que, entretanto, desapareceram (GUERRA, FABIÃO e SENNA-MARTINEZ, 1989, p.193).

Senna-Martinez, permitiram identificar materiais do Bronze Final e confirmar a ocupação romana indicada por Martins Sarmiento, tornando o sítio de CSR o único, até aquele momento, que se conhecia no vale do Alva tendo uma tão grande diacronia de ocupação (GUERRA, FABIÃO e SENNA-MARTINEZ, 1989, p.190). Verificou-se, então, ser pertinente escavar o sítio de forma a caracterizar bem as suas ocupações do Bronze Final e de período romano e tentar eventualmente identificar outras fases intermédias que permitissem, assim, datar e compreender toda a ocupação do sítio ao longo do tempo, desde a sua implantação ao seu abandono.

Tal levou a que em 1985 se tenha procedido à primeira de 6 campanhas de escavação planeadas. O sítio foi limpo, fez-se o levantamento planimétrico em 1:500 e implantou-se um sistema de eixos coordenados³¹ no terreno através de marcos em cimento a partir dos quais se montaram as quadrículas de escavação e se abriram 2 sectores iniciais (*IDEM*): o sector A³² na elevação Oeste e o M³³ na elevação Este. O sector A, escolhido pela concentração de materiais cerâmicos do Bronze Final à superfície, corresponde à “plataforma” referida por Martins Sarmiento (*IDEM*). O Sector M foi aberto na zona nordeste da grande muralha exterior, junto à estrada e rampa de acesso ao interior do sítio, abrangendo os lados interior e exterior da muralha para uma melhor compreensão desta fortificação (*IBIDEM*, p.197). Na campanha 2(1986) continuaram-se os trabalhos nos sectores A e M, sendo as suas áreas alargadas, e foi aberto na elevação Oeste o Sector B³⁵ na extremidade noroeste da elevação onde se concentravam também materiais do Bronze Final à superfície, mas que era delimitada por uma muralha de blocos aparelhados a pico de ferro e, por isso, possivelmente romana (*IBIDEM*, p.193). Na campanha 3(1987) os trabalhos nos sectores A e M prosseguiram com as necessárias ampliações e abriram-se o sector C³⁴, a oriente do Sector A e cuja escavação foi concluída no mesmo ano, e o sector N³⁵ na elevação Este, que revelou estar demasiado alterado para fornecer dados seguros (*IBIDEM*, p.195). Ao fim de 3 campanhas a Câmara Municipal de Seia – que patrocinava os trabalhos com o apoio da EDP/EP, da FAOJ/Viseu e da Junta de Freguesia de S. Romão – cortou no financiamento e, não conseguindo outros apoios, os investigadores viram-se obrigados a concluir a escavação com uma quarta e última

³¹ Planta levantada pela Hidroeléctrica da Serra da Estrela e sistema de eixos coordenados implantado com o apoio do GAT B11 de Seia.

³² Sob a direcção do investigador Senna-Martinez.

³³ Sob a direcção dos investigadores Amílcar Guerra e Carlos Fabião.

campanha de apenas 15 dias, a qual só permitiu concluir o sector B, com a escavação da área intra-muros (FABIÃO e GUERRA, 1988-1989).

A escavação do sítio fez-se segundo o método estratigráfico de *open area*, com base nas metodologias de Barker (2003, 1ª edição de 1977), Harris (1989, 1ª edição de 1979) e Carandini (1997, 1ª edição de 1981), com um registo da informação através de fotografia, desenho e preenchimento de fichas, tendo sido até criado, por Amílcar Guerra e Senna-Martinez, um novo modelo de ficha de U.E. adequado às novas metodologias (SENNA-MARTINEZ, GUERRA e FABIÃO, 1986, p.16). Todos os materiais mais significativos foram registados tridimensionalmente e foram ainda recolhidas amostras de terras, carvão e sementes carbonizadas e todos os metais foram posteriormente analisados por métodos não destrutivos (GIL *et al.*, 1989).

A OCUPAÇÃO DO BRONZE FINAL DO POVOADO

O Castro de S. Romão tem uma implantação que lhe confere um completo domínio de paisagem, o que lhe garante o controlo da circulação de bens e pessoas, ao mesmo tempo que a sua topografia lhe concede um bom acesso a diversos recursos e óptimas condições naturais de defesa que, ainda assim, são reforçadas por estruturas construídas por mão humana, rudimentares, mas eficientes. A elevação Oeste tem cerca de 110m x 40m (cerca de 4400m²) de área limitada por escarpas, fragas e empedrados que preenchem os espaços e reforçam a segurança do povoado (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.191). No seu extremo Sueste, uma rampa desce para a “sela do Crasto”, uma área mais baixa onde também são visíveis estruturas antigas de pedra na sua plataforma central e socalcos nas suas vertentes, existindo uma outra rampa a Oriente que faz a ligação à elevação Este (*IBIDEM*, p.192). Na elevação Este são também visíveis as ruínas de algumas construções romano-imperiais e vestígios mais antigos e, 40m abaixo da sua cota máxima, a muralha romana apontada por Martins Sarmiento (*IDEM*).

Terminadas as quatro campanhas de escavação, o sítio apresentou resultados distintos: uma ocupação do Bronze Final com uma variedade de realidades de boa leitura e que forneceu uma grande e boa quantidade de dados que permitiram defini-la e caracteriza-la muito bem; mas uma ocupação de período romano que, embora comprovada, não permitiu uma grande caracterização ou definição cronológica. No Sector B identificou-se a muralha romana com os respectivos derrubes e, tanto no seu

lado exterior como interior, materiais de cobertura (GUERRA, FABIÃO e SENNA-MARTINEZ, 1989, p.194). No Sector M identificou-se o troço da grande muralha que rodeia o povoado e, no seu lado interior, três Ambientes distintos, caracterizados por buracos de poste, solos de habitat, lareiras e cerâmicas de cobertura e limitados por muros de blocos de granito aparelhados (*IBIDEM*, p.198). No entanto, em ambos os Sectores a articulação de espaços era difícil de compreender, assim como as suas funções, visto que o espólio recolhido baseava-se em cerâmica de cobertura e comum que não eram suficientes para desvendar as funcionalidades e cronologias dos espaços (*IBIDEM*, p.194-199; FABIÃO e GUERRA, 1988-1989, p.74-75). Ainda assim, alguns vestígios e a inscrição datada dos inícios do séc. III d. C. que foi reaproveitada para a muralha apontam para uma ocupação antiga do período romano que se estende até ao período Imperial (GUERRA, FABIÃO e SENNA-MARTINEZ, 1989, p.197-199).

Ainda no Sector M há que destacar uma U.E. que, segundo a descrição dos investigadores, poderá comprovar uma ocupação intermédia do povoado, ou seja, de uma Idade do Ferro (GUERRA e FABIÃO, 1996, p.142). Trata-se da U.E. 42 onde um artefacto de ferro antigo foi encontrado em associação a cerâmicas ainda manuais, mas com fabricos e formas diferentes das conhecidas do Bronze Final (*IBIDEM*, p.143). No entanto, como os autores escrevem e como já vimos, a sua cronologia não é segura pois «(...) o deficiente conhecimento que temos das cerâmicas desta região na Idade do Ferro (...) inibem-nos de qualquer afirmação categórica» (*IBIDEM*, p.142). Por outro lado, o Sector B aponta para que o povoado tenha sido abandonado e apenas depois de um grande hiato ter voltado a ser ocupado, já em período romano. Assim, se existiu uma ocupação contínua que passa pela Idade do Ferro, tais vestígios não são claros ou poderão estar em áreas não escavadas do povoado.

O Sector N apresentava também vestígios romanos à superfície, mas foi nele identificada uma fossa com materiais do Bronze Final, no entanto as alterações nesta área eram significativas demais para uma definição segura deste sector (*IBIDEM*, p.134). A ocupação do Bronze Final ficou, então, caracterizada numa área da elevação Oeste com mais de 300m² que corresponde aos Sectores A, B e C, onde os espaços foram organizados através do aproveitamento e manipulação dos afloramentos e blocos graníticos locais que seriam as fundações das estruturas habitacionais, edificadas com materiais percíveis e com coberturas suportadas por postes (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.189-205; FABIÃO e GUERRA, 1988-1989). Tratar-se-iam de espaços habitacionais e

“cabanas” cujos interiores continham diversas lareiras e onde se pôde identificar áreas de trabalho metalúrgico, armazenagem, tecelagem e de moagem e torrefacção de bolota. Os conjuntos cerâmicos apresentam desde uma olaria fina de enorme qualidade a uma olaria grosseira – desde taças carenadas e decoradas com incisões pós-cozedura e ornatos brunidos a grandes vasos de armazenagem – uma olaria inserível no Grupo Baiões/Santa Luzia, mas que também conta com alguns testemunhos de contactos com outras áreas regionais, desde o Noroeste Português e a Meseta Norte à Beira Interior e Bacia do Tejo (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.189-205; SENNA-MARTINEZ, 1993C). Os artefactos líticos variam desde mós manuais e pesos de tear até enxós e raspadores, a maioria em granito e quartzos típicos da região, mas alguns sobre seixos rolados que teriam de ser recolhidos nos leitos do Alva ou da Caniça (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.189-205). Quanto ao grauvaque, muito frequente nas estruturas em pedra, teria origem na elevação Este que é atravessada por filões desta rocha.

SECTOR A

Este sector, situado no centro da elevação Oeste, revelou essencialmente duas áreas de habitat. A primeira é limitada a sul pela escarpa e no seu interior, entre afloramentos graníticos, identificaram-se os troços de dois muros de granito e grauvaque não aparelhado ([30] e [31]) e outras estruturas constituídas por blocos de granítico artificialmente empilhados (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.193). Os espaços criados entre estas estruturas eram preenchidos por diversas camadas de terras escuras, ricas em fragmentos cerâmicos, que formavam uma série de plataformas artificiais elevadas sobre a escarpa que, por sua vez, assentavam em camadas de enchimento constituídas por pedaços de granito, grauvaque e quartzo (*IBIDEM*, p.103-194).

A Norte destas realidades verificou-se uma área distinta, mas também marcada por afloramentos graníticos naturais, estruturas artificiais e espaços preenchidos entre estas. Trata-se de uma área que havia sido uma das zonas exploradas para a plantação de centeio o que naturalmente afectou as suas unidades estratigráficas superiores ([0], [9], [10], [20]) (*IBIDEM*, p.195). Ainda assim, sob estas camadas foi possível identificar uma série de outras unidades equivalentes, as [12], [37] e [47], que correspondiam a um solo de habitat (*IDEM*). Neste identificaram-se estruturas negativas de diversos buracos de poste ([66], [67] e [69]) que se dispõem na diagonal de Nordeste para Sudoeste e duas fossas ([60] e

[61]), recortados no granito de base, e ainda algum barro cozido sobre uma laje granítica que foi interpretado como os restos de uma lareira ([77]) (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.195-196). Esta área corresponderia, portanto, a uma zona de habitat de 5,5m x 5m, uma “cabana” de planta quase rectangular, limitada a Este por um muro ([40]) e a Oeste por afloramentos graníticos aos quais se encosta parte de uma fiada de buracos de poste ([68], [75], [78], [79], [80], [81], [82], [83] e [84]); a Sul os limites parecem corresponder às fundações de um muro, mas não eram claros; e a Norte o limite é feito por um socalco de cerca de 2m de altura formado por afloramentos graníticos possíveis de subir através de uma rampa de cerca de 1m de largura existente a Nordeste e que é marcada por dois buracos de poste estruturados ([64] e [65]) (*IDEM*). Um dos buracos de poste da tal fiada a Oeste e outro dos três buracos interiores aparentam fazer parte de uma estrutura de tear, como apontam os diversos pesos de tear sobre seixo que se encontraram entre estes. Com os alargamentos da área de escavação para Ocidente (numa área de 4m x 5m) em 1986 e 1987 revelaram-se duas estruturas de combustão complexas, uma ([57/58]) sobre a outra ([86]), associadas ao grande solo de habitat ([47]) e a um muro ([89]) de contenção/delimitação (*IBIDEM*, p.196-197).

Os fragmentos cerâmicos recolhidos neste sector correspondiam essencialmente a taças carenadas brunidas, potes de cozinha e armazenagem, nomeadamente um púcaro, decorados com unguiações e incisão pós-cozedura, destacando-se ainda fragmentos com decoração em *boquique* (*IBIDEM*, p.193-193). Recolheram-se também alguns artefactos metálicos, cossoiros e utensílios líticos, nomeadamente uma enxó polida de fibrolite, pesos sobre seixos rolados, percutores em quartzo ou quartzito e fragmentos de mós manuais em granito (*IDEM*).

SECTOR B

Na extremidade Noroeste da elevação, o Sector B corresponde à área onde haviam sido identificados à superfície essencialmente vestígios romanos, mas também materiais do Bronze Final, o que tornava esta área importante para a definição da diacronia de ocupação do sítio. No entanto, esta área tinha também as suas camadas superficiais fortemente alteradas, tendo esta sido também a área de onde se retiraram mais blocos de granito, incluindo as ditas epígrafes (GUERRA, FABIÃO e SENNA-MARTINEZ, 1989, p.193).

Uma vez removidas as camadas superficiais, porém, a leitura das restantes sequências estratigráficas revelou-se fácil, permitindo a identificação de diversas realidades (GUERRA, FABIÃO e SENNA-MARTINEZ, 1989, p.193). No lado Oeste notava-se uma maior exploração agrícola e, conseqüentemente, uma menor conservação das unidades estratigráficas e respectivo espólio, mas pôde-se definir um piso ([19]) delimitado por afloramentos graníticos e pedras dispostas em círculo que o isolam do resto do sector e onde se encontrava um grande vaso de armazenagem quebrado, podendo, portanto, tratar-se de um espaço de armazenagem (*IBIDEM*, p.194). No lado Este destacavam-se de imediato uns grandes afloramentos, que serviriam de defesa natural ao povoado, e identificou-se uma elevação artificial ([5]) que percorre a elevação de Norte a Sul (*IBIDEM*, p.193-194). Conservavam-se ainda apenas os alicerces de uma muralha romana ([6]) constituída por blocos de granito e grauvaque e, no seu lado exterior, uma sequênciade diferentes derrubes ([4] e [7]) desta estrutura e uma grande quantidade de materiais de cobertura: o derrube ([9]) de um telhado que seria suportado por postes cujos buracos foram também definidos ([11], [12] e [13]) (*IBIDEM*, p.194). Sob estas unidades encontraram-se níveis bem conservados do Bronze Final com o seu solo de habitat ([15]) marcado por diversas lareiras ([16], [17], [18] e [20]) (*IDEM*).

Em 1988 abriu-se uma nova área dentro do mesmo sector, limitada a Oeste pela muralha ([6]) e nos outros sentidos por alguns blocos e grandes afloramentos graníticos que marcam também o interior da área (FABIÃO e GUERRA, 1988-1989, p.74). Aí identificaram-se a continuação da muralha, o seu derrube interior ([23]) e mais materiais de cobertura (*IBIDEM*, p.74-75), sob os quais existia um espesso estrato de sedimentos sem vestígios de ocupação humana ([24]) que os investigadores fazem corresponder a um período entre o abandono do habitat do Bronze Final e a construção da muralha romana (*IBIDEM*, p.75). Sob esta camada e directamente sobre os granitos de base estava então a U.E. 25 que continha muito material do Bronze Final (*IDEM*). Relativamente a esse momento de ocupação definiram-se dois ambientes: o Ambiente I, que corresponde a uma área de forma subcircular cujo piso ([31]) só estava conservado nas partes cobertas pelo derrube da muralha e que era delimitada por blocos de granito empilhados ([28]) entre os afloramentos naturais ([30]), deixando uma abertura a nascente (*IDEM*); e o Ambiente II, a Norte do primeiro e não totalmente escavado por ser atravessado pela muralha romana, mas que era também delimitado por afloramentos locais e blocos graníticos intencionalmente empilhados ([29]) tendo ainda sido identificado um buraco de poste

([26]) cujo enchimento ([27]) continha fragmentos cerâmicos do Bronze Final, carvões e muita matéria orgânica (FABIÃO e GUERRA, 1988-1989, p.76).

Entre o espólio recolhido estavam mós manuais, alguns percutores de quartzo, uma goiva de anfibolite, uma enxó de fribolite, um raspador de quartzo, seixos rolados e artefactos em bronze (GUERRA, FABIÃO e SENNA-MARTINEZ, 1989, p.194; FABIÃO e GUERRA, 1988-1989, p.77). O espólio metálico corresponde a um punção, uma pequena lâmina, um fragmento distal de ponta de lança e uma fíbula de enrolamento no arco (*IDEM*; GIL *et al.*, 1989). Relativamente à cerâmica, os fragmentos encontrados correspondem essencialmente a pequenas taças carenadas brunidas, algumas com incisões pós-cozedura e com fundos em *omphalos*, mas também outros vasos de médias ou grandes dimensões – os maiores para armazenagem – com decorações por ungulação, incisão ou cordões plásticos (GUERRA, FABIÃO e SENNA-MARTINEZ, 1989, p.194-195; FABIÃO e GUERRA, 1988-1989, p.77-78).

Foram ainda recolhidas amostras de carvões da U.E. 15 que deram uma data de radiocarbono de ICEN-197 2910±35 B.P. (1213-1006 cal a.C. a 2σ) (GUERRA, FABIÃO e SENNA-MARTINEZ, 1989, p.194) e, do lado interno da muralha romana, outra amostra vinda da [25] cuja data de radiocarbono é de ICEN-824 2680±80 B.P. (1043-748 cal a.C. a 2σ) (SENNA-MARTINEZ, 2000a, p.143).

SECTOR C

O Sector C foi implantado a Oriente do Sector A, mas só na sua parte Norte, num espaço designado como o Ambiente C-III, existia potência estratigráfica, o que levou ao alargamento dessa área (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.200). Esse ambiente consistia num soalco limitado por afloramentos graníticos a Sul e pelo “amuralhado” do Bronze Final a Norte (*IDEM*). A preencher esse espaço definiu-se uma camada de terras castanho-escuras ([103]) que consistia num complexo solo de habitat de apenas 15cm de potência que tinha uma série de fossas baixas e suaves soalcos que criam um ligeiro declive de Sul para Norte (*IDEM*). Foram encontrados fragmentos de cerâmica em conexão e identificadas duas lareiras constituídas por um piso de argila cozida, uma de pequenas dimensões ([108]) e acompanhada por um conjunto de 3 dormentes e um movente e outra lareira de maiores dimensões ([109]) (1,5m x 0,8m) junta às fundações do muro de retenção de terras ([111]) que limita a Nordeste o soalco e fecha o espaço de habitat

(SENNA-MARTINEZ, 1989, p.200-201). Este solo assenta na sua maioria sobre a U.E. 123 e na sua parte Sul sobre uma camada de areão de granito alterado ([106]) (*IBIDEM*, p.201). A U.E. 106 é limitada por afloramentos naturais e é cortada por uma “fossa-forno” ([104]) preenchida pela U.E. 105 que é constituída por terras negras com cinzas, carvões, termoclastos e bolotas descascadas e carbonizadas (*Quercus, sp.*) o que juntamente com os restantes vestígios sugere que o Ambiente C-III se tratasse de uma área de torrefacção, armazenagem e moagem de, pelo menos, a bolota (*IBIDEM*, p.203). Sob a [105] identificou-se outra camada, [110] que preenchia a fossa com uma “urna” e outros fragmentos brunidos e decorados (*IBIDEM*, p.203-204)

Deste Ambiente foram recolhidos exemplares de taças de perfil em S e carenadas, com incisões pós-cozedura e alguns ornatos brunidos, mas também de grandes potes de armazenagem (*IBIDEM*, p.200-204). Muitos dos fragmentos apareciam em conexão e é de destacar ainda um único e raro prato em calote, de lábio decorado por unguiações e incisões (*IBIDEM*, p.202).

Foi ainda possível recolher carvões e bolotas carbonizadas da U.E. 105 cujas datas de radiocarbono apontam para ICEN-198 2970±35 B.P. (1284-1054 cal a.C. a 2 σ), uma data que serve como *terminus ante quem* para os materiais no fundo da fossa e que se pode aplicar indirectamente às restantes estruturas e conteúdos do espaço (*IBIDEM*, p.204). A sua proximidade cronológica com a ICEN-197 do Sector B aponta para um primeiro momento de ocupação entre (soma de probabilidades:) 1269-1009 a.C., ou seja, entre a primeira metade do séc. XIII a.C. e finais do séc. XI a.C.. A outra datação do Sector B indica uma ocupação até meados do séc. VIII a.C.. Estas datas, como vimos, aproximam-se das cronologias de outros povoados da região e permitem também balizar cronologicamente os artefactos que, por sua vez, caracterizam vários aspectos económicos e sociais da vida dos ocupantes deste povoado.

A “ÁREA DE TRABALHO METALÚRGICO” E O CONTEXTO ESTUDADO

O Ambiente AW3 exterior que fornece o conjunto cerâmico aqui a ser estudado corresponde ao lado exterior do muro [89] que limita a Sul o Ambiente AW3 interior, ou seja, a área de actividade metalúrgica cujo solo – de terras de tom castanho escuro (Munsell 7.5YK3/2) com manchas de tom mais avermelhado (5YR5/2) (*IBIDEM*, p.197-198) – equivale à U.E. 47 da “cabana” do mesmo Sector. Como já foi referido, esta área

continha duas lareiras sobrepostas, ambas de grande complexidade e interpretadas como “fornalhas” de fundição, para aquecimento de cadinhos e trabalho de forja. A desmontagem da lareira superior ([57/58]) demonstrou que esta era constituída por um grande piso circular de barro cozido (com cerca de 1.40m x 1.25m) calcado sobre pedras e fragmentos cerâmicos – alguns brunidos e decorados –, do qual arrancam paredes de cerca de 20cm de espessura e com uma abertura de cerca de 40 cm a Sudoeste (SENNA-MARTINEZ, 2000a, p.140). Sobre esta estavam outros fragmentos cerâmicos e ainda um fragmento de um punção de bronze (nº4660). A lareira inferior ([86]), embora não desmontada (para uma eventual moldagem e reconstituição em museu), aparenta ter a mesma constituição (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.199).

Outros artefactos metálicos e de produção metalúrgica foram recolhidos neste sector, nomeadamente na área da “cabana”: um machado de talão unifacial com uma argola (nº2338) que será um dos mais antigos exemplares deste tipo de artefacto³⁴ (GIL *et al.*, 1989, p.237) e que se encontrava nas fundações do muro Sul da “cabana”; o cravo de escudo em cobre (nº3000) e de superfície dourada por difusão térmica (FIGUEIREDO *et al.*, 2010a) também a Sul, na área de passagem entre as duas áreas; um fragmento de argola de secção circular (nº1812); outro fragmento de punção (nº3169); e um conjunto de três fragmentos metálicos associados (nº2096) que não foram possíveis de interpretar (GIL *et al.*, 1989, p.236), já no exterior da “cabana”. Na área de metalurgia foram encontrados também um fragmento de molde de punção em granito (nº4761) entre os afloramentos a Norte, com sinais de uso, podendo os fragmentos de punção terem sido aí fabricados; um fragmento de molde em argila para pontas de lança de secção losânguica (nº5000) no centro da área; e vários fragmentos de escória (SENNA-MARTINEZ, 2000a, p.140-141). As fornalhas identificadas, os artefactos, moldes e restos de fundição encontrados comprovam, então, uma produção metalúrgica naquele local, de contexto habitacional. A área de actividade metalúrgica seria, portanto, limitada a Norte e Este por altos afloramentos graníticos – com pequenos espaços que permitiriam o acesso à “cabana” – e a Sul pelo murete [89], constituído por 3 fiadas de pedras sobrepostas e terras castanho-amareladas (2.5Y6/4) (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.198). Para Oeste a área ficou por escavar, não se sabendo, por isso, como esta se desenvolveria. No lado exterior do murete [89], estendidas para Sul, encontravam-se as U.E.s aqui em estudo: a [87] e [88].

³⁴ Como vimos, esta tipologia seria provavelmente de produção local.

A [87] – terras castanho-acinzentadas (Munsell 2.5Y3/2) – é identificada na bibliografia como uma camada de derrube (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.198), no entanto, a consulta de plantas das U.E.s e a sua discussão com o investigador responsável permitiram verificar o lapso, tratando-se na verdade de uma fina camada de terra com resíduos que seriam atirados para o exterior do murete ou eventuais escorrências da [47-W3]. Poderá eventualmente corresponder ao momento de utilização da segunda e última fornalha, a [57/58], numa fase mais tardia da utilização daquele espaço. A [88], por baixo da [87], trata-se também de uma camada de resíduos entre pedras que devem corresponder a um derrube parcial do murete. Esta, por sua vez, poderá estar relacionada com a utilização da primeira fornalha [86] e com uma ocupação sobre os granitos de base [91]. O muro está orientado de Oeste a Este pelo que considerando os ventos dominantes da Serra da Estrela, que sopram de SE para ONO, funcionaria como um provável corta-vento necessário para a realização do trabalho metalúrgico. Ao mesmo tempo o muro seria um suporte de terras, um delimitador do espaço e uma estrutura de segurança visto que se encontra muito próximo do declive acentuado do cabeço. Temos, assim, a confiança de que as U.E.s aqui em estudo não seriam de um espaço habitado e por isso *lixeiros* e que, ao mesmo tempo, não estarão completas, visto que parte dos resíduos terá rolado pelo declive abaixo.

Ainda assim tornou-se pertinente estudar o espólio cerâmico destas duas unidades que, segundo Senna-Martinez (1989, p.199), são homogéneos entre si e em relação com os materiais recolhidos na U.E. 47. A caracterização deste conjunto irá permitir, por sua vez, compara-lo com os restantes conjuntos e caracterizar, desse ponto de vista, a área de produção metalúrgica.

O CONJUNTO CERÂMICO DO “AMBIENTE A W3 EXTERIOR”:

U.E.S [87] E [88]

«Cremos que a caracterização da realidade cultural é o objectivo último da análise de um conjunto cerâmico, nas suas várias vertentes, incluindo a comportamental ou comportamento humano. Contudo, cada conjunto cerâmico apenas conta a história do estrato que o contem sendo que todas hipóteses interpretativas de âmbito social ou cultural são generalistas, frágeis e temporárias.» (PINTO, 2011, p.293)

METODOLOGIA APLICADA

Para o estudo deste conjunto cerâmico foi necessária, primeiramente, a recuperação e reorganização dos materiais das U.E.s 87 e 88 e respectivos registos, que se encontram depositados no Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Por se tratarem do resultado de escavações realizadas há mais de duas décadas esta tarefa revelou-se demorada e trabalhosa, sendo inclusive necessária uma nova lavagem de alguns dos materiais para tornar possível a sua análise. Após a reunião dos materiais procedeu-se a uma segunda triagem onde se separaram os fragmentos cerâmicos dos objectos líticos e se reclassificaram todos os bordos, bases, carenas, colos, asas e fragmentos decorados, tentando sempre verificar possíveis colagens. Uma primeira triagem já havia sido feita durante a campanha de escavação onde todos os bojós sem qualquer decoração ou possível aferição de forma foram separados dos restantes materiais que, por sua vez, foram individualizados por um número de inventário. Reuniram-se também os cadernos de registo das U.E.s e os desenhos já realizados (por alunos da FLUL nos finais da década de 80), que tiveram de ser revistos e corrigidos, por vezes até refeitos. As restantes peças foram desenhadas por nós, sendo depois feita a tintage de todas as peças consideradas representativas do conjunto.

Procedeu-se de seguida à indispensável matriz de dados, onde se sistematizam todas as informações e características morfológicas, tecnológicas e decorativas dos fragmentos cerâmicos, que permitiram posteriormente a análise do conjunto através de critérios estatísticos. Os critérios na base da nossa matriz seguem, essencialmente, os parâmetros usados por Senna-Martinez (1989; 1993c) no seu estudo já realizado para o Crasto de S. Romão e outros sítios do Grupo Baiões/Santa Luzia, excepto quando indicado. A nossa análise de pastas e de tratamento de superfície baseou-se, porém, numa observação macroscópica atendendo à impossibilidade de recorrer a técnicos ou instrumentos

laboratoriais especializados. Assim, para cada uma das U.E.s, os critérios usados foram os seguintes:

1) **Identificação:** número de inventário, campanha, quadrado e descrição do fragmento

2) **Medidas:**

- *D* – diâmetro interno máximo
- *dbo* – diâmetro interno do bordo – que segundo os critérios de Senna-Martinez (1993c) são classificados como:
 - *> 15 cm*: pequenos
 - *15 a 24 cm*: médios
 - *≥ 25*: grandes
- *dm* – diâmetro interno mínimo do colo ou gargalo
- *dba* – diâmetro externo da base – que segundo os critérios de Senna-Martinez (1993c) são classificados da mesma forma que o *dbo*.
- *dc* – diâmetro exterior da carena, quando existe carena
- *H* – altura total máxima, desde a base ao plano da boca
- *hD* – altura do diâmetro interno máximo, desde o interior da base
- *hco* – altura do colo ou gargalo, desde o plano da boca
- *hca* – altura externa da carena, desde o plano de assentamento da peça
- *E* – espessura máxima das paredes
- *El* – espessura máxima do lábio/bordo

3) **Índices:**

- *Ia1* – índice de abertura da forma com colo ou gargalo ($dm/D \times 100$)
- *Ia2* – índice de abertura da forma sem colo ou gargalo ($dbo/D \times 100$)
- *Ia3* – índice de estrangulamento do colo ou gargalo ($dm/dbo \times 100$)
- *Ip* – índice de profundidade da forma ($H/D \times 100$)
- *Ihc* – índice de altura da carena ($hca/H \times 100$)
- *Ih* – índice de altura do colo ($dbo/H \times 100$)
- *Ie1* – índice de estabilidade da forma sem base individualizável ($hD/H \times 100$)
- *Ie2* – índice de estabilidade da forma com base individualizável ($dba/D \times 100$)
- *Icv* – índice de convexidade para formas carenadas ($hca/dc \times 100$)
- *Ies* – índice de espessamento do bordo ($el/E \times 100$)

4) **Bordo:**

- **Perfil do lábio** que poderá ser: *redondo; direito; biselado externamente (bse); biselado internamente (bsi); bisel duplo (bd); espessado exteriormente (ese); espessado interiormente (esi); bi-espessado (bie); enrolado.*
- **Orientação** do bordo: *direito; invertido; ou exvertido.*

5) **Base:**

- **Perfil** da base, que poderá ser: *convexa; côncava; em omphalos; ou plana* com as subvariantes definidas por Elsa Luís (2010, p.36-37) de *esbatida, angular, destacada* ou *pé de anel* – ignoramos aqui a subvariante *aplanada* por considerarmos difícil de distinguir da *esbatida*.
- **Espessura**

6) **Forma** do recipiente segundo a tabela de Formas de Senna-Martinez (1989; 1993c).

7) **Elementos de preensão/suspensão**, para os quais nos baseamos essencialmente no trabalho de Costeira e Luís (2015) que, apesar de ter necessitado uma adaptação ao nosso conjunto/metodologia, consideramos o estudo mais recente e completo que aborda o assunto. Baseamo-nos também no estudo de Séronie-Vivien (1982). Relativamente aos cordões plásticos e mamilos, como Luís (2010, p.37) afirma, embora «(...) possam ser entendidos como elementos decorativos, optámos aqui por considerá-los unicamente na sua aceção funcional, como auxiliares de preensão, pois só consideramos decoração os elementos com evidente intenção estética». Seguindo a linha de pensamento de Raquel Vilaça (1995a, p.52) incluímos também neste grupo as perfurações, ou seja, os elementos de suspensão (nos quais, de certa forma, se pode incluir as próprias asas). Assim, caracterizamos estes elementos por:

- **Tipo**, ou seja, se é uma *asa; um cordão; um mamilo; uma pega* – no nosso caso, “*pega mamilada*”, ou seja, com mamilos; ou *indeterminado*.
- **Técnica de preensão**, que poderá ser por *colagem; cravagem; repuxamento; ou indeterminada*.
- **Localização** do elemento/perfuração.
- **Forma** do elemento de preensão. No caso das asas poderá ser: *em anel; em cotovelo; em orelha; sub-rectangular; sobre-elevada; ou indeterminada*. Para mamilos e pegas será: *circular; ovalada; rectangular; ou indeterminada*.

- **Secção** do elemento de prensão. Nas asas será: *circular* (asa de rolo); *oval* (asa de fita); *oval com depressão central* (asa de fita); ou *indeterminada*. Para mamilos e pegas será: *alongada*; *cónica*; *hemisférica*; *lingueta*; *triangular*; *subrectangular*; ou *indeterminada*.

As **Perfurações** caracterizam-se por:

- **Tipo**, verificado através do tipo de orifício, local e sinais de uso (VILAÇA, 1995a, p.52), podendo assim ser: *utilitária*; ou de *reparação* (“gatos”).
- **Localização** do orifício no corpo do recipiente.

Optámos por não incluir um campo relativo à frequência dos elementos pelo facto de estarmos perante um conjunto que carece de peças completas ou quase completas com mais do que um elemento de prensão/suspensão que permitam verificar o número total de asas, pegas, mamilos ou perfurações.

8) **Pastas:**

Relativamente aos **Elementos não plásticos** (e.n.p.), por se tratar de uma análise macroscópica apenas os minerais foram possíveis de verificar, optando-se por fazer uma análise geral, e não de cada tipo de elemento, por se considerar a sua presença equilibrada e por não existirem meios para uma análise mais correcta. Desta forma, foram caracterizados apenas por:

- **Frequência:** *muito frequentes* (>30%); *frequentes* (15-30%); ou *pouco frequentes* (<15%).
- **Calibre:** *pequenos* (Classe 1: 1 a 3mm); *médios* (Classe 2: 3 a 5mm); *grandes* (Classe 3: 5 a 7mm).

Relativamente às **Pastas** em si, caracterizam-se por:

- **Consistência:** *compacta*; *média*; ou *friável*.
- **Textura:** *homogénea*; *xistosa*; *granular*; *arenosa*; ou *vacuolar*.
- **Cozedura** – com base apenas nas cores da peça, mas com a consciência de que tais poderão derivar de diversos aspectos, desde a composição da argila à exposição da peça ao fogo. Por impossibilidade de recorrer à *Munsell Soil Colour Charts*, seguimos os critérios de Raquel Vilaça (1995a, p.48): *oxidante* (de tons vermelhos/laranja); *reductora* (de tons castanhos escuros/cinzentos); *reductora/oxidante* (re/ox) (superfície reductora com núcleo oxidante); *oxidante/reductora* (ox/re) (superfície oxidante com núcleo reductor); ou *mista*

(manchas oxidantes e redutoras pela superfície e núcleo, sem que se consiga determinar uma mais predominante).

9) **Tratamento de superfície externo e interno** que poderá ser por *alisamento*; *brunimento* – que no seguimento dos critérios usados por Senna-Martinez (1989) engloba o polimento; *cepillo*; *espatulado*; ou, quando pouco conservado ou aparentemente inexistente, *indeterminado*. Poderá ainda incluir:

- **Engobe interno; externo; interno e externo; ou ausente.** Temos a noção de que o engobe é algo difícil de comprovar sem análises microscópicas (VILAÇA, 1995a, p.49), no entanto, a presença de engobe no nosso conjunto parece ser relativamente óbvia.

10) **Decoração** – recorreremos à tese de mestrado de Jéssica Reprezas (2010) dedicada à cerâmica decorada do Grupo Baiões/Santa Luzia. A decoração pode encontrar-se na face *interna, externa* ou no *lábio* do recipiente e caracterizar-se por:

- **Técnicas:** impressão por *digitação, unguilação, punção, estampa* ou *pente; incisão pós*³⁵; *incisão pré-cozedura; boquique; excisão; pintura; ornatos* ou *sulcos brunidos; plástica* – elementos de prensão quando claramente estéticos.
- **Motivos** – baseados na tabela de Reprezas (2010) à qual foram adicionados os motivos que surgiram neste conjunto.
- **Localização** da decoração (excepto para o lábio, onde a localização já é evidente) no corpo do recipiente.

11) **Estado de conservação** do fragmento, o qual consideramos *bom* quando o fragmento tem um tamanho considerável e é possível verificar-lhe todas as características propostas; *médio* quando apesar de um tamanho menor e algum rolamento ainda é possível analisá-lo; *mau* quando muito pequeno, corroído ou muito rolado, sendo impossível verificar muitas das suas características.

12) **Observações** – todas as informações pertinentes que não encaixem nos outros campos, como sinais de fuligem, por exemplo.

³⁵ Englobamos nas “incisões pós-cozedura” as incisões realizadas num estado avançado da secagem da argila.

OS RESULTADOS OBTIDOS

O nosso conjunto tem 312 fragmentos individualizados, no entanto, 8 dos fragmentos (3%) foram impossíveis de classificar, alguns por tanto poderem ser bases como carenas, outros por serem demasiado pequenos e irregulares. Desse total contabilizaram-se 188 fragmentos (60%) que representam o Número Mínimo de Indivíduos (NMI), ou seja, todos os bordos e outros fragmentos (que dão Forma) que representem um recipiente. Este grupo foi a nossa principal base de trabalho. Dentro dos NMI apenas 1 fragmento permitiu a reconstituição integral da peça (Ri) (nº 6135), mas foi possível a identificação da Forma (NF) de 28 fragmentos (15%) e o cálculo do diâmetro interno do bordo (Ndb) de 140 fragmentos (75%). Naturalmente, a U.E. 88, por ser a que tem mais fragmentos, apresenta as maiores percentagens, no entanto, é a [87] que tem mais inclassificáveis e a única peça possível de reconstituir.

	Total Frag.	Inclassificáveis	NMI	Ndb	Ri	NF
[87]	141 (45%)	5 (4%)	85 (60%)	65 (54%)	1 (1%)	10 (12%)
[88]	171 (55%)	3 (2%)	103 (60%)	75 (73%)	0 (0%)	18 (18%)
Total	312	8 (3%)	188 (60%)	140 (75%)	1 (0.5%)	28 (15%)

Em análise tivemos também todas as bases, fragmentos decorados e elementos de preensão/suspensão.

A TIPOLOGIA

Como explicámos na metodologia por nós usada, a aferição de Formas foi feita a partir da tipologia de Senna-Martinez (1989; 1993C). Esta escolha pareceu-nos natural por se tratar de uma tipologia baseada nos estudos deste autor na Bacia do Médio e Alto Mondego, abrangendo diversos tipos de Formas desde o Neolítico ao Bronze Final. Relativamente ao “horizonte cultural” do Bronze Final, a tabela é baseada, entre outras, em amostras do próprio Crasto de S. Romão (Sector A: [12], [47] e [57/58]; Sector C: [103], [105] e [110]) (SENNA-MARTINEZ, 1993C, p.94), pelo que será a mais próxima ao nosso conjunto. Procurámos, assim, fazer corresponder tantos fragmentos quanto possíveis a uma das Formas estipuladas, através do seu perfil e índices, sempre com a maior segurança possível e a noção de que na cerâmica manual nunca há recipientes

iguais. Existem, portanto, algumas peças que aparentam corresponder a certas Formas, mas que por falta de informação suficiente preferimos não as incluir.

Deste modo, identificámos as seguintes Formas no nosso conjunto:

- **Forma 31** – *pratos* de volume aberto com carena baixa ou média. Está presente um exemplar do subtipo **31.2**, em que o colo é recto, e uma carena que apenas permite verificar ser uma forma **31** (ESTAMPA VIII).
- **Forma 32** – *taças* de profundidade média, carena média e colo médio ou alto. Temos 6 exemplares do subtipo **32.1**, taças baixas com colo exvertido e baixo e outros 5 do subtipo **32.2**, taças médias, que se dividem ainda entre os sub-subtipos **32.21**, 4 taças de colo sub-vertical, e **32.22**, 1 taça de colo ligeiramente invertido (ESTAMPAS IX e X).
- **Forma 34** – *taças* fundas de carena alta ou muito alta, com colo estrangulado e bases aparentemente planas. Neste conjunto ocorre no subtipo **34.1**, 2 taças³⁶ mais fechadas e, neste caso, sem asa de fita (ESTAMPA XI).
- **Forma 38** – *taças* de colo médio bem marcado (truncocónico aberto ou sub-cilíndrico) e de profundidade média. Surge-nos um único exemplar do subtipo **38.1**, a forma base (ESTAMPA XI).
- **Forma 40** – *potes* fundos de colo fechado e baixo. Temos um exemplar para o subtipo **40.2**, de colo mais aberto, suave e de perfil em S (ESTAMPA XII).
- **Forma 41** – *potes* muito altos e profundos, de pança sub-ovoide, colo exvertido, baixo e truncocónico ou ligeiramente côncavo. Perante as peças nº 6169 e 6506 propomos um novo subtipo, o **41.12**, pois estes fragmentos apresentam as mesmas características descritas por Senna-Martinez (1993C, p.98) para a variante do subtipo **41.1**, com asas e de grandes dimensões, «(...) destinada a líquidos, com o bocal mais estreito ($IaI = 68$) e acabamento brunido» ainda que, neste caso, sem asas (ESTAMPA V). Temos ainda um exemplar do subtipo **41.21**, de colo curto e exvertido, e dois do subtipo **41.22**, de colo mais longo (ESTAMPAS XII e XIII).
- **Forma 42** – *potes* altos de colo sub-vertical, de profundidade média. Temos dois exemplares do subtipo **42.1**, com asas a arrancar do bordo, e um exemplar do subtipo **42.2**, sem asas (ESTAMPA XIV).

³⁶ Apesar de termos 2 taças 34.1, uma delas chegou-nos apenas através do seu desenho, tendo sido impossível encontrar a peça em si e, como tal, caracterizar o seu fabrico.

- **Forma 45** – «*Forma de que desconhecemos a totalidade é, contudo, caracterizada pela presença de um colo bastante desenvolvido e sub-cilíndrico, formalmente semelhante, até nas dimensões dos exemplares, ao “Tipo 8” definido por S.Oliveira Jorge para o sítio da Bouça do Frade (JORGE, 1988: 24 e figs.32, 35 e 43-1)*» (SENNA-MARTINEZ, 1993c, p.102). Este tipo de *pote* surge-nos num único exemplar, do subtipo **45.1**, forma de base (ESTAMPA XV).


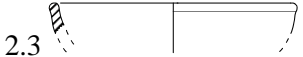
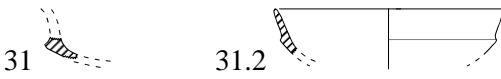
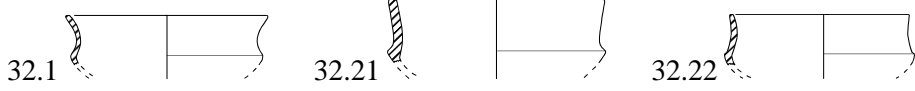
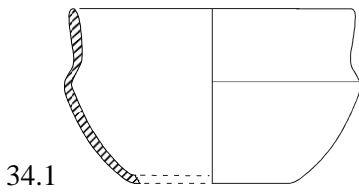
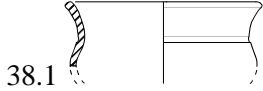
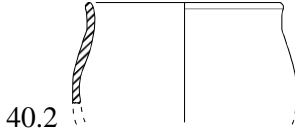
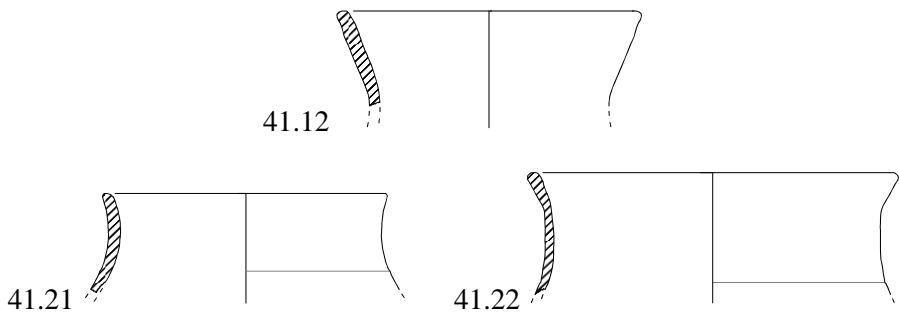


Contamos ainda com recipientes que correspondem à permanência ou recuperação de Formas de “*fundo comum neo-calcolítico*” (SENNA-MARTINEZ, 1993c, p.103):

- **Forma 1** – *pratos* de volumes hemi-elipsoidais ou em segmento esférico, muito abertos e pouco profundos. Consideramos o fragmento nº 6192 do subtipo **1.2**, um prato hemi-elipsoidal com Ia2=100 (ESTAMPA VIII).
- **Forma 2** – *taças* de grande abertura e pouca profundidade. Identificámos um exemplar do subtipo **2.3**, uma taça hemi-elipsoidal (ESTAMPA VIII).

Resta-nos um grande número de bordos cuja Forma foi impossível de identificar por estarem demasiado incompletos, podendo resultar em diversas tipologias distintas. Por isso, agrupámo-los assim dentro de um Grupo B, seguindo as propostas de Elsa Luís (2010):

- **B.1** – bordo ligeiramente exvertido com colo troncocónico, curto e côncavo (ESTAMPA I). Remetem para formas fechadas, nomeadamente a Forma 6 e semelhantes (globulares com colo/gargalo), no entanto, como Senna-Martinez (1989, p.234) explica, esta forma é «(...) *de difícil reconstituição gráfica*».
- **B.2** – bordo de paredes rectas, invertido, com colo troncocónico fechado (ESTAMPAS I). Remete igualmente para formas fechadas.
- **B.3** – bordo exvertido de paredes côncavas, com colo estrangulado, troncocónico ou subcilíndrico, exvertido ou sub-vertical (ESTAMPAS II-V). Aparentam corresponder aos mais variados potes e taças.
- **B.4** – bordo sub-vertical, ligeiramente exvertido, de paredes direitas, com colo troncocónico ou subcilíndrico (ESTAMPA VI). Alguns têm pequenos ressaltos na ligação à pança e outros parecem desenvolver para carenas.
- **B.5** – bordo exvertido de paredes ligeiramente côncavas ou direitas, com colo troncocónico, muito estrangulado formando um bocal muito aberto (ESTAMPA VII).

TABELA DE FORMAS

Forma 1	
Forma 2	
Forma 31	
Forma 32	
Forma 34	
Forma 38	
Forma 40	
Forma 41	
Forma 42	
Forma 45	

Como se pode verificar no GRÁFICO 1 parece existir uma maior diversidade dentro da [88] do que da [87], assim como maior quantidade de Formas identificadas, algo que poderá claramente derivar da fragmentação das peças e do que se conseguiu recuperar em escavação ou também de uma maior riqueza da [88] em tipologias.

A Forma com mais exemplares é a 32 (39%), predominante dentro da [88] (50%). Temos também alguns, ainda que poucos, exemplares de outras taças (7% da 34 e 4% da 38) o que demonstra que as taças carenadas seriam das formas mais comuns e variadas. No entanto, as distribuições diferem: a [87] conta apenas com as Formas 32 e 34, enquanto a [88] conta com a 32, 38 e ainda com uma taça de “*fundo comum*”, a Forma 2.

Com algum destaque temos também os potes (4% da 40, 17% da 41, 10% da 42 e 4% da 45), essencialmente os de grande porte. As Formas 41 e 42 estão presentes em ambas as U.E.s, mas as 40 e 45 somente na [88].

Com apenas 7% temos os únicos pratos típicos do Bronze Final identificados, na [88], e com outros 4% um prato hemi-elipsoidal de “*fundo comum*”, na [87]. Temos outras carenas no nosso conjunto que pelo seu reduzido tamanho impossibilitam a confirmação da Forma, mas que pelo seu pequeno ângulo e respectivas linhas de continuidade para a pança e colos também se parecem aproximar da Forma 31. Acreditamos, por isso, que esta Forma não fosse propriamente rara mas sim menos comum e hoje mais difícil de reconstituir perante a sua fragmentação.

Relativamente ao nosso Grupo B (GRÁFICO 2), são os bordos B.3 que dominam (59%) em ambas as U.E.s (56% da [87] e 62% da [88]). Todos os outros grupos são pouco representados (4%-6%) e, no geral, pouco homogêneos entre si. O grupo B.2 é o único que é exclusivo a uma U.E., neste caso à [87]. Uma parte dos bordos (24%) não pode sequer ser agrupada, devido à sua grande fragmentação. No entanto, com este Grupo B, tal como no resto do conjunto, parece existir uma preferência por recipientes de colos estrangulados, nomeadamente por aqueles que desenvolvem para carenas.

OS DADOS DOS BORDOS

O nosso conjunto tem 186 bordos (85 da [87] e 101 da [88]) e conta com uma grande variedade de perfis (GRÁFICO 3), destacando-se em primeiro lugar os bordos redondos (47%) seguindo-se, com quase metade do valor, os biselados internamente (22%) e os

direitos (15%), sendo estes últimos ligeiramente melhor representados na [88], onde têm quase tanto valor quanto os redondos. Outros são espessados exteriormente (6%) e, muito mais raros são os bordos duplamente biselados (2%), espessados internamente (1%) ou bi-espessados (1%). Em cerca de 6% dos bordos foi impossível determinar o perfil devido à sua fragmentação.

Relativamente à sua orientação (GRÁFICO 4), predominam em larga escala os exvertidos (78%), contando ainda com apenas 5 bordos direitos (3%), a maioria da [87], e 1 único bordo invertido, presente na [88]. No entanto, uma parte dos bordos foram classificados como indeterminados (18%) devido ao seu reduzido tamanho. Naturalmente, são os bordos exvertidos que apresentam a maioria ou totalidade dos vários tipos de perfis, pertencendo os restantes ao grupo de bordos de orientação indeterminada. Tal pode-se verificar na TABELA 4, onde os bordos de orientação direita são unicamente de perfil redondo ou direito.

Já na TABELA 5 podemos verificar que, tirando o único caso de impossibilidade de classificação do bordo e a Forma 2, todas as taças apresentam bordos exvertidos. Na Forma 32 os perfis dividem-se entre bordos direitos, redondos e biselados internamente. As duas taças de Forma 34 dividem-se entre bordo redondo e biselado internamente. O único exemplar da Forma 38 é também de bordo redondo, verificando-se assim neste conjunto uma preferência por estes 3 perfis de bordo para as taças típicas do Bronze Final, especialmente por bordos redondos, sem que, por outro lado, se verifiquem preferências específicas para cada subtipo.

Nos pratos, enquanto a Forma antiga apresenta um bordo de orientação e perfil direitos, já no prato carenado do Bronze Final o bordo tem uma orientação exvertida e um perfil redondo. Os potes são todos de bordo exvertido e demonstram também uma preferência por perfis redondos, direitos e biselados internamente, como demonstram as Forma 41 e 42. Não se verificam, mais uma vez, preferências dentro de cada subtipo.

O grupo B conta com alguns bordos indeterminados, mas na sua maioria são também exvertidos e redondos. Os B.1 são todos exvertidos e ocorrem maioritariamente com perfis redondos. Os B.2 contam com 3 bordos direitos, um de perfil direito e dois de perfil redondo. O grupo B.3, sendo o maior, conta naturalmente apenas com bordos exvertidos e com exemplares de todos os perfis, à excepção do bi-espessado e com especial incidência nos redondos. Os B.4 são na maioria exvertidos e incluem diversos perfis,

incluindo o único bordo invertido que é, curiosamente, também o único de perfil bi-espessado, podendo tratar-se de um recipiente alienado do resto do conjunto, considerando a raridade deste perfil de bordo na região (VILAÇA, 1995a, p.291). Já os B.5 seguem a mesma tendência, com preferência por bordos exvertidos e diversos perfis. Não se verifica para qualquer das Formas ou Grupos uma mudança de tendências de uma U.E. para a outra.

Em termos de espessura (GRÁFICO 5), cerca de 75% dos bordos são finos (21% entre 0,2-0,5 cm e 54% entre 0,6-0,9 cm), indo a sua espessura aumentando ao mesmo tempo que as percentagens diminuem. Assim, apenas 1% dos bordos chegam aos cerca de 2cm de espessura, sendo estes da [87], verificando-se por outro lado que na [88] os bordos são tendencialmente mais finos.

Predominam os recipientes entre 12 e 21 cm de diâmetro do bocal (GRÁFICO 6). Embora ambas as U.E.s sigam a mesma tendência, que consideramos ser de diâmetros pequenos/médios, a [88] tem os recipientes maiores (máximo de 36,6 cm de diâmetro), enquanto a [87] conta com os recipientes mais pequenos (mínimo de 8 cm de diâmetro).

Ambos os pratos apresentam bordos de espessura fina (GRÁFICO 7), embora o prato 1.2 seja ligeiramente mais grosso, e os seus diâmetros são (GRÁFICO 10), respectivamente, de 15,4 e 13,6 cm. As taças são também de espessura fina (GRÁFICO 8), mas as Formas 2, 38 e parte da 32 são também ligeiramente mais grossas. Têm em média cerca de 14cm de diâmetro – que vão dos 9,2 aos 22 cm, os mais pequenos sendo da [88] na Forma 32 – ou seja, com índices de aberturas variados, mas tipicamente pequenos para estes recipientes (GRÁFICO 11). Entre os potes os bordos já são mais espessos, a maioria com mais de 1 cm (GRÁFICO 9). O pote mais fino trata-se, naturalmente, da Forma 40. É dentro da Forma 41, a mais abundante, que se verificam as maiores diferenças de espessuras, assim como de diâmetros. Os diâmetros dos potes vão desde os 13 aos 36,6 cm – sendo o mais pequeno do pote 40.2 e o maior de um 41.22 – com uma média de aberturas de cerca de 22 cm (GRÁFICO 12). Estaremos, portanto, perante variados potes de armazenagem/cozinha de média e grande capacidade. Nesta análise não se verificou qualquer padrão de espessura ou diâmetro dentro dos vários subtipos de cada Forma.

Dentro do Grupo B os diâmetros vão desde os 8 aos 31,8 cm e as espessuras vão das mais finas (0,3 cm) às mais grossas (2 cm). Por ser o maior, o Grupo B.3 é o que tem a maior disparidade de medidas, mas também os restantes grupos têm grandes variações.

As suas formas e funcionalidades poderão, por isso, ser das mais diversas, especialmente dentro da [87], onde se encontram os extremos de diâmetros e espessuras apontados.

AS PASTAS

Numa visão geral do conjunto total de fragmentos dominam largamente as pastas compactas, as texturas xistosas e as cozeduras redutoras. Identificámos também, ainda que residualmente, algumas peças friáveis, de textura homogénea e vacuolar e de cozedura redutora com arrefecimento oxidante (re/ox), cozedura oxidante, cozedura oxidante com arrefecimento redutor e cozeduras mistas. Dentro do NMI verificam-se as mesmas tendências:

Cerca de 80% das peças são de consistência compacta, 19% de consistência média e apenas 1% é friável (GRÁFICO 13). Esse 1% trata-se de uma única peça da [87], onde também se encontra a outra única peça friável. Nessa mesma U.E. 66% das peças são compactas e 33% médias. Apresenta, assim, uma variabilidade ligeiramente maior do que a [88] que se revela muito homogénea, com 92% da amostra sendo de consistência compacta e os restantes 8% de consistência média. A maior presença de pastas de consistência média e friável na [87] poderão indicar um fabrico menos especializado da cerâmica num momento mais tardio da ocupação do sítio ou um maior nível de alterações pós-deposicionais.

Relativamente à textura das pastas, 99% do conjunto total é de textura xistosa, assim como dentro da [87] onde apenas 1 peça (1%) é homogénea. Já na [88] todas as peças são xistosas (100%) (GRÁFICO 14).

Na cozedura dominam as peças redutoras (73%), na [87] com 72% e na [88] com 75%. Como se pode verificar no GRÁFICO 15 todas as outras cozeduras são, comparativamente, residuais. Destacam-se as re/ox que conseguem o 2º lugar em ambas as U.E.s com 8% (9% total), lugar que é dividido com as oxidantes na [87]. A cozedura menos expressiva é a ox/re, com apenas 5% no total.

Quanto aos elementos não plásticos, no geral do conjunto verifica-se uma ligeira maioria de e.n.p. muito frequentes e de pequeno calibre (facto que se deve muito à alta presença de micas). Dentro do NMI, já predominam os e.n.p. pouco frequentes, com 38%, embora sejam logo seguidos pelos muito frequentes, com 35%, restando assim 27% de

e.n.p. frequentes (GRÁFICO 16). Esta tendência verifica-se para a [87] onde os e.n.p. pouco frequentes têm uma percentagem de 46% e os muito frequentes de 36%, mas não para a [88] onde se altera a ordem. Na [88] os e.n.p. são muito frequentes, representando 35% da sua amostra, seguindo-se imediatamente os frequentes com 34% e os e.n.p. pouco frequentes com 31%, apontando para uma olaria ligeiramente aparentemente mais grosseira. Porém, apesar da alteração da ordem, os valores são aproximados o que faz desta uma amostra equilibrada ao invés da amostra da [87] onde existem grandes disparidades.

Relativamente ao calibre dos e.n.p. ambos os conjuntos já são mais homogêneos e de valores muito aproximados (GRÁFICO 17). Dominam no total os e.n.p. de pequeno calibre com cerca de 77% (80% na [87] e 76% na [88]), enquanto os de calibre médio têm um valor baixo de 18% (15% na [87] e 19% na [88]) e os grandes de 5% (5% em ambas as U.E.s). Verifica-se também que os e.n.p. de grande calibre são, geralmente, muito frequentes – pastas grosseiras – mas tal não é regra como demonstra a baixa percentagem de e.n.p. grandes perante a alta percentagem de e.n.p. muito frequentes.

No que concerne aos tratamentos de superfície predominam as superfícies brunidas, tanto nas paredes internas como nas externas. Tal verifica-se tanto para o total de fragmentos como para o NMI:

As superfícies externas brunidas têm no NMI um total de 55%, distanciando-se dos 26% de superfícies alisadas, seguindo-se 12% de espatuladas e apenas 2% com *cepillo*, sendo 5% do conjunto impossível de avaliar (GRÁFICO 18). Verificam-se valores aproximados dentro de cada uma das U.E.s., à exceção das superfícies espatuladas que são mais raras dentro da [87]. Os valores gerais para as superfícies internas são muito semelhantes: 53% são brunidas, 28% alisadas, 11% espatuladas e 2% com *cepillo*, e 6% de superfícies impossíveis de determinar (GRÁFICO 19). Mais uma vez os valores dentro de cada U.E. são também muito aproximados dos gerais com a exceção das superfícies espatuladas da [87].

Atentando a TABELA 6, dentro das peças externamente brunidas a grande maioria é também internamente brunida (e vice-versa). Poderemos supor, por isso, que as peças com uma das superfícies brunidas e a outra indeterminada serão na sua maioria também brunidas nas duas faces. Já as externamente alisadas são exclusivamente alisadas na parede interna. Porém, as alisadas internamente, embora tenham maioritariamente a

superfície externa também alisada, já contam com outros tipos de acabamento. As espatuladas mostram uma preferência pelo mesmo tratamento nas duas faces, mas também acontecem em peças com uma das superfícies brunidas ou alisadas. As que têm *cepillo* internamente têm também exclusivamente *cepillo* na parede externa enquanto o mesmo não se verifica para o oposto, onde existe 1 exemplar com a superfície interior alisada. Resumindo, no geral o tratamento da parede externa corresponde ao da parede interna o que demonstra uma preocupação igual pelas duas faces, seja qual for o objectivo do tratamento aplicado ao recipiente.

Quanto aos engobes, a grande maioria das peças (79%) conta com engobes em ambas as superfícies, especialmente dentro da [88] (84%) (GRÁFICO 20). Cerca de 10%, porém, não têm qualquer engobe, sobretudo dentro da [87] onde os valores atingem os 17% enquanto na [88] representam apenas 5% da amostra. Em cerca de 4% do conjunto total não foi sequer possível aferir a presença de engobes devido ao seu baixo nível de conservação. Restam-nos por isso as peças que só apresentam engobe numa das faces, existindo 6% com engobe na superfície externa e apenas 1% com engobe interno. Os engobes ocorrem em todos os tipos de superfícies, embora se note uma predilecção pelas peças brunidas e uma presença quase nula nas peças com *cepillo* (acontece apenas no exterior de 1 peça com *cepillo* interior e exteriormente).

Focando-nos nas Formas, ambos os pratos nos surgem com consistência compacta (GRÁFICO 21), textura xistosa (GRÁFICO 24) e cozedura redutora (GRÁFICO 27). São todos brunidos sobre engobes exterior e interior (GRÁFICO 36 e 39). Têm e.n.p. de pequeno calibre (GRÁFICO 33), no entanto, o 1.2 apresenta e.n.p. muito frequentes, assim como a carena 31, enquanto o bordo 31.2 tem e.n.p. pouco frequentes (GRÁFICO 30). A diferença entre os dois pratos do Bronze Final poderá eventualmente ter a ver com a distribuição dos e.n.p. pelo corpo do recipiente – com mais desengordurantes na zona da carena do que no bordo – ao mesmo tempo que a diferença entre a Forma 31 e a Forma 1 poderá ser o resultado de soluções temporais diferentes: a primeira do Bronze Final e de um primeiro momento de ocupação do povoado e a segunda de um fundo Neo-Calcolítico e correspondente a um momento mais tardio da mesma ocupação.

As taças apresentam-se também todas com consistência compacta (GRÁFICO 22) e de textura xistosa (GRÁFICO 25). Na cozedura, porém, as Formas 2 e 34 são totalmente redutoras enquanto o único exemplar da Forma 38 tem uma cozedura mista e a Forma 32 divide-se entre uma maioria de cozeduras redutoras e uma 32.1 também mista (GRÁFICO

28). Mas as principais diferenças surgem nos e.n.p. (GRÁFICOS 31 e 34). A Forma 32 divide-se novamente entre uma maioria de recipientes com e.n.p. de pequeno calibre que são pouco frequentes e uma 32.1 com e.n.p. muito frequentes e de calibre médio. A Forma 38 conta com e.n.p. pouco frequentes e as restantes com e.n.p. frequentes. Os calibres são de pequeno tamanho, à excepção da taça de Forma 2, cujos e.n.p. são médios. As Formas 32, 34 e 38, ou seja, as típicas do Bronze Final, apresentam todas as superfícies externas e internas brunidas, assim como engobe em ambas as faces (GRÁFICOS 37 e 40). As únicas excepções são uma das taças 34.1 que tem a parede interna espatulada e engobe apenas exterior e a taça 2.3, de “*fundo comum*”, que tem um acabamento pouco cuidado, com as superfícies alisadas e sem engobes. É natural que, como nos pratos, as Formas tradicionais tenham algumas diferenças relacionadas precisamente com técnicas e costumes antigos, mas as taças do Bronze Final, por outro lado, demonstram uma uniformidade visual – isto é, nos acabamentos – que, no entanto, esconde algumas diferenças de pastas que poderão estar relacionadas com diversos factores como a origem e tratamento das argilas, condições de cozedura ou até experiência do/a oleiro/a. Nesse aspecto, a Forma 32, a mais abundante, é variada em termos de e.n.p. e cozeduras sem que se verifique um padrão que permita associar um certo fabrico a uma U.E. ou sub-Forma particular, à excepção do facto de a Forma 32.1 parecer ser a que mais varia das restantes.

Quanto aos potes, mais uma vez a consistência é 100% compacta (GRÁFICO 23) e a textura também 100% xistosa (GRÁFICO 26). As cozeduras, porém, já são variadas (GRÁFICO 29): as Formas 40 e 45 surgem com cozedura re/ox, assim como 67% da Forma 42. Apenas um recipiente (33%) da 42 é redutor, juntamente com 60% da Forma 41, cujos restantes 40% são mistos. Todos os recipientes apresentam e.n.p. muito frequentes, à excepção da Forma 41 que se divide por 40% de e.n.p. muito frequentes, outros 40% pouco frequentes e 1 recipiente (20%) de e.n.p. frequentes (GRÁFICO 32). Em termos de calibre (GRÁFICO 35) a Forma 40 tem e.n.p. de pequeno calibre e a Forma 45 de médio calibre. Dentro da Forma 42 cada um dos 3 recipientes tem e.n.p. de calibres diferentes e a Forma 41 conta com uma maioria de pequeno calibre (60%), uma peça de médio e outra de grande calibre. As Formas 41 e 42 surgem, assim, como muito variadas em diversos aspectos do seu fabrico. O mesmo se verifica para os tratamentos de superfície (GRÁFICO 38): as superfícies externas e internas têm o mesmo tratamento, mas a Forma 41, maioritariamente de superfícies brunidas (60%), tem uma peça de superfícies espatuladas e outra de superfícies alisadas; a Forma 42 tem uma maioria de superfícies alisadas (67%),

mas uma peça de superfícies com *cepillo* – facto que prova que esta técnica não seria exclusiva da Forma 41 como inicialmente apontou Senna-Martinez (1989, p.464). A Forma 40 é espatulada e a 45 alisada. A maioria dos potes têm ainda engobes em ambas as faces à excepção de um pote da Forma 41 e de 2 dos 3 potes da Forma 42 (GRÁFICO 41). Todas estas diferenças em cozeduras, e.n.p. e tratamentos de superfície surgem em peças com a mesma Forma e da mesma U.E., não existindo por isso um padrão. A única excepção serão as duas peças de Forma 41.12 que, apesar de serem de U.E.s diferentes têm a mesma cozedura, e.n.p. pequenos e próximos em frequência, e são ambas brunidas com engobes nas duas faces.

Relativamente a espessuras máximas das paredes pouco há a expor pois a grande maioria dos NMI não apresentam um perfil suficientemente completo para que se possa tirar essa medida. Apenas podemos recorrer a algumas peças em particular, nomeadamente as que têm carena e as mais completas. Desta forma, os resultados apresentados no GRÁFICO 42, onde 88% das espessuras máximas são indeterminadas e 9% recaem entre os 0,6 e 0,9 cm, pouco deixam aferir sobre o conjunto.

Há que ter em consideração, por isso, o estado de conservação dos fragmentos que fazem o NMI. Mais de metade das peças, 54%, apresentam um relativo bom estado de conservação e 18% estão em mau estado, estando as restantes num nível médio (28%) (GRÁFICO 43). A [88] tem muitas mais peças bem conservadas (60%) comparativamente à [87] (47%), pelo que a análise da sua amostra será a mais próxima da realidade. A [87] é, assim, a U.E. menos conservada, facto que deverá estar relacionado com a sua posição estratigráfica superior, enquanto os materiais da [88] ficaram protegidos pelas pedras do derrube, impedindo-as de rolar.

A DECORAÇÃO

No total do conjunto contabilizámos 40 peças decoradas (13% do conjunto), sendo 63% destes da [88] (26 peças) e 37% da 87 (15 peças) (GRÁFICO 44). Dentro do NMI apenas 11% das peças são decoradas (20 peças), 70% da [88] (14 peças) e 30% da [87] (6 peças) (GRÁFICO 45). Dentro da [87] só 7% são decoradas e dentro da [88] são 14%.

A maioria do total de peças decoradas tem e.n.p muito frequentes, de calibre pequeno, uma consistência compacta, textura xistosa e cozedura redutora. As superfícies são

maioritariamente brunidas ou alisadas e com engobes. Tal vai, grosso modo, de encontro ao que Jessica Reprezas (2010) verificou para os restantes povoados do Grupo Baiões/Santa Luzia.

Existe uma clara preferência – quer no total do conjunto, quer em cada U.E. - por decorações externas (61%), especialmente na área do bordo, colo e bojo, mas também na carena e sobre elementos de prensão (GRÁFICO 46). Seguem-se as decorações no lábio (32%) e, já em clara minoria, as decorações internas (5%) e a combinação de decoração interna + lábio (2%). Estas duas minorias são apenas representadas na [88], visto que na [87] as decorações são exclusivamente externas ou no lábio. Uma das decorações internas surge na área do bordo enquanto a outra no colo/bojo, mais precisamente na área do arranque de uma asa. Não existem decorações nas bases.

Porém, se olharmos para o NMI o reduzido número de peças decoradas altera significativamente esta estatística (GRÁFICO 47). Naturalmente, os bordos denteados permanecem na equação, o que faz das decorações no lábio a grande maioria (65%), especialmente dentro da [87] que além de 83% de lábios decorados só conta com uma parede externa decorada (17%). Seguem-se então as decorações externas (25%) e restam-nos apenas uma peça com decoração interior (5%) e uma peça com decoração combinada (5%). Tal fragmento com decorações em duas localizações (nº 6514) é decorado por unguiações no lábio e por uma única unguiação na parede interior do bordo. Tomamo-la como decoração e, efectivamente, existe também o caso de uma unguiação única na linha do colo, na parede externa, no conjunto de S. Cosme (REPREZAS, 2010, p.59). Porém, por existir uma maior preferência por decorações externas e não internas em CSR, perguntamo-nos se estaremos perante uma decoração voluntária, eventualmente parte de uma sequência mais espaçada de unguiações, ou se de um mero acidente durante o fabrico do recipiente.

Relativamente às técnicas decorativas, as predominantes são a impressão, com 42%, embora imediatamente seguidas da incisão pós-cozedura, com 39%, como se pode verificar no GRÁFICO 48. Entre as minorias estão a combinação de técnicas (7%), aqui representadas por um cordão plástico decorado com unguiações e por dois motivos realizados por incisão pós-cozedura e ornatos brunidos; duas decorações por incisão pré-cozedura (5%); outras duas decorações plásticas (5%); e uma peça com sulcos brunidos (2%).

Das decorações por impressão destacam-se as unguiações (70%), seguindo-se as punções (18%) e, representadas por uma única peça cada uma, a digitação (9%) e o pontilhado (9%). Todos os exemplares de incisão pós-cozedura, à excepção de uma única peça alisada, são de superfície brunida o que, atendendo aos motivos geométricos que as compõem, faz delas as típicas decorações “tipo Baiões”³⁷.

Relativamente a cada U.E., a [88] tem as técnicas de impressão e incisão pós-cozedura com os mesmos valores (42%) enquanto a [87] já apresenta um predomínio de impressões (40%) que são seguidas de perto pelas incisões pós-cozedura (33%). Esta última não conta com incisões pré-cozeduras. Dentro das impressões a [87] predomina em unguiações (83%), com uma minoria de punções (17%), as suas únicas técnicas, enquanto a [88] apresenta também uma maioria de unguiações (64%), mas com mais punções (18%) e os únicos exemplares de digitação e pontilhado do conjunto. Na [87] seguem-se as combinações de técnicas (20%) que estão ausentes na [88] e depois as decorações plásticas (7%), não existindo sulcos brunidos nesta U.E., apenas os ornatos brunidos das decorações combinadas. As decorações plásticas e os sulcos brunidos são as minorias da [88], ambas com a mesma percentagem (4%).

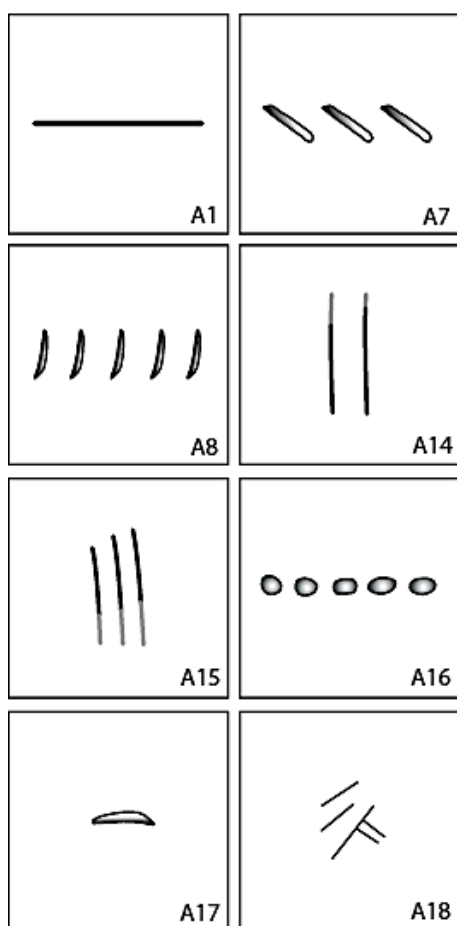
Quando olhamos para o NMI (GRÁFICO 49) as impressões continuam a dominar o conjunto (80%), mas ultrapassando significativamente as incisões pós-cozedura (15%), que pertencem todas à [88], não existindo qualquer pré-cozedura, decorações plásticas ou decoração brunida. Existe, no entanto, uma única combinação (5%), da [87], com incisões pós-cozedura e ornatos brunidos. As impressões são maioritariamente unguiações (69%), seguindo-se as punções (19%).

As impressões unguiladas e a incisão pós-cozedura terão sido, assim, as técnicas mais usadas durante os dois momentos de acumulação destes resíduos, no entanto, a [88] apresenta uma maior variedade de soluções incisivas e impressas. Tal poderá resultar, porém, de factores pós-deposicionais pelo que as incisões pré-cozedura, as digitações e os pontilhados não seriam necessariamente exclusivos da [88], da mesma forma que as combinações não seriam obrigatoriamente exclusivas da [87]. Outras técnicas presentes em CSR, mas que não encontramos no nosso conjunto, são o *boquique*, com

³⁷ Consideramos, como Canha (2002, p.221), a decoração “tipo Baiões” como incisões pós-cozedura com motivos geométricos realizadas em superfícies brunidas.

preenchimento de negativos com pasta branca e a pintura (REPREZAS, 2010, p.84; SENNA-MARTINEZ, 1993c).

Para a identificação dos motivos decidimos adoptar a tabela que Jessica Reprezas (2010, p.43-46) elaborou especificamente para as decorações de CSR, à qual adicionámos os motivos que nos surgiram. Tal como nessa tabela, dividimos os motivos em grupos³⁸: o Grupo A para motivos simples, ou seja, os que surgem isolados sem qualquer organização decorativa aparente; o Grupo B, para sequências de triângulos; o Grupo D, para os motivos compostos, ou seja, decorações organizadas; o Grupo F, para os motivos sobre cordões plásticos; e o Grupo G, por nós adicionado, para os motivos sobre outros elementos de prensão. Há que ter em conta, porém, a fragmentação das peças que em alguns casos nos poderá induzir em erro. Assim, no nosso conjunto temos³⁹:

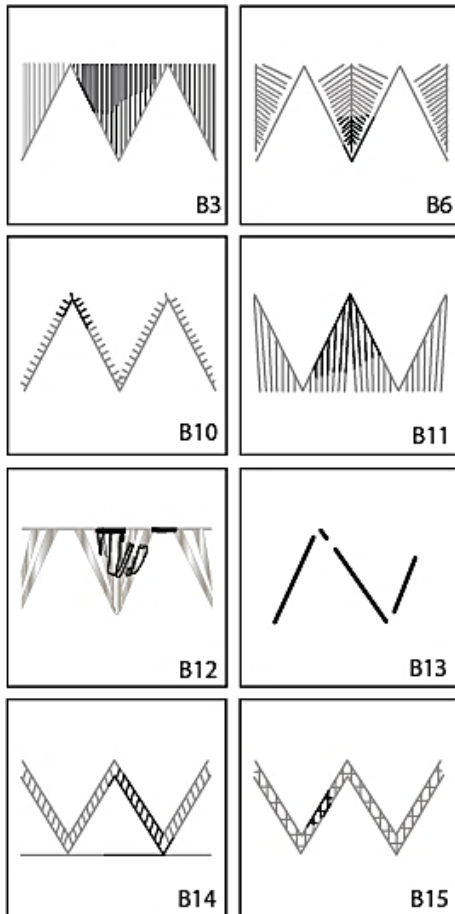


Grupo A – motivos simples:

- **A1:** linha horizontal por incisão pós-cozedura que geralmente marca o arranque do colo.
- **A7:** sequência de linhas oblíquas paralelas, por punção no lábio.
- **A8:** sequência de ungulações verticais no lábio.
- **A14:** (2) linhas longas e verticais por incisão pré-cozedura.
- **A15:** sequência de (3) linhas verticais em “escada” por incisão pré-cozedura.
- **A16:** sequência de digitações simples no lábio.
- **A17:** (1) ungulação horizontal na face interior.
- **A18:** diversas linhas oblíquas, umas paralelas, outras perpendiculares, por incisão pós-cozedura.

³⁸ Ocultámos o Grupo C – matrizes de triângulos – e o Grupo E – motivos em espiga – (REPREZAS, 2010, p.45), por estes serem ausentes no nosso conjunto.

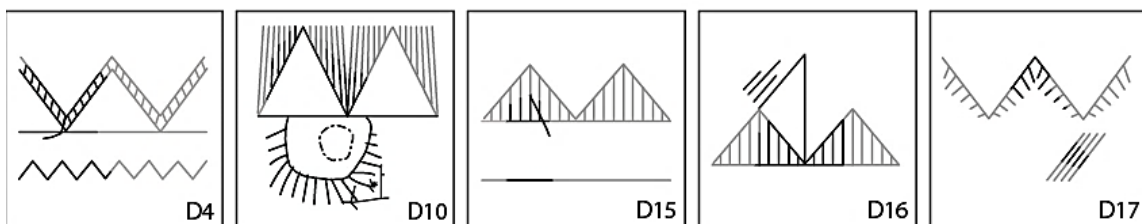
³⁹ Nas tabelas de motivos decorativos que apresentamos as linhas a negro representam o que efectivamente temos na(s) peça(s), sendo as linhas mais claras a nossa reconstituição hipotética do motivo.



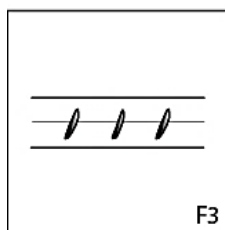
Grupo B – sequência de triângulos:

- **B3:** sequência de triângulos abertos com vértice para baixo, preenchidos com linhas verticais paralelas. Triângulos realizados por incisão pós-cozedura e preenchimento por ornatos brunidos.
- **B6:** sequência de triângulos abertos com vértice para baixo, preenchidos por um eixo do qual partem linhas oblíquas paralelas e divergentes. Realizado por incisão pós-cozedura.
- **B10:** sequência de triângulos abertos cujos contornos são “raiados”. Realizado por incisão pós-cozedura.
- **B11:** motivo B5 - sequência de triângulos abertos com vértice para cima, preenchidos com linhas que convergem para o vértice. Realizado por incisão pós-cozedura.
- **B12:** sequência de triângulos fechados com vértice para baixo, preenchidos com faixas de ornatos brunidos que convergem para o vértice. Linha horizontal que fecha os triângulos é realizada por incisão pós-cozedura.
- **B13:** sequência de triângulos abertos, interrompidos por espaços em alguns pontos. Incisão pós-cozedura na face interior da peça.
- **B14:** sequência de triângulos fechados cujos contornos são preenchidos por traços oblíquos paralelos. Realizado por incisão pós-cozedura.
- **B15:** sequência de triângulos abertos cujos contornos são preenchidos por retícula. Realizado por incisão pós-cozedura.

Grupo D – motivos compostos:

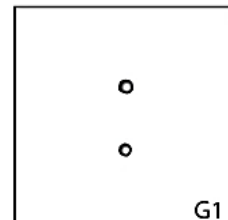


- **D4:** sequência de triângulos fechados cujos contornos são preenchidos por traços oblíquos paralelos + linha quebrada simples que se desenvolve abaixo. Motivo realizado por incisão pós-cozedura.
- **D10:** motivo solar (subcircular, raiado externamente) suspenso de uma sequência de triângulos fechados que são preenchidos com linhas que convergem para o vértice. O “sol” aparenta circundar um mamilo já inexistente. Existem ainda algumas pequenas linhas perpendiculares junto do “sol”. Realizado com sulcos brunidos.
- **D15:** sequência de triângulos fechados e preenchidos com linhas verticais paralelas, com o vértice para cima + linha horizontal que se desenvolve mais abaixo. Realizado por incisão pós-cozedura.
- **D16:** sequência de triângulos fechados, preenchidos com linhas verticais paralelas, com o vértice para cima, com linha vertical que parte do ponto de junção entre os triângulos e que termina no encontro com sequência de linhas oblíquas de diversos tamanhos. Realizado por incisão pós-cozedura.
- **D17:** sequência de triângulos abertos cujos contornos são “raizados” + sequência de linhas oblíquas paralelas mais abaixo. Realizado por incisão pós-cozedura.



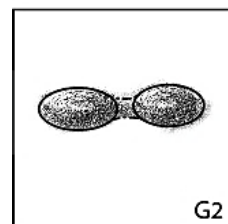
Grupo F – motivos sobre cordões plásticos:

- **F3:** sequência de ungulações.



Grupo G – motivos sobre outros elementos de preensão:

- **G1:** 2 pontos, orientados verticalmente, sobre o arranque de um elemento de preensão sobre-elevado.
- **G2:** 2 mamilos sobre uma pega, um em cada extremidade.



Predominam, como mostra o GRÁFICO 50, no total (57%) e em cada U.E. ([87] com 53% e [88] com 59%), os motivos simples (A), muito graças aos bordos denteados, que representam 63% destes motivos (e 38% do conjunto total de peças decoradas). A grande maioria são por ungulação, ou seja, temos 9 peças com o motivo A8, outras 3 peças por punção, motivo A7, e 1 com digitação simples, motivo A16. Temos ainda outros 2 exemplares do A8 que, no entanto, não se localizam no lábio mas sim um na face exterior de um colo e o outro na face interior de um bordo. Porém, como Jessica Reprezas (2010,

p.40) aponta, este «(...) *poder-se-ia manter na categoria dos 'bordos denteados', não o sendo, em sentido estrito, mas reproduzindo as mesmas fiadas de puncionamentos na face interna do recipiente, sempre em áreas próximas do bordo*».

Temos também 4 exemplares do A1, sempre por incisão pós-cozedura e que, geralmente, marcam o colo. Estas linhas surgem também frequentemente nas sequências de triângulos e nos motivos compostos (em pelo menos 5 dos do nosso conjunto), marcando o colo, o que demonstra uma preferência por este motivo ou, como Jessica Reprezas (2010, p.46) afirma, «(...) *representam mais um "gesto" repetido, do que propriamente uma decoração*». Todos os outros motivos simples só têm um único exemplar. Os motivos A14 e A15, além de semelhantes em forma, são também os únicos do conjunto por incisão pré-cozedura.

Seguem-se as sequências de triângulos (B) (22%). Os motivos B3 e B12 são ambos da [87] e realizados por incisão pós-cozedura e ornatos brunidos, mas enquanto o primeiro começa no bordo, o segundo parte do colo através da linha incisa. Os motivos B10 e B14 partem também do bordo desenvolvendo-se para o colo, assim como o B6 aparenta localizar-se no colo, provavelmente partindo do bordo. O B14 é semelhante ao D4, mas não apresenta qualquer linha quebrada, no entanto, esta poderá estar na outra metade da carena ou mais abaixo. O motivo B15 surge imediatamente abaixo da carena, a partir da qual os triângulos se devem desenvolver. O B11, que surge sobre o bojo partindo de um colo marcado por uma canelura, é uma variação do motivo B5. Segundo Jessica Reprezas (2010, p.47), o motivo B5 é o mais predominante dentro do povoado, mas no nosso conjunto está apenas presente nesta sequência (na orientação oposta) e no D10. Já o motivo B13 é o único dentro destes motivos que surge na parede interna do fragmento (onde se dá o arranque de asa).

Temos depois os motivos compostos (D) (12%) que são maioritariamente da [88]. O motivo D4 deverá ser a decoração mais completa do nosso conjunto. Parte desde o bordo e termina (aparentemente) na parte superior da carena com uma linha quebrada. Os motivos D15 e D16 apresentam também uma sequência de triângulos que devem partir do bordo e que são fechados no colo por uma linha, mas enquanto o primeiro conta com outra linha a marcar o arranque da carena, o segundo apresenta uma decoração aparentemente assimétrica de diversas linhas verticais e oblíquas que se desenvolvem também para o bordo. Ambos têm, porém, triângulos preenchidos por linhas verticais paralelas, tal como no motivo B3, fazendo destes triângulos (ainda que com técnicas e

orientações diferentes) dos mais comuns do nosso conjunto. Também comuns são os triângulos preenchidos por linhas que convergem para o vértice, presentes nos motivos D10, B11 e B12.

No motivo D10 temos a combinação do motivo B5 que provavelmente parte do bordo e cujos triângulos são fechados por uma linha aparentemente marcando o colo, com um motivo solar que parece ter tido um mamilo no seu centro. Este motivo solar é «(...) *de cariz excepcional, neste universo de cariz geometrizar linear, onde as formas curvas são praticamente inexistentes*» (REPREZAS, 2010, p.49), indicando assim uma nova moda estilística associada a motivos circulares que já haviam tido uma grande carga simbólica (motivo solar) em tempos mais recuados e que ressurgiu naquele momento na Beira Alta e Beira Interior e que se impõe na Idade do Ferro (REPREZAS, 2010, p.102; VILAÇA, 1995a, p.283). Além do exemplar D10 do nosso conjunto, que segundo Jéssica Reprezas (2010, p.49) é «(...) *particularmente interessante, uma vez que representa a presença combinada de um motivo de cariz excepcional com um outro muito frequente*», a mesma autora registou ainda um outro “sol” isolado (motivo D9) dentro do povoado.

Restam-nos os motivos sobre elementos de preensão. A grande minoria (2%) é o grupo F, do qual temos apenas uma peça, com o motivo F3. Trata-se de um bojo com cordão plástico decorado com unguiações. É por isso uma combinação das técnicas plástica e impressão. Quanto aos motivos sobre outros elementos (G) (7%), temos o G1 sobre um elemento de preensão sobre-elevado e o G2 sobre 2 pegas. Ambas as pegas têm mamilos ovais de secção cónica e pertencem a recipientes de superfícies alisadas. A pega da [88] não está completa mas permite verificar que, tal como na pega da [87], os mamilos encontram-se em cada extremidade das pegas, de forma quase simétrica. Jessica Reprezas (2010, p.49) tem registados apenas mais 2 motivos pontilhados no povoado, um composto (D2) com linhas curvas pontilhadas, de apenas 1 exemplar, e um simples (A5), de linhas horizontais pontilhadas, com 3 exemplares, não parecendo, por isso, esta ser uma técnica/motivos muito comuns dentro do povoado, embora a técnica já seja mais frequente em outros povoados da Beira Alta (REPREZAS, 2010). O nosso pontilhado surge na área de arranque do elemento, imediatamente antes da sua sobre-elevação.

É de realçar a ausência de espigas no nosso conjunto. Isto vai ao encontro dos dados para o resto do povoado, onde as espigas são escassas – e, segundo a autora, truncadas (REPREZAS, 2010, p.48). Relembramos, no entanto, que a nossa tabela de motivos é limitada e refutável por ser baseada em fragmentos bastante incompletos. A assunção de

que alguns pequenos “pedaços” de decorações correspondem a certos padrões (por exemplo, as sequências de triângulos) é apenas baseada numa linha decorativa que parece dominar dentro do povoado e da região naquele período, não os tornando no entanto verdadeiros. Em contrapartida, alguns motivos simples poderão, na verdade, ser parte de sequências ou motivos compostos que já não nos chegaram por inteiro.

Dentro do NMI (GRÁFICO 51) verifica-se o mesmo predomínio de motivos simples (76%), na maioria exemplares do A8, três do A7, um do A16 e um do A17. Seguem-se as sequências de triângulos, com apenas 14% (um B3, um B10 e um B11). Os motivos D (um D4) e G (um G1) representam cada um apenas 7% e são exclusivos à [88].

DECORAÇÃO/TIPOLOGIA

Uma possível relação entre motivos decorativos e formas tipológicas/funcionalidade dos recipientes é algo que Jessica Reprezas (2010, p.52) concluiu com o seu estudo não ser evidente no espólio cerâmico do Crastro de S. Romão. No nosso conjunto tal foi também difícil de comprovar porque entre as nossas peças decoradas, apenas 2 foram possíveis de reconstituir a forma. O motivo D4 surge-nos numa taça carenada 32.1, sendo a única decorada das 7 identificadas com esta Forma. O motivo B11 surge-nos também numa taça, a única de Forma 38.1.

Relativamente aos nossos grupos de tipologia de bordos, porém, já é mais fácil encontrar alguns padrões ainda que, evidentemente, truncados.

O motivo A8, que é o mais comum dentro do nosso conjunto, surge especialmente dentro do grupo B.3, ainda que residualmente visto tratar-se do grupo mais numeroso e variado. Surge também em metade dos bordos B.5, o que poderá eventualmente indicar uma relação. Temos ainda um único exemplar dentro do grupo B.2. Quanto ao motivo A7, os denteados a punção, apenas 1 exemplar foi possível de associar a um grupo, o B.3, sendo os restantes muito incompletos e um deles, um arranque de asa. Já o único A16, as digitações no bordo, surge também no B.5, o que sustenta a ideia de uma relação entre estes tipos de bordo e a decoração denteada. Estes bordos denteados surgem em fragmentos de grande diâmetro bucal (dos 11 aos 32,6 cm), de maior espessura do lábio (à volta de 1 cm), com superfícies alisadas por vezes com engobes e maioritariamente em bordos exvertidos de diversos perfis (33% redondos, 25% direitos, 8% biselado exteriormente, 8% biselado interiormente e 8% espessado exteriormente), o que sugere

que se trate de «(...) *uma solução decorativa típica da “cerâmica comum”, ou da cerâmica de uso quotidiano/ doméstico*» (REPREZAS, 2010, p.41).

Todos os nossos exemplares do motivo A1, assim como da maioria dos motivos compostos e das sequências de triângulos, são de superfícies brunidas, com engobes, e de paredes com espessuras inferiores a 1 cm. Estas características aliadas ao perfil das peças mais completas deixam-nos com a ideia de corresponderem na sua grande maioria a taças (eventualmente alguns pratos, urnas ou pequenos potes) brunidas, incisas e carenadas, ou seja, as típicas do Grupo Baiões/Santa Luzia que, no entanto, estão fragmentadas demais para poder associar a uma Forma específica.

Não podemos, assim, associar seguramente motivos a tipologias, mas como Jessica Reprezas (2010, p.52) concluiu, «*A decoração estará relacionada de forma mais estreita com questões de identidade, do que propriamente com as funções ou actividades específicas*». É nesse sentido que os motivos “solares” parecem apontar, apenas conhecidos na Beira Alta do Crasto de S. Romão e do seu sítio complementar, o Buraco da Moura de S. Romão.

ELEMENTOS DE PREENSÃO E SUSPENSÃO

O nosso conjunto conta com 43 fragmentos com elementos de preensão, 17 da [87] e 26 da [88]. Temos asas, mamilos, pegas e um cordão, todos isolados, ou seja, sem que nenhum dos fragmentos tenha mais do que um elemento de preensão que nos permita saber quantas asas, pegas ou mamilos um recipiente poderia ter, embora seja de supor que os maiores – os de armazenagem – tivessem, no mínimo, duas asas e que as pegas e mamilos fossem repetidas simetricamente.

Como se pode verificar no GRÁFICO 52, a maioria dos elementos de preensão pertence às asas (65%), das quais 32% são bordos com arranques de asa e outros 32% são bojos (4) e colos (4) com arranque de asa. Destas, só 2 fragmentos permitiram identificar a técnica de preensão com segurança. Assim, 92% das asas são de técnica indeterminada, enquanto 1 exemplar foi repuxado e o outro seria cravado. Apenas uma asa está completa (nº6140, Forma 42.1) – partindo do bordo e terminando no colo – sendo a única que nos dá forma: orelha. Temos ainda um elemento de preensão sobre-elevado (nº6518) que pela sua particularidade será discutido mais adiante e que vamos deixar, por agora, fora da estatística. Assim, quanto à secção das asas, 74% são ovais, 15% são também ovais mas

com uma ligeira depressão central e os restantes 11% são indeterminados devido à sua fragmentação. Estamos, por isso, essencialmente perante asas de fita, como verificado para o resto do povoado e Beira Alta.

Duas das asas identificadas correspondem a recipientes da Forma 42.1, ou seja, potes de armazenagem, ambas arrancando do bordo. A maioria das restantes asas, pelas suas dimensões e fabrico, parecem também corresponder a grandes potes, com um dos arranques enquadrando-se no grupo B.3. Outras, com menores dimensões e aliadas a acabamentos brunidos, já parecem corresponder a taças carenadas ou púcaros – cerâmica fina – conhecidos por eventualmente apresentarem asas. Um desses exemplares enquadra-se no grupo B.4.

Seguem-se os mamilos (26%), dos quais a maioria pertence à [88] e 3 deles já não existem, restando-nos apenas o seu “arranque”. A maioria (55%) parece ter sido realizada através do repuxamento da pasta, mas temos também alguns mamilos (27%) que seriam colados. Os restantes são impossíveis de determinar a técnica. Um dos mamilos localiza-se no bojo e todos os restantes na carena. A maioria tem forma oval (64%), existindo também alguns mamilos circulares (27%). As secções são variadas: 36% são hemisféricos, 18% cónicos, 9% de lingueta e outros 9% alongados. Os restantes 27% são indeterminados. Os mamilos surgem-nos, essencialmente, em taças: dois deles na Forma 32 (32.1 e 32.21) e outro na Forma 34.1. Os restantes surgem em fragmentos de bojo e carenas que pelas suas espessuras e fabricos apontam também para cerâmicas finas.

Relativamente às pegas (5%), temos apenas as 2 pegas mamilares já referidas pela sua decoração plástica. A pega mamilada da [87] surge-nos ainda fixa ao bojo, não sendo possível determinar a sua técnica de prensão, enquanto a da [88] surge já isolada, tornando óbvia a técnica de cravagem. Ambas são pegas horizontais simples, rectangulares e com secção cónica, com um mamilo em cada extremidade, estando os da [87] mais próximos do que os da [88], ou seja, a primeira é uma pega mais pequena que a segunda. Ambas apresentam superfícies alisadas sem engobes evidentes mas as suas pastas diferem: a da [87] tem muitos e.n.p. de calibre médio, uma consistência média, textura vacuolar e cozedura ox/re, ou seja, enquadra-se numa minoria dos fabricos de pasta do conjunto; já a da [88] tem e.n.p. frequentes e pequenos, uma consistência compacta, textura xistosa e cozedura re/ox.

Temos depois um único cordão plástico (2%), da [87], que é colado à parede do recipiente numa área do bojo próxima do colo e que apresenta secção cónica. O seu fabrico enquadra-se na maioria do conjunto e a sua superfície externa é brunida.

Resta-nos ainda um elemento de preensão indeterminado (2%) por estar fracturado no seu arranque. Aparenta ser um mamilo, mas não conseguimos ter certezas. Sabemos apenas de se tratar de uma colagem e de apresentar as mesmas características de fabrico das cerâmicas finas.

SOBRE O ELEMENTO DE PREENSÃO SOBRE-ELEVADO

Trata-se de um fragmento de bordo que se estende até parte da pança, a partir da qual arranca um “reforço” de argila (de cerca de 2cm no máximo, feito talvez por repuxamento embora tenhamos optado por manter a técnica como indeterminada) que vai para lá do bordo onde infelizmente surge fragmentado, impedindo a sua reconstituição. Apenas podemos dizer que teria uma secção aparentemente circular e que apresenta na zona do bordo, mas sobre o dito “reforço”, uma decoração pontilhada. Seria um recipiente com um diâmetro de 16,6 cm, bordo exvertido e de lábio redondo com 0,7 cm de espessura, e.n.p. muito frequentes e de tamanho médio, consistência compacta, textura xistosa e cozedura redutora e com um acabamento espatulado e com engobe em ambas as faces. Aparentemente parece enquadrar-se nos fabricos do resto do conjunto mas sem outras análises não podemos verificar tratar-se de uma produção autóctone ou de uma importação.

Decidimos incluir esta peça no grupo das asas mas na verdade, devido à sua fragmentação, não temos certezas de que se trate efectivamente de uma asa. Poderíamos ter uma simples pega sobre-elevada figurando um género de panela/sertã ou talvez corresponda a um qualquer tipo de apêndice apenas com funções decorativas. Sabemos, no entanto, que as asas sobre-elevadas marcam a Idade do Bronze de certas regiões mediterrânicas, pelo que as probabilidades de se tratar de uma asa são maiores. Contudo, a bibliografia sobre este tipo de asas propõe-nos diversas classificações por diversos autores, sem grande consenso no que toca a denominações, o que dificulta a determinação das cronologias e origens locais/culturais destes recipientes. Por não termos o desenvolvimento da asa, que seria fundamental para a sua classificação, nunca poderemos caracteriza-la com segurança. Mas isso não quer dizer que não possamos tentar fazer esse

exercício pois, sejam qual forem as hipóteses, todas são relevantes para a interpretação do seu contexto no povoado.

Tratando-se de uma asa, temos duas hipóteses: uma “asa em orelha”/“asa realçada”, como Raquel Vilaça (1995a, p.303) chama às que caracterizam o Tipo 5 de Alegrios e Moreirinha, de orientação horizontal; ou uma asa sobre-elevada verticalmente, típica do Norte de Itália. Esta última hipótese desdobra-se numa série de possíveis tipologias. A aparente grande abertura da asa do nosso exemplar permite-nos por de lado alguns possíveis paralelos itálicos – os Grupos 3 e 4 de Cattani (2011, p.70) – e apontar para uma asa de forma ascidiforme – Grupo 1 e 2 de Cattani (2001, p.69-70). É depois com o apêndice ou extremidade da asa – que nós não temos – que se pode classificar a sua tipologia. Da informação que pudemos reunir estas asas não seriam estandardizadas, pelo que as suas variantes são muitas, existindo formas mais e menos usuais, sendo as principais:

- as *ad ascia*, aquelas cujo prolongamento da asa (ou apêndice) termina em forma de martelo (ARNAL, 1950, p.126 *apud* ESPEJO BLANCO, 2000-2001, p.31) que segundo Cattani (2011, p.70) pode ser semi-circular ou em forma de “capota” e que segundo Espejo Blanco (2000-2001, p.39) podem ser de extremidade em cunha ou em concha (côncava);
- as *cornuta/lunata*⁴⁰, que terminam com uma curvatura central na ponta do apêndice, em forma de meia lua, formando dois cornos (ARNAL, 1950, p.126 *apud* ESPEJO BLANCO, 2000-2001, p.31);
- os *apêndices de botão* (ARNAL, 1950, p.126 *apud* ESPEJO BLANCO, 2000-2001, p.31), de secção cilíndrica;
- e os *apêndices zoomórficos* (ESPEJO BLANCO, 2000-2001, p.46).

Por outro lado, um possível paralelo da Malcata (SENNA-MARTINEZ, 1993a, Est. I, 5), poderá indicar para uma asa simples, de fita e lisa, apenas sobre-elevada.

Existe também ainda a hipótese de não se tratar de todo uma asa, mas sim uma simples pega ou apêndice decorativo. Conhece-se, inclusive, uma pega de formato zoomórfico do Sector B de CSR (FABIÃO e GUERRA, 1988-1999, p.79).

⁴⁰ As *lunata/lunulées* são, por alguns autores, diferenciadas das *cornuta*, as primeiras por serem mais próximas de uma meia lua, as segundas por parecerem mais um par de cornos intencional. Ainda assim, os dois tipos surgem muitas vezes como sendo os mesmos.

PERFURAÇÕES

No nosso conjunto surgiram 2 fragmentos perfurados, pelo que achámos pertinente abordar estes furos. Como é sabido, as razões para estes acontecerem poderão ser utilitárias, de reparação ou, eventualmente, decorativas.

São consideradas utilitárias quando as perfurações serviam para passar um cordel (eventualmente ganchos metálicos) que permitiria a suspensão dos recipientes, ou seja, para os armazenar pendurados ou até para os transportar como se tivessem asas. Por outro lado, quando um recipiente se fragmentava poderia ser restaurado através de *gatos*, ou seja, através de grampos metálicos para a aplicação dos quais seria necessário fazer perfurações. Alguns furos poderão ainda ter uma intenção decorativa (por excisão), mas conseguir hoje reconhecer esse objectivo, especialmente perante peças tão fragmentadas como as do nosso conjunto, revela-se impraticável.

A nossa peça nº6159 vê a sua decoração brunida ser interrompida por um furo. Localiza-se no bordo, a cerca de 1 cm do lábio, e demonstra sinais de desgaste, pelo que o classificamos como utilitário: o desgaste dever-se-á ao cordel usado na suspensão do recipiente e a sua localização é a mais prática para tal. Ainda assim, é pertinente o facto de o furo se encontrar aparentemente no centro do triângulo decorativo, como se a perfuração tivesse sido bem planeada. Cremos, então, que apesar do objectivo primário desta perfuração ser utilitário, está-lhe inerente uma preocupação estética.

A peça nº6650 apresenta um furo no colo e não há sinais de desgaste evidentes. A perfuração não parece ter sido realizada pós-cozedura nem apresenta uma secção cónica como Raquel Vilaça (1995a, p.52) caracteriza as perfurações de reparação, pelo que mais uma vez a classificamos como utilitária. A peça aparece fracturada precisamente a meio do furo pelo que podemos imaginar que esta se terá partido por aí – visto que o colo é das zonas mais vulneráveis – antes de ter tido uso suficiente para deixar marcas de desgaste.

Não foram, no entanto, encontradas perfurações em mamilos ou pegas como é usual na região.

BASES

Temos um conjunto de 40 bases, 18 da [87] e outras 22 da [88]. Só 2 delas deram Forma – 32.1 e 34.1 – uma das quais correspondendo à única peça com reconstituição

integral (nº 6135). Como seria de esperar para um conjunto do Bronze Final, a grande maioria (98%) é de base plana: apenas 1 peça, presente na [88], não é plana, mas sim em *omphalos* (2%) (Estampa VIII) (GRÁFICO 53). Há que ter a noção, no entanto, de que as bases redondas (côncavas e convexas), quando fragmentadas, facilmente poderão ser confundidas com bojos, pelo que não temos a segurança da ausência destas no nosso conjunto. Queremos ainda mencionar um fragmento cerâmico (nº6664) que classificámos como *indeterminado* e que, como tal, não foi analisado nem entra na estatística, mas cuja forma nos lembra um pé, podendo corresponder a um vaso polípode.

Dentro das bases planas temos 4 perfis determinados pela ligação da base à pança: a maioria são angulares (49%) (Estampa X), seguindo-se as destacadas (28%) (Estampa IX) e as esbatidas (20%) (Estampa IX) existindo apenas 1 exemplar de pé de anel (da [88]) (Estampa VIII). Cremos, nas palavras de Elsa Luís (2010, p.62), que esta «(...) diversidade de soluções indica, claramente, o pleno domínio da técnica, permitindo a criação de modelos diferentes (...)» e uma «(...) provável intencionalidade estética que subjaz a tal diversidade de bases planas». Há que notar, porém, que apesar destas bases serem consideradas planas, na sua maioria não são regulares verificando-se, por vezes, uma ligeira curvatura côncava no seu centro. A Forma 32.1 fica, desta forma, associada a uma base plana angular. Já a Forma 34.1, tal como apontado na tabela de Senna-Martinez (1993c, p.96), surge com base plana, neste caso esbatida. A base em *omphalos* poderá corresponder a taças 32.2 ou urnas 37.1, que são conhecidas na tabela de formas por essa tipologia de base (SENNA-MARTINEZ, 1993c, p.96-97), possibilidade sustentada pelo fabrico fino deste fragmento. A base de pé em anel tem igualmente um fabrico fino pelo que deverá também corresponder a um recipiente pequeno e cuidado.

Só 40% (27 peças) do conjunto permitiu o cálculo do diâmetro, sendo o mais pequeno de 3,3 cm – a base em *omphalos* – e o maior de 28 cm (GRÁFICO 54). A grande maioria (78%) tem diâmetros entre os 6,1 e 15cm. Como se pode ver no Gráfico 54, as restantes bases recaem, com valores idênticos ou aproximados, entre as outras medidas. Dentro de cada U.E., porém, as realidades diferem. Na [87] predominam os diâmetros entre os 6,1 e 9 cm, ou seja, diâmetros pequenos, sendo o menor de 8 cm. Os diâmetros vão aumentando até a um máximo de 23,4 cm ao mesmo tempo que o número de exemplares diminui. Já na [88] são os diâmetros entre os 12,1 e 15 cm que predominam e o diâmetro maior é de 28 cm, seguindo-se um de 20 cm. No entanto, os restantes diâmetros têm tendência para ir diminuindo até um mínimo de 3,3 cm ao mesmo tempo que o número

de exemplares também diminui. A U.E. [88] tem, por isso, bases maiores que as da [87], assim como uma maior discrepância de medidas, representando os diâmetros menores e maiores de todo o conjunto.

Relativamente às espessuras das bases será necessário apontar o facto de a grande maioria das peças não estarem completas e serem irregulares o que torna as medidas relativas, ainda que tenhamos tentado ser o mais precisos possível. Em primeiro lugar temos espessuras entre os 0,6 e os 0,9 cm (50%), seguindo-se espessuras entre os 1 e 1,3 cm (38%) e, já com muito menos exemplares, espessuras entre os 0,2 e 0,5 cm (70%) e 1,4 e 1,7 cm (5%) (GRÁFICO 55). A U.E. [87] segue esta tendência, com a espessura máxima de 1,3 e mínimas de 0,5 cm, ou seja, com espessuras maioritariamente médias e algumas finas. Já a [88], apesar de apresentar a mesma preferência por espessuras médias, mostra uma ligeira tendência para espessuras mais grossas, encontrando-se nesta U.E. as espessuras máximas de 1,5 cm.

Cruzando as espessuras com os diâmetros, as bases parecem ir ao encontro dos bordos: temos uma maioria de pequenos/médios diâmetros e espessuras finas/médias que corresponderão às taças, pratos e pequenos potes que dominam o conjunto enquanto temos uma minoria de bases de grande diâmetro e maiores espessuras que vão corresponder a alguns dos potes de armazenagem identificados e a uma pequena parte do Grupo B, nomeadamente dentro da [88].

Relativamente à análise das pastas e superfícies das bases, deparámo-nos com uma série de problemáticas. O alto nível de fragmentação e abrasão das bases impediu muitas vezes a sua caracterização, fazendo-nos recorrer às paredes da pança que arrancam das bases. Podemos supor que o tratamento de superfície aplicado nas paredes imediatamente antes das bases seria o mesmo aplicado nas bases em si. Podemos também supor que o tratamento aplicado nas bases seria diferente – ou até inexistente – do resto do recipiente visto tratar-se de uma área que estaria frequentemente invisível. As bases são, também por isso, provavelmente a área dos recipientes mais susceptível a alterações e ao desgaste, por ser a área de assentamento e suporte da peça e a mais exposta directamente ao fogo, por exemplo. Temos também em consideração o facto de a nossa análise ser macroscópica. Por tudo isso, sabemos desde já que existirão diferenças nas pastas e tratamentos das bases em comparação ao nosso NMI. Ainda assim, e recorrendo às paredes quando necessário, cremos que a sua análise poderá ajudar a perceber se estas vão efectivamente ao encontro do nosso NMI ou se estaremos perante bases pertencentes

a outros recipientes ou, ainda, se as soluções adoptadas para a base são diferentes do resto do recipiente.

Fazendo a análise das pastas, confirmámos as mesmas tendências verificadas para o NMI, tanto a nível geral como dentro de cada U.E.. A consistência é maioritariamente compacta (90%) (GRÁFICO 56), seguindo-se, com valores drasticamente mais baixos, a consistência média (7%) e uma única peça friável (3%). Nas texturas (GRÁFICO 57) temos novamente um largo predomínio da textura xistosa (98%), representando esta 100% da [88]. Em contrapartida ao único fragmento homogéneo do NMI, aqui temos uma singular peça de textura arenosa, provavelmente derivada de um mau estado de conservação (trata-se da mesma peça com consistência friável da [87]). Relativamente à cozedura das pastas (GRÁFICO 58), mantem-se uma grande maioria de fragmentos redutores (73%) seguida, à distância, dos re/ox (10%). A ordem das cozeduras altera-se a partir daí, comparativamente ao NMI, com mais cozeduras mistas (7%) – provavelmente por factores já expostos, como a exposição ao fogo ou condições de cozedura – seguidas das cozeduras oxidantes e ox/re, aqui com os mesmos valores (5%).

Os elementos não plásticos das bases são os que diferem mais do NMI. Aqui predominam os e.n.p. muito frequentes (54%), assim como os de calibre pequenos (63%), seguindo-se então os e.n.p. frequentes (31%) e pouco frequentes (15%), de calibres médios (22%) e grandes (15%), tendências que se verificam para cada U.E. e que poderão estar relacionadas com uma necessidade acrescida de plasticidade/reforço das bases (GRÁFICOS 59 e 60).

No tratamento de superfícies – em que recorremos frequentemente às paredes da pança – parecem continuar a predominar as superfícies externas brunidas (63%) mas estas seguem-se das com *cepillo* (20%), só presentes na [88], e só depois as alisadas (17%), sendo estas as únicas técnicas verificadas para as paredes externas das bases (GRÁFICO 61). São também as superfícies brunidas que predominam nas paredes internas (46%), seguidas das com *cepillo* e alisadas (25%), agora também com uma espatulada (2%) e uma indeterminada (2%) (GRÁFICO 62). Maioritariamente o tratamento de superfície externo repete-se internamente, como acontece com as superfícies brunidas, com *cepillo* e alisadas (TABELA 7). Quanto aos engobes (GRÁFICO 63), parecem existir alguns engobes externos (15%) e externos+internos (12%), mas na sua grande maioria estes estão ausentes (73%), facto que acreditamos estar relacionado com a sua falta de conservação.

É de notar o grande aumento de superfícies com *cepillo* em comparação com o NMI que poderá ser um indicador de diferentes soluções para as bases/parte inferior e o resto do recipiente, talvez relacionado com uma necessidade de maior impermeabilidade ou simplesmente com o facto de ser uma área menos visível. No entanto, estas só surgem na [88] que, curiosamente, era a que menos peças com *cepillo* tinha no NMI.

Contudo, há que recordar, como o GRÁFICO 64 comprova, que este conjunto de bases está comprometido devido à sua falta de conservação, especialmente dentro da [87] onde o nível de conservação é menor. No total, cerca de 43% dos fragmentos têm conservação média, 30% foram considerados bons e 27% estão mal conservados.

A PRODUÇÃO TECNOLÓGICA

Como podemos ver, o nosso conjunto é relativamente homogéneo, não só entre si, mas dentro do próprio povoado e grupo cultural. Predominam as consistências compactas, as texturas xistosas, as cozeduras redutoras, superfícies brunidas e engobes em ambas as faces do recipiente. É nos e.n.p. que a homogeneidade é posta em causa, não pelo seu calibre maioritariamente pequeno, mas pela sua frequência.

Não temos estudos que nos indiquem a proveniência das argilas usadas em CSR ou em outros povoados do Bronze Final da Beira Alta, nem a possibilidade de recorrer a análises químicas e mineralógicas no nosso conjunto, mas será natural assumir que seriam argilas locais, adquiridas a uma curta/média distancia do local de fabrico. Sabemos, no entanto, que depois da argila ser recolhida, esta seria filtrada das suas impurezas, tanto quanto possível – sobretudo se forem argilas secundárias – e preparada para a produção dos recipientes com a adição de “desengordurantes” (ou “elementos não plásticos”) que poderão ser minerais ou orgânicos (de origem vegetal, animal ou humana). Não podemos saber quais já fariam parte da argila e quais foram adicionados. Os únicos que podemos identificar com a nossa análise macroscópica são os minerais: feldspato, quartzo e mica, presentes em todos os fragmentos do nosso conjunto. Seriam usados como forma de dar plasticidade à argila e uma grande parte do nosso conjunto tem-los com muita frequência o que supostamente significaria estarmos perante pastas pouco compactas. No entanto, os nossos e.n.p. apontam para uma produção local/regional, visto tratarem-se de componentes naturais do granito, a rocha que mais caracteriza a geologia da Beira Alta, onde as micas abundam sem pôr em causa a resistência da pasta e até, de certa forma,

contribuindo para o aspecto estético cintilante dos recipientes. Percebemos, então, que a consistência das pastas não depende tanto da frequência de e.n.p. mas sim dos seus tipos e distribuição: o nosso conjunto abunda em e.n.p., sim, mas em micas, e estes são pequenos e bem distribuídos pela pasta, tornando-a compacta.

Os recipientes são depois construídos manualmente e os métodos possíveis são variados. Sabemos que pelo menos parte do nosso conjunto foi fabricado através da técnica de rolos. Tal está evidenciado em algumas peças que, na fractura, expõem a técnica usada: na peça nº 6514 podemos ver claramente os rolos; nos bordos nº 6139, 6216, 6238 e 6548 podemos verificar a forma como os rolos foram rematados no bordo, reforçando-o com a junção e esbatimento de mais uma tira. As fracturas entre os rolos, típicas dos recipientes fabricados segundo esta técnica, não nos foram evidentes. Podemos, por isso, considerar que outra parte do conjunto tenha sido fabricada com a simples técnica de modelação manual a partir dum bloco de argila. Temos ainda que admitir a possibilidade de outra parte ter sido fabricada através de moldes, já que, como Raquel Vilaça (1995a, p.47) indica, as taças carenadas só alcançariam perfis e superfícies tão regulares através da técnica de moldes⁴¹. Tal resultaria na fractura do recipiente na linha de carena (RICE, 1987, p.126 *apud* VILAÇA, 1995a, p.47), algo que se verifica no nosso conjunto. As bases em *omphalos* deverão, segundo a mesma autora, resultar da mesma técnica (VILAÇA, 1995, p.47).

Proceder-se-ia ainda à aplicação de elementos de prensão e à realização das perfurações necessárias. Os elementos de prensão são variados assim como as suas técnicas: cravagem, colagem e repuxamento, especialmente a primeira, evidenciada pelos bocados de argila moldada que se destacam nas extremidades das asas, destinadas a ser encaixados na pasta do recipiente. Os mamilos aparentam ser o outro elemento de prensão mais comum e típico deste conjunto, assim como da região.

O passo seguinte seria o do tratamento das superfícies, para as uniformizar, preparar para decorações e/ou impermeabilizar. O alisamento será o tratamento mais simples, que pretende apenas regularizar a superfície do recipiente sem sequer necessitar de grandes

⁴¹ Moldes de duas partes, provavelmente de madeira ou recipientes partidos (RYE, 1981, p.63 *apud* VILAÇA, 1995a, p.47), no entanto, como Vilaça (1995a, p.47) explica, é muito difícil comprovar esta técnica arqueologicamente pois os moldes serão em materiais perecíveis que não chegam aos dias de hoje ou em materiais difíceis de interpretar como tal.

utensílios ou técnicas para o conseguir. Temos ainda as superfícies brunidas e com *cepillo* que poderão ser consideradas por alguns como processos decorativos. Relativamente ao brunimento, admitimos que a solução poderia ser intencionalmente dupla: primariamente uma forma de obter uma superfície lisa e cuidada e ultimamente criar um efeito estético. Da mesma forma, os engobes, bem presentes no nosso conjunto, teriam as funções de impermeabilizar, suavizar e eventualmente colorir os recipientes, tornando-os assim mais preparados para as suas funções e esteticamente melhor acabados ao toque e à vista. O facto de termos na maioria superfícies brunidas e com engobes demonstra uma grande mestria nestas técnicas e uma grande preocupação funcional e estética para a olaria destas comunidades. Mesmo que, como Dulcineia Pinto (2011, VOL.2, p.23), acreditemos que as superfícies espatuladas são «(...) *um erro comum quando se realizam polidos ou brunidos e se controla mal o processo de secagem (...)*», as suas baixas percentagens demonstram um conjunto bem cuidado. Seriam também realizadas nesse momento algumas decorações, como demonstram muitos dos motivos pré-cozedura que nos surgiram, nomeadamente os bordos denteados, aqui realizados recorrendo apenas aos dedos, unhas e punções. Alguns motivos considerados “pós-cozedura” poderiam também ser realizados antes da cozedura, num momento de alta secagem da pasta.

Os recipientes seriam, então, depois submetidos ao processo de cozedura. Não conhecemos os locais/estruturas em que esse processo se deu, mas supomos que se tratasse do método mais simples: o da fogueira. No caso de a fogueira ser aberta e feita ao nível do chão, as oscilações de temperatura e de oxigenação resultariam em pastas mais avermelhadas (oxidantes) ou com manchas de cor que nos impedem de identificar o tipo de cozedura (mista). Já as fogueiras fechadas sobre covas, seriam o método provavelmente mais utilizado para o nosso conjunto, por manter temperaturas mais elevadas e impedir a entrada do oxigénio, resultando assim em pastas de cor mais homogénea e escuras (reductoras). O processo de arrefecimento influenciaria ainda a cor superficial dos recipientes, podendo resultar em pastas com um núcleo de cor diferente da superfície (re/ox ou ox/re). Existe ainda a possibilidade de os recipientes terem sido cozidos em fornos próprios que conseguem atingir temperaturas ainda mais elevadas e mantê-las mais estáveis, mas tal estrutura não se conhece para o período na região⁴². De qualquer forma, a grande quantidade de cerâmica fina do nosso conjunto que demonstra

⁴² Porém, na Beira Interior Vilaça (1995, p.266) dá conta de um forno portátil em Alegrios que poderá eventualmente ter servido para cozer cerâmica.

uma cozedura muito regular comprova um grande cuidado e experiencia dos oleiros neste passo.

Para finalizar, alguns recipientes seriam decorados com as mais diversas técnicas e motivos pós-cozedura, dos mais simples aos mais complexos, preferencialmente na superfície externa mais visível do recipiente, por vezes cobrindo-o desde o bordo até à carena/bojo. Seriam aqui as taças carenadas, típicas do momento cronológico-cultural, as protagonistas, aplicando-se decorações “tipo Baiões” especialmente naquelas cujo fabrico e cozedura era mais regular e cuidado, tornando-as, assim, em autênticos recipientes de luxo com grande carga simbólica.

Desconhecemos centros produtores ou simples locais de fabrico. Todo o processo de fabrico dos materiais cerâmicos naquela altura não contaria com grandes estruturas ou utensílios, a maior parte deles perecíveis, como osso ou madeira usados para a decoração. Contamos, no entanto, com cerca de 9 seixos rolados no nosso conjunto (7 na [87] e 2 na [88]), podendo alguns deles terem servido, por exemplo, como polidores das superfícies cerâmicas.

Conhecemos, portanto, apenas o produto final e o seu local de deposição. Como vimos antes, a cerâmica do Grupo Baiões/Santa Luzia divide-se essencialmente em dois grupos: o da “olaria fina” (Grupo 1) e o da “olaria grosseira” (Grupo 2) (SENNA-MARTINEZ, 1989).

Como demonstra o GRÁFICO 65, dentro da olaria fina podemos incluir os nossos pratos que têm acabamentos brunidos sobre engobe em ambas as faces e pastas compactas com e.n.p. de pequeno calibre. Os pratos de Forma 31 têm e.n.p. pouco frequentes e cozeduras redutoras muito regulares e escuras, mas o prato 1.2 já conta com e.n.p. muito frequentes (devido às micas) e uma cozedura redutora menos regular. Como já podemos ver, ambas as Formas têm também diâmetros bocais aproximados, mas bordos de perfil e orientação diferentes. Perante isto cremos poder afirmar que os pratos do nosso conjunto diferem em pequenos detalhes consoante o seu fundo cronológico-cultural, mas no geral são recipientes de olaria fina, que seguem as características de fabrico que definem a cultura material daquelas comunidades naquele momento e que se adaptam à sua funcionalidade. Os pratos seriam essencialmente destinados ao consumo de alimentos sólidos e a sua fraca expressividade no conjunto poderá ir ao encontro da raridade e monumentalidade do consumo de carne.

Também as taças serão consideradas olaria fina, à exceção da Forma tradicional 2.3 que, neste caso, tem e.n.p. frequentes e de médio calibre e acabamentos alisados sem engobe. Todas as restantes têm pastas compactas, com e.n.p. pequenos e apenas muito frequentes quando abundam as miccas, e acabamentos brunidos sobre engobe em ambas as faces (à exceção de uma taça 34.1 que tem a parede interna espatulada e engobe apenas exterior). A grande maioria das taças apresentam ainda uma cozedura redutora muito regular e negra e algumas das decorações mais compostas e caracterizadoras do ambiente cultural. Independentemente das pequenas diferenças de fabrico, todas as taças parecem ser adequadas às suas funções que seriam de preparação e consumo de líquidos e alimentos em caldo. Atendendo ao perfeito acabamento de algumas destas peças e às suas decorações, estaremos perante recipientes de alta qualidade e, provavelmente, grande simbologia, podendo por isso estar também relacionadas com outras actividades não alimentares, como actos *religiosos* ou medicinais, e com indivíduos de poder.

Quanto aos potes, a maioria inclui-se no grupo da olaria grosseira, mas como Senna-Martinez (1993c, p.108) expôs, este grupo divide-se entre recipientes com pastas e acabamentos semelhantes aos da olaria fina, e recipientes tipicamente grosseiros. As pastas continuam a ser todas compactas, mas os e.n.p. diferem em frequência e calibre, encontrando-se muitos e.n.p. muito frequentes e de grande calibre, ou seja, pastas grosseiras, e outros pouco frequentes e de pequeno calibre. As pastas grosseiras, que abrangem todas as Formas de potes do nosso conjunto, são acompanhadas de superfícies alisadas, espatuladas ou com *cepillo*, algumas vezes sem engobes e as cozeduras variam entre redutora, re/ox e mista. As pastas finas, por outro lado, apresentam acabamentos brunidos sobre engobe. É o caso de um exemplar da 41.21, de cozedura mista, e dos dois exemplares da 41.12 cuja cozedura é redutora, muito negra e regular. Estes têm também a espessura do lábio, o diâmetro bocal e diâmetro mínimo aproximados. Poderemos, por isso, estar perante recipientes com um fabrico muito próprio, que se mantêm de uma U.E. para a outra. Relembramos que a Forma 41.12 corresponde a potes muito altos de acabamento brunido, bordo exvertido, colo estreito e geralmente provido de asas, provavelmente destinados a armazenar/transportar líquidos. Os potes mais baixos, abertos e grosseiros serviriam para armazenar outros bens como cereais e frutos secos, os mais pequenos e leves para o transporte desses e outros bens. Temos, portanto, vários potes de armazenagem, altos e baixos, com diâmetros pequenos e outros muito grandes, gargalos

mais ou menos estreitos, cujas diferenças de fabrico respondem essencialmente a necessidades funcionais.

Também os Grupos B.2, B.5 e parte dos B.1, B.3 e B.4 parecem pertencer à olaria grosseira, mas como já havíamos verificado para os diâmetros e espessuras dos bordos e bases do NMI, a maioria aponta para recipientes pequenos, como taças, e apenas uma minoria para grandes vasos de armazenagem. Também as superfícies do NMI são maioritariamente brunidas, pelo que podemos apenas afirmar que entre as Formas identificadas (Gráfico 54) e o NMI do nosso conjunto predomina a olaria fina.

Parece-nos, assim, evidente que o conjunto demonstra uma grande variedade de Formas, bordos, decorações, elementos de prensão e bases assim como uma grande experiência nos processos de fabrico da cerâmica. São poucos os fragmentos que demonstram um claro descuido, como bordos e superfícies irregulares ou até cores mistas. Na peça nº 6657 podemos verificar, por exemplo, o reforço interior da cravagem da asa com mais argila que não foi disfarçada. Temos ainda algumas impressões digitais e marcas de dedos acidentalmente deixados, respectivamente nas peças nº 6269 e 6620, como testemunhos do manuseamento dos recipientes no seu processo de fabrico pré-cozedura. Não obstante esses casos, os recipientes demonstram uma grande qualidade de fabrico, desde a escolha e modelagem das argilas, passando pelo tratamento de superfície e terminando no controlo da sua cozedura.

Uma vez completo, cada recipiente seria usado de uma ou várias formas, manuseado por um ou diversos indivíduos, em um ou inúmeros locais. Os recipientes seriam, portanto, expostos a uma série de situações ao longo do seu *tempo de vida* que os alteraram. Os vestígios de uso são, no entanto, difíceis de identificar com a nossa simples análise macroscópica, sendo-nos impossível confirmar, por exemplo, que tipo de conteúdos os recipientes receberam e, como tal, comprovar as suas funções. Apenas nos podemos referir a fragmentos que nos surgiram com fuligem, o caso das peças nº 6531, 6632 e 6139. A primeira corresponde ao bordo de uma taça ou pequeno pote de pasta fina, muito cuidada e brunida, o que juntamente com o facto de a fuligem se encontrar na sua face interior nos faz considerar a possibilidade de testemunhar a queima de, por exemplo, elementos vegetais provavelmente no âmbito de práticas rituais. A segunda é uma base de pasta grosseira e apresenta uma grande mancha queimada e com fuligem, indicando uma exposição directa ao fogo, ou seja, um uso de cozinha desse recipiente cuja forma foi impossível de determinar, mas que aponta para um pote. A última, já da

[87], corresponde a um bordo da Forma 41.21, um pote que eventualmente terá sido também usado para cozinhar ou que terá estado demasiado perto de uma fogueira. No entanto, estas fuligens poderão estar relacionadas com alterações pós-deposicionais, especialmente considerando os incêndios que deflagraram no sítio no século passado, ainda que as nossas U.E.s (em especial a [88]) não aparentem ter sido alteradas por estes.

DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DO CONJUNTO ESTUDADO: DO LOCAL AO SUPRA-REGIONAL

O conjunto que aqui temos em estudo é composto por materiais cerâmicos de dois momentos estratigráficos que a nossa análise demonstrou seguirem a mesma tradição oleira. Por outro lado, tornaram-se evidentes algumas diferenças entre as amostras que lhes conferem interpretações distintas e que marcam uma pequena ruptura, de um momento para o outro, na continuidade cultural e técnica que, grosso modo, pauta as actividades que originaram este espaço de “lixeiros”.

A U.E. 88, a mais antiga, aparenta estar bem conservada, apresentando uma maior quantidade de fragmentos ao invés da [87], mais recente, pequena e mal conservada; apresenta-se também mais diversificada em Formas, com uma maioria de taças, enquanto a [87] conta com uma menor variedade e tem mais potes. Temos também uma [88] com mais Formas típicas do Bronze Final, onde se incluem as Formas 38, 40 e 45, mas também a Forma antiga 2, que não estão presentes na [87]. Por outro lado, a [87] conta com as Formas 34 e 1 e ainda o grupo B.2 que estão ausentes na [88]. Tal revela uma permanência de Formas de “*fundo comum*” até momentos tardios da ocupação, assim como uma possível necessidade ou preferência por tipologias particulares em diferentes momentos de actividade. Para isso apontam também os diâmetros e espessuras dos bordos e bases que verificámos serem na [88] tendencialmente de recipientes de tamanho pequeno e médio (pratos, taças, pequenos potes) enquanto a [87] tem recipientes maioritariamente pequenos (pratos e taças). Os grandes recipientes de armazenagem, apesar de serem sempre uma minoria, estão ainda assim melhor representados na [87]. Também nas bases a [88] apresenta maior variedade, contando com as únicas bases em *omphalos* e em pé de anel. A presença da base em *omphalos* será natural, no entanto, a base plana em pé de anel, rara neste mundo cultural, vem aumentar a diversidade tipológica desta U.E..

Verificam-se também diferenças no fabrico das pastas, com os fragmentos da [88] sendo muito mais homogêneos em e.n.p., consistência, textura e cozedura do que os da [87], o que poderá reflectir um maior cuidado e qualidade de produção oleira no primeiro momento do que no segundo. Os tratamentos de superfície parecem também ser mais cuidados e variados na [88] já que na [87] há menos superfícies espatuladas e os engobes são menos frequentes. A [87] tem, por outro lado, mais fragmentos com acabamento em *cepillo*, o que poderá ser considerado como “grosseiro”.

Relativamente a decorações a [88] conta com mais soluções, como decorações na face interna e incisões pré-cozeduras, digitações e pontilhados que estão ausentes na [87] que, por outro lado, tem combinações de técnicas, ausentes na [88]. As incisões pós-cozedura e impressões por unguilação são predominantes em ambas as U.E.s pelo que a especialização nessas técnicas se terá mantido enquanto outras técnicas poderão ter perdido valor aquando da formação da [87]. O mesmo deverá ter sucedido com os mamilos, mais raros na [87], ainda que as asas de fita e as pegas mamiladas se mantenham. A presença do elemento de prensão sobre-elevado na [88] testemunha também uma maior criatividade e abertura das comunidades a outras ideias/culturas naquele momento.

As nossas amostras denunciam, assim, um primeiro momento ([88]) em que a olaria usada seria mais variada, de melhor qualidade, onde abundam as taças carenadas e outros recipientes finos pequenos e médios e que poderemos interpretar como um momento de actividade mais produtivo, variado e aberto; e um segundo e último momento ([87]) onde a olaria já seria menos variada, menos homogénea, notando-se uma menor preocupação pela qualidade do seu fabrico, traduzindo-se num momento mais curto, fechado e pobre.

O CONJUNTO EM RELAÇÃO COM A ÁREA DE METALURGIA

Procurando perceber a origem do nosso conjunto cerâmico para que se possa interpretar essa ruptura, somos seduzidos a associa-lo à área de produção metalúrgica. Como vimos antes, as nossas U.E.s foram formadas no exterior do murete que delimita essa área que é, nos outros sentidos, delimitada por grandes afloramentos graníticos. Será natural, por isso, assumir que a grande maioria dos materiais que compõe as nossas U.E.s, especialmente a [87], viessem directamente da área de metalurgia visto que se encontram mais próximos dela – é simples imaginar o trabalho metalúrgico e outras actividades a serem ali realizadas e os seus resíduos a serem fácil e directamente depositos no outro lado do murete (enquanto a “cabana” a Norte já conta com as suas próprias fossas de detritos). A presença de termoclastos, percutores e polidores, possivelmente para a forja e polimento das produções metálicas, nas nossas U.E.s reforça tal associação, assim como a semelhança tecnológica entre o nosso conjunto e o da “fornalha” [57/58] que iremos expor mais abaixo. Nesse sentido, talvez se possam associar as diferenças entre os dois momentos com as duas “fornalhas” que poderão testemunhar uma primeira ocupação que

começa sobre os granitos de base [91] e a utilização da “fornalha” [86], podendo dar-se uma interrupção na produção metalúrgica – por escassez de matérias-primas? ausência de metalurgistas? questões políticas, económicas ou religiosas? – que é recuperada com a construção da “fornalha” [57/58], mantendo-se o mesmo solo de ocupação e não sendo, por isso, evidente uma reestruturação do espaço, mas já num momento em que a importância daquela actividade/espaço já estaria em decadência, com um conjunto cerâmico mais pequeno e pobre. Por outro lado, as duas “fornalhas” poderão não demonstrar uma verdadeira interrupção da actividade, mas simplesmente uma necessidade de renovação, sendo as diferenças entre as nossas amostras o resultado de uma evolução decadente da ocupação contínua daquele espaço.

Existe, no entanto, ainda a possibilidade de o nosso conjunto ser uma “lixreira” geral daquele sector, ou seja, onde se depositavam resíduos de várias áreas do sector, nomeadamente da “cabana”, a qual parece ter um acesso à área de metalurgia. Na verdade, se seguirmos a distribuição dos artefactos metálicos do sector parece-nos existir uma associação desta “cabana” com a nossa área metalúrgica pelo que tal justificaria a grande presença de taças e potes no nosso conjunto, relacionados com a armazenagem, preparação e consumo de alimentos que se realizaria na “cabana”. Há que lembrar, por outro lado, que a área ficou por escavar a Oeste, onde se poderiam praticar outras actividades e onde poderia até, eventualmente, existir uma outra “cabana” mais directamente associada a esta área.

Partimos, sem embargo, do princípio de que os recipientes que compõem o nosso conjunto foram primariamente usados na área de metalurgia⁴³, ou pelo menos, em associação com esta. Necessitamos, contudo, de conhecer as restantes realidades do povoado para que possamos compreender o contexto e funcionalidade das nossas amostras.

Os estudos de Senna-Martinez (1989; 1993c) permitem-nos fazer uma comparação do nosso conjunto com pelo menos 4 realidades do Bronze Final do Crasto de S. Romão – a “cabana” CSR-A [12+47], a “fornalha” CSR-A.W2 [57/58], a área de actividade CSR-

⁴³ Se tal for real, será interessante o facto de não se encontrar qualquer artefacto metálico ou outros relacionados com esta produção - como moldes, por exemplo - nesta “lixreira”. Estes vão surgir, no entanto, dentro da área de metalurgia e da “cabana”. Terão os moldes um longo tempo de vida ou serão demasiado “sacros” para que sejam despojados na “lixreira”? Por outro lado, a probabilidade de encontrarmos dentro das amostras da [47-W3] e da [57/58] fragmentos cerâmicos que colem com os nossos é bastante alta, mas tal não foi ainda possível de verificar.

C.III [103-105] e a “fossa-lareira” CSR-C.III [110] – às quais se adicionam ainda as realidades do Bronze Final do Buraco da Moura, abrigo complementar ao povoado – BMSR-20 [1+5], BMSR-1 e BMSR-2.

Essa comparação demonstra-nos uma homogeneidade quanto a tipologias, bordos, bases e consistência, textura e cozedura das pastas. Os bordos são sempre maioritariamente redondos e exvertidos, a consistência maioritariamente compacta, a textura xistosa e a cozedura redutora (SENNA-MARTINEZ, 1989; 1993c). A maior parte das Formas que nos surgiram no nosso conjunto já eram também conhecidas no povoado: a Forma 2 em CSR-C.III [103+105] e CSR-A.W2 [57]; Forma 31 em CSR-A [47]; Forma 32 em CSR-A [47] e CSR-A [38]; Forma 34 em CSR-C.III [103]; Forma 38 em CSR-A [47], CSR-C.III [105] e CSR-C.III [110]; Forma 41 em CSR-A.W2 [57] e CSR-B [19]; Forma 42 em CSR-B [15] e CSR-C.III [110]; e a Forma 45 em CSR-A.W2 [57] e CSR-C.III [103] (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.456-458). No entanto, no que toca a tratamentos de superfícies e decorações, deparamo-nos com duas realidades distintas:

As amostras dos espaços de habitat/atividade CSR-A [12+47] e CSR-C.III [103+105] (SENNA-MARTINEZ, 1993c) apresentam superfícies maioritariamente alisadas, ambos na ordem dos 50%, uma baixa percentagem de fragmentos decorados (dentro do NMI, com 6,9% no CSR-A [12+47] e 3,4% no CSR-C.III [103+105]) e um largo predomínio de decorações por impressão. São conjuntos que aparentam remeter para uma maioria de recipientes do Grupo 2, com superfícies alisadas e lábios *denteados*, apesar de dentro das Formas identificadas haver uma maioria de olaria fina, algo que derivará da conservação desses fragmentos. São amostras que vão, no fundo, de encontro às funcionalidades apontadas para aqueles espaços.

Porém, por outro lado temos as amostras das estruturas de combustão CSR-A.W2 [57/58] e CSR-C.III [110] (SENNA-MARTINEZ, 1993c) que apesar de mais pequenas têm uma maioria de superfícies brunidas (50,4% e 66,7%, respectivamente), mais fragmentos decorados (12% e 22% dentro do NMI) e uma maioria de decoração por incisão pós-cozedura (67% e 100%, respectivamente, no total; 67% para ambas a nível de NMI). Estas amostras aproximam-se assim mais do nosso conjunto por aparentarem ter uma maioria de olaria fina (Grupo 1), tal como acontece no nosso conjunto, tanto a nível de Formas identificadas como no NMI, com superfícies maioritariamente brunidas (55% no nosso conjunto) e valores aproximados de fragmentos decorados (11% do NMI do nosso conjunto). Embora o nosso conjunto tenha uma maioria de decorações impressas, note-se

que a incisão é imediatamente a segunda técnica mais usada dentro do total de fragmentos, escala que julgamos mais significativa⁴⁴.

Às amostras das estruturas de combustão junta-se o pequeno conjunto do Bronze Final de BMSR (*IDEM*). Em termos de pastas este conjunto afasta-se das amostras de CSR apenas na consistência, sendo 54,1% média e 45,1% compacta. Tal poderá indicar que, embora espaços provavelmente complementares, os dois sítios poderão ter tido fabricos diferenciados dentro de uma “tradição oleira” comum. Note-se, no entanto, que a [87] também tem um crescimento de consistências médias, talvez sendo esta uma questão de evolução de fabricos. Por outro lado, as cerâmicas de BMSR têm também uma maioria de superfícies brunidas (83,8%), um grande número de fragmentos decorados (24,3% do NMI) e uma maioria de decorações impressas (16,2%). Os diâmetros são maioritariamente de pequeno a médio tamanho, como no nosso conjunto, apresentando-se assim também com uma maioria de olaria fina, tanto a nível de NMI como de Formas identificadas. É ainda interessante verificar que, como sucede no nosso conjunto, os recipientes de superfícies não brunidas têm uma maioria de diâmetros médios e alguns grandes, o que também o distancia das amostras dos espaços de habitat/atividade (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.473). Mais relevante ainda será um jarro de Forma 48 que apresenta decorações por incisão pós-cozedura na forma de círculos concêntricos e um “sol” que, como vimos, apenas encontra paralelo regional no nosso conjunto. É também o conjunto onde podemos encontrar paralelos para o nosso bordo denteado por digitação (motivo A16) e para os nossos triângulos raiados incisos pós-cozedura (motivo B10), além de ser também o que mais Formas tem em comum com o nosso conjunto (Formas 31, 32, 34, 40 e 41).

Este abrigo tem uma ocupação que se estende desde os finais do Neolítico até ao Bronze Final (e mais tarde uma ocupação medieval), no entanto, a sua função durante os finais da Idade do Bronze permanece uma questão em aberto (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 1993a, p.132). Os investigadores responsáveis pela sua escavação fazem duas propostas: (1) um espaço ritual, eventualmente funerário (como necrópole do CSR - tendo-se inclusive ali encontrado 1 vestígio ósseo humano já referido) (SENNA-MARTINEZ *et al.*,

⁴⁴ Não se tendo encontrado possíveis correspondências entre os fragmentos decorados consideramos cada fragmento como parte de um recipiente independente, podendo assim os fragmentos decorados ser analisados no seu total, como que uma outra amostra (diferente do NMI) de entre o universo cerâmico recuperado.

1993a, p.132; SENNA-MARTINEZ, 1993c, p.118), para a qual contribui a presença de fragmentos de um possível caldeirão em bronze (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 1993a, p.131) e a semelhança com as amostras das estruturas de combustão referidas e com o nosso conjunto; (2) ou um espaço doméstico de habitação temporária ou de função económica complementar ao CSR, apoiado pela lareira, restos de fauna e recipientes de olaria grosseira com marcas de fuligem (*IBIDEM*, p.132). A ser um espaço doméstico, considerando a quase ausência de grandes vasos de armazenagem (Formas 41 e 42) e o domínio de cerâmica fina, o seu conjunto seria um «(...) *“conjunto funcional” representando actividades distintas das praticadas nos dois ambientes estudados de CSR (...)*» (SENNA-MARTINEZ, 1993c, p.118).

Sem mais evidências será difícil perceber qual das hipóteses se aplica ao abrigo, no entanto, no que concerne às amostras das estruturas de combustão [57/58 e 110], somos levados a considerar as duas hipóteses como simbióticas, ou seja, é possível estarmos perante conjuntos em contexto de actividades económicas – metalurgia, torrefacção de bolota – às quais é atribuído um cariz ritual. Como foi possível verificar através do mundo funerário destas comunidades, o fogo tem um papel simbólico que poderá aqui ser associado também às estruturas de combustão usadas nessas actividades. Nesse sentido, mais relevantes serão o caso da “fornalha” e do nosso conjunto onde se acrescenta o cariz ritual do próprio acto de produção metalúrgica.

A ideia de que o trabalho metalúrgico seria uma actividade ritualizada vem da transformação “mágica” da matéria-prima que resulta em objectos simbólicos de alto valor político-social que terminam com a sua deposição votiva – tal como nos ilustra a deposição de um machado nas fundações do murete Sul da “cabana” – e com a sua representação em estelas. Pouco sabemos sobre os protagonistas desta actividade, sobre as suas crenças, rituais e ciclos; se seriam itinerantes ou sedentários; que estatuto teriam na sociedade. Ficamos sempre com a ideia, no entanto, de que as comunidades do Bronze Final seriam animistas e que, como tal, os metalurgistas seriam figuras “místicas”, de destaque social e talvez religioso, pois os conhecimentos e experiência necessários para esta actividade distinguia os indivíduos com essa capacidade, “poder mágico”, dos restantes. Seriam, portanto, artesãos especialistas que eventualmente trabalhariam apenas para as elites, caso não fossem eles as próprias elites. Bettencourt (1999, p.1086) notou, na bacia do Cávado, que frequentemente os vasos de largo bordo horizontal apareciam em associação a zonas de refundição e produção de objectos metálicos e que a mesma

tipologia de cerâmica se encontrava também frequentemente nos monumentos funerários do período. Segundo a autora (*IBIDEM*, p.1088) tal poderá indiciar um possível alto valor simbólico destes recipientes que poderiam estar associados aos metalurgistas o que, por sua vez, conferiria a estes um *status* diferente.

A implantação/estruturação da área de metalurgia poderá ajudar-nos também a compreender o significado desta actividade dentro do povoado. Tal como em COCB foram identificadas duas “fornalhas”, uma por cima da outra, o que demonstra que seria, afinal, usual (e natural, julgamos) substituir a certo momento a “fornalha” por uma nova. Procurámos perceber se à orientação da abertura da “fornalha” superior [57/58] se poderia associar qualquer ponto da paisagem. O único ponto relevante que conhecemos a Sudoeste, na linha de orientação da abertura, encontra-se a 6km de distância: as Minas do Círio, já referidas. A exploração do estanho durante a II Guerra Mundial poderá ser um indicativo da sua exploração em tempos antigos, podendo assim a abertura da fornalha estar orientada para a fonte da matéria-prima, numa lógica simbólica já apontada para os depósitos, onde há um retorno do metal à sua origem, fechando-se assim um ciclo (ALVES e COMENDADOR REY, 2009, p.42-43).

A própria área de metalurgia tem uma implantação sugestiva. Tal com em CCOB, encontra-se no “coração” do povoado, mas ao mesmo tempo na periferia da elevação, junto ao declive. Sendo uma área rodeada de afloramentos, o campo de visão é dado essencialmente pelo lado do murete e, eventualmente, pela área por escavar a Oeste. Desta forma, olhando para a paisagem visível desde aquela área, existem alguns pontos que se destacam: uma vez mais as minas para SO; o vale da ribeira da Caniça a SE; e sensivelmente na mesma direcção, o ponto mais alto da Serra da Estrela. O vale da Caniça poderá eventualmente estar relacionado com a importância e simbologia da nascente e corrente de água onde eventualmente se poderiam fazer depósitos rituais; ou, mais provavelmente, com uma tradicional via de passagem e transumância. Essa via vai de encontro à Lagoa Comprida, ao lado da qual se encontra a Lagoa Escura que foi também alvo de exploração de estanho e volfrâmio no século passado, e ao ponto mais alto da Serra da Estrela que seria um ponto de destaque na paisagem e que permitiria a ligação aos caminhos que dariam acesso à Beira Interior e seus recursos, nomeadamente o cobre.

Várias são as lendas sobre a origem do nome da Serra da Estrela, mas todas se baseiam na ideia de um pastor do Vale do Mondego que observa uma estrela nascer sobre a grande serra no horizonte e decide tentar ir ao seu encontro. Tal encontra paralelo nos movimentos transumantes das comunidades neolíticas da mesma região que, segundo a investigação de Fábio Silva (2012; 2013), construíram os seus monumentos megalíticos orientados para o nascimento heliacal da estrela Aldebarã (e eventualmente a Betelgeuse) sobre a Serra da Estrela em finais de Abril/inícios de Maio. Procurámos saber mais precisamente em que zona do perfil da serra se daria esse nascimento da estrela e percebemos, com a confirmação dos cálculos de Fábio Silva, a quem agradecemos muito a disponibilidade em realizá-los e em cedê-los, que o Buraco da Moura de S. Romão e o seu povoado sobranceiro encontram-se exactamente na linha do nascimento da Aldebarã e ao centro do campo de visão da abertura dos monumentos megalíticos à altura da sua construção, como se pode ver no MAPA 5. Segundo o mesmo investigador, o percurso mais curto entre, por exemplo, o dólmen dos Fiais da Telha (Carregal do Sal) e o ponto mais alto da Serra da Estrela segue a orientação da mesma estrela e passa pelo povoado aqui em estudo. Ora, em algumas das lendas, o pastor chegando ao cimo da serra ali se instalou (SILVA, 2015). Poderemos, por isso, imaginar que «(...) *estas comunidades Neolíticas, após vários anos de transumância sazonal entre o baixo Mondego e a Serra onde ele nasce, ditada pelo nascimento heliacal da estrela Aldebarã, (...)*» (SILVA, 2015, p.32) tenham acabado por se instalar na própria serra, neste caso, naquele preciso ponto que já seria conhecido e simbólico para aquelas comunidades – provavelmente começando com a pequena ocupação calcolítica de BMSR que vai evoluindo até, no Bronze Final, ocuparem o topo do cabeço.

Ao longo do tempo, como explica Silva (2012, p.108-109), a declinação da estrela foi-se alterando, pelo que por tempos do Bronze Final o seu nascimento heliacal já não seria o mesmo. No entanto, as lendas que nos chegaram até hoje são testemunho da forte carga simbólica daquele ponto na paisagem, pelo que nos parece natural que tal continuasse a ter algum peso nas comunidades do Bronze Final. Talvez por aí se possa explicar também os motivos solares exclusivos de CSR e BMSR. Não sabemos como se desenvolveria o nosso motivo D10, mas o exemplar de BMSR conta com um “sol” rodeado de motivos circulares concêntricos que poderão remontar para outros astros (estrelas?). Poderá este motivo reproduzir uma paisagem celeste nocturna onde, talvez,

se destaque uma estrela em particular? Ou até representar a passagem da noite para o dia com o nascer do sol⁴⁵? Estes símbolos solares já eram também recorrentemente usados na arte megalítica da Beira Alta (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 1993a, p.130), inclusive nos mesmos monumentos megalíticos estudados por Fábio Silva (ex. Orca de Santo Tisco) e para os quais já havia sido anteriormente verificada uma orientação para o nascer do sol sobre a serra por volta do solstício de Inverno (SENNA-MARTINEZ, 1996; LÓPEZ PLAZA e SENNA-MARTINEZ, 1998). Desta forma, talvez possamos associar a implantação do povoado de CSR a esta tradicional sacralidade daquele ponto na paisagem e à observação dos astros celestes, reflectindo-se e mantendo-se na memória daquelas comunidades do Bronze Final através de um motivo decorativo que lhes é particular. Tal ideia não passa, contudo, de uma hipótese de trabalho a explorar mas que, dificilmente, poderemos alguma vez comprovar.

Ainda relativamente aos motivos solares, porém, é pertinente que o nosso exemplar surja então num contexto de cariz aparentemente ritual (como o de BMSR) cuja orientação/campo de visão seja o do nascer do Sol durante os meses de Inverno. O outro motivo solar de CSR referido por Jessica Reprezas (2010, p.49)⁴⁶ deverá estar associado a uma lareira o que por si só é também sugestivo da sua simbologia.

APROXIMAÇÃO ÀS FUNCIONALIDADES

Com esta contextualização podemos também tentar aproximarmo-nos mais das funcionalidades dos nossos recipientes. Naturalmente, caso as nossas U.E.s correspondam a uma “lixreira” geral do Sector, os seus recipientes terão diversas funcionalidades e serão o testemunho das mais variadas actividades domésticas sem que nos seja possível associá-los directamente aos seus contextos originais.

⁴⁵ Note-se que a orientação que apresentamos para o fragmento não nos é segura. Embora a curvatura da peça aponte para aquela orientação, o motivo sugere-nos uma orientação oposta, com o “sol” sobre a linha.

⁴⁶ A autora não especifica o Sector onde tal peça foi recuperada. Sabemos apenas (através do inventário que nos foi disponibilizado) que veio de uma U.E. 16. Tal número nunca é mencionado na bibliografia como do Sector A pelo que assumimos tratar-se da lareira [16] mencionada para o Sector B. No entanto, tal assunção não é segura, podendo a peça provir da [16] do Sector A, cuja ficha de campo não conseguimos ter acesso, impossibilitando melhor contextualização desta peça.

Por outro lado, se as aceitarmos como “lixo” da área de metalurgia, aqueles como os 41.12 e outros grandes potes de acabamento cuidado, próprios para armazenar e transportar líquidos, seriam essenciais num local em que se trabalha com o fogo, onde é necessário ter um fácil e rápido acesso a água. Um fragmento decorado da mesma Forma encontrava-se na estrutura da “fornalha” [57/58] e ainda na lareira [16] do Sector B, o que é sugestivo quanto à utilidade dessa Forma junto das estruturas de combustão, talvez até numa dicotomia simbólica entre o fogo e a água. Outros potes de armazenagem como os 42 e 45 que têm acabamentos maioritariamente alisados e sem engobes poderiam conter, por exemplo, os minerais ou quaisquer outros materiais ou matérias-primas necessárias às actividades ali praticadas. Também estas Formas são conhecidas das estruturas [110] e [57/58], respectivamente (podendo o exemplar desta última eventualmente colar com o nosso⁴⁷). Já relativamente aos pratos e taças, a sua forte presença naquela área poderá ter diversas justificações: produção oleira no local (eventualmente testemunhada pelos polidores); lugar de armazenagem de recipientes e bens gerais; ou a de prática de rituais.

A hipótese de produção oleira é sempre possível, fazendo daquela área um espaço polivalente, mas trata-se de uma actividade que dificilmente deixa vestígios que o possam comprovar. A armazenagem de recipientes e bens gerais parece-nos improvável já que se trata de uma área onde facilmente se poderão gerar incêndios, onde se está exposto aos gases e fumos da produção metalúrgica e visto que esta seria provavelmente uma área não abrigada. Por outro lado, como já vimos, tal já seria possível na “cabana” que conhecemos ou talvez a Oeste (na área por escavar). Seria provavelmente nessa “cabana” que estariam armazenados os recipientes e bens que, quando necessários, seriam levados para a área de metalurgia e aí utilizados, eventualmente, em práticas rituais. Note-se ainda que algumas das Formas ausentes no nosso conjunto como as 43 e 44 são classificadas como “panelas”, ou seja, recipientes de cozinha, o que juntamente com a raridade de marcas de fuligem exteriores afasta o nosso conjunto da prática de actividades culinárias – essas seriam realizadas noutra lugar.

Vários pratos e taças, alguns decorados com incisões pós-cozedura (inclusive um paralelo para o nosso motivo D18) e ornatos brunidos, são conhecidos da área [47-W3]. Talvez esses recipientes “de luxo” sejam, por isso, os testemunhos de cerimónias rituais

⁴⁷ Tal não foi, no entanto, possível de verificar por limitações de tempo e acesso aos materiais dessa U.E..

– comensais, de libação, de queima, destruição, etc. – realizadas em momentos de início ou fim de trabalho metalúrgico ou de outros ciclos de produção e/ou naturais, acabando, por isso, fragmentos desses recipientes fazendo parte do nosso conjunto e da base estrutural das “fornalhas”. Nesse sentido aponta, por exemplo, a presença do fragmento de cerâmica fina com fuligem no interior que, como vimos, poderá testemunhar a queima de elementos vegetais – fenómeno que parece estar também testemunhado nos vasos de largo bordo horizontal (BETTENCOURT, 1997, p.624). No Buraco da Moura de S. Romão conhecem-se também várias taças e um prato de Forma 31.1 com incisões pós-cozedura, mas lembre-se que também aí se encontrava um possível caldeirão metálico, o que aponta uma vez mais para funções comensais destes recipientes, em alguns casos ritualizadas. Por outro lado, esses pratos e taças podem ser o simples testemunho de refeições “diárias”, leia-se não ritualizadas, que os metalurgistas realizariam no seu local de trabalho.

O CONJUNTO NO GRUPO BAIÕES/SANTA LUZIA E SEUS CONTACTOS CULTURAIS

Como pudemos verificar, o nosso conjunto segue as características gerais da cerâmica típica do mundo Baiões/Santa Luzia, mas conta também com as suas particularidades que só poderão ser entendidas se enquadradas no quadro de relações e contactos do povoado do Castro de S. Romão no seu âmbito regional e supra-regional. Para isso necessitamos de realizar uma leitura e cruzamento de dados de outras realidades coevas com o nosso conjunto, no entanto, poucos são os estudos tecnológicos de conjuntos cerâmicos do Centro-Norte português e os que existem foram realizados com diferentes metodologias e escalas de análise, o que impede uma comparação directa entre estes e limita os resultados.

Para a nossa área de estudo contamos primeiramente com os estudos tecnológicos percentuais realizados por Senna-Martinez (1993c; 1989) para os sítios da Plataforma do Mondego como o Outeiro dos Castelos de Beijós, a Malcata e o Cabeço do Cucão, além de CSR e BMSR. Temos ainda acesso ao estudo de uma pequena amostra de recolhas de superfície do Alto da Cavada (RODRIGUES, 2008). Estas análises têm por base o NMI, mas tratam amostras de áreas específicas dentro dos povoados e/ou de recolhas de superfície, nunca reflectindo, por isso, a globalidade desses sítios. Ainda assim, estes são os estudos que por questões de metodologia nos permitem uma comparação mais directa com o nosso conjunto.

Contamos também com o estudo de Canedotes (CANHA, 2002) que foi realizado para toda a cerâmica recolhida em todos os sectores escavados, mas sem recurso ao NMI, sendo usadas outras duas escalas: a de Formas identificadas e a de total de fragmentos. Apesar de não termos registado os valores percentuais, procurámos sempre aplicar e referir também estas escalas no nosso conjunto, pelo que se torna possível uma comparação com este sítio, ainda que, muitas vezes, sujeita a cálculos e equivalências. Restam-nos os estudos de CSG (SILVA, 1978; 1979; KALB, 1979; KALB e HOCK, 1985;⁴⁸), CSL e CMOUR (PEDRO, 1995) que foram realizados com base apenas no número de Formas identificadas, o que se traduz numa visão muito desvirtuada da olaria global desses sítios, não nos permitindo muitas comparações, mas ainda assim revelando-nos alguns dados importantes.

Para os dados supra-regionais recorreremos primeiramente à área regional mais próxima da Beira Alta, ou seja, a Beira Interior, com os estudos da cerâmica da Moreirinha (Idanha-a-Nova), Castelejo (Sabugal), Monte do Frade (Penamacor), Alegrios (Idanha-a-Nova) (VILAÇA, 1995a) e Argemela (Fundão) (FERNANDES, 2013); depois aos estudos que conhecemos para a cerâmica do Bronze Final de estações de outras regiões mais distantes, mas culturalmente próximas, como é o caso da Bouça do Frade (Baião) (JORGE, 1988), Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar), Lavra (Marco de Canaveses) (SILVA, 1999 *apud* CANHA, 2002) e, já na bacia do Cávado, essencialmente os povoados de S. Julião (Vila Verde), Alto da Cividade (Braga), Cabanas (Braga), Santinha (Amares) e Barbudo (Vila Verde) (BETTENCOURT, 1999; MARTINS, 1990); e, quando pertinente, alargámo-nos a outras áreas como a Estremadura portuguesa, o Sudoeste peninsular e a Meseta.

Começamos por verificar e comparar os dados de fabrico das pastas. A consistência dos fabricos cerâmicos do Grupo Baiões/Santa Luzia é maioritariamente compacta (96,2% em CCPC; 80% em CCOB; 90,5 em MALC; 62,5% em CAN) (SENNA-MARTINEZ, 1993c; CANHA, 2002), sendo apenas Baiões a exceção, pois segundo Silva (1978, p.188) predomina aí a cerâmica de pasta friável, algo que poderá, no entanto, derivar de questões de conservação e, naturalmente, de metodologia. As pastas compactas são também maioritárias nos povoados da Beira Interior (86%) (VILAÇA, 1995a, p.270),

⁴⁸ Infelizmente não tivemos acesso ao estudo mais intensivo de 1993 realizado por António Baptista Lopes e intitulado de “*A cerâmica do Castro da Senhora da Guia (Baiões)*”, sendo-nos parte dos seus resultados conhecidos apenas através de outras referências bibliográficas.

em Castelo de Aguiar (50%) e na Lavra (54%) (SILVA, 1999, p.24, 107 *apud* CANHA, 2002, p.194). Quanto à textura, é maioritariamente xistosa nos povoados da Plataforma do Mondego com a exceção da Malcata onde predomina a textura homogénea (47,6%) (SENNA-MARTINEZ, 1993c). Note-se ainda a presença de texturas granulares nesses povoados (*IBIDEM*, p.115) quando esta não se verificou de todo no nosso conjunto. Os restantes estudos cerâmicos que conhecemos não fazem referência à textura. Parece também ser geral a cozedura redutora, pelo menos na plataforma do Mondego (56,8% em BMSR; 60% em CCOB; 57,1% em MALC) (SENNA-MARTINEZ, 1993c). Em SGB, CSL e CMOUR a maioria dos recipientes têm também uma cor castanha/negra (SILVA, 1978, p.187-188; PEDRO, 1995, p.61,66), o que aponta no mesmo sentido, tal como se verifica em S. Julião e Barbudo (MARTINS, 1990, p.127). Em Canedotes a cozedura é também predominantemente redutora, mas já com arrefecimento oxidante (54,8%) (CANHA, 2002). A verdadeira exceção é o sítio de CCPC onde a grande maioria da cerâmica recolhida tem uma cozedura oxidante (80,8%) (SENNA-MARTINEZ, 1993c; SENNA-MARTINEZ *et al.*, 1993b) o que poderá denunciar uma tradição de cozedura diferente das dos restantes povoados da região. Não possuímos dados sobre as outras regiões.

Relativamente aos e.n.p., infelizmente os parâmetros usados para a sua classificação em termos de calibre diferem muito de autor para autor. Procurámos, no entanto, fazer as equivalências aos parâmetros por nós usados e concluímos que também aí existe uma tendência geral onde dominam os de pequeno e médio calibre, tanto nos povoados da plataforma do Mondego (SENNA-MARTINEZ, 1993c, p.107-108) como em Santa Luzia, Castelo dos Mouros (PEDRO, 1995, p.61,66), Canedotes (CANHA, 2002), Bouça do Frade (JORGE, 1988; CANHA, 2002, p.193), Castelo de Aguiar e na Lavra (SILVA, 1999, p.24,82 *apud* CANHA, 2002, p.194). Nos primeiros são mais frequentes as micas, seguindo-se o quartzo e, com pouca presença, os feldspatos (SENNA-MARTINEZ, 1993c, p.107). Verifica-se uma tendência para se concentrarem menos e.n.p. em fragmentos finos e brunidos e mais em fragmentos de pasta e acabamentos grosseiros, tal como verificado no nosso conjunto.

No que concerne aos diâmetros bocais dos recipientes parece existir pela plataforma do Mondego uma preferência por recipientes de médio tamanho (*IBIDEM*, p.112-113), verificando-se uma tendência para recipientes mais pequenos apenas em CSR e BMSR o que, a nossa ver, fortalece a complementaridade dos dois sítios, especialmente com o nosso conjunto. Os bordos são maioritariamente redondos (81% em BMSR; 80,8% em

CCPC; 53,9% em CCOB; 71,4% em MALC) e exvertidos (94,6% em BMSR; 88,5% em CCPC; 100% em CCOB; 90,5% em MALC) (*IBIDEM*, p.113).

Quanto aos tratamentos de superfície, nos sítios estudados por Senna-Martinez (1993c) predomina, com valores numa média de 64%, o conjunto de superfícies alisadas, espatuladas e com *cepillo* (à exceção de BMSR, como já exposto). As superfícies brunidas recaem numa média de 36% (SENNA-MARTINEZ, 1993c). Os valores dentro desse conjunto de tratamentos não-brunidos não são revelados para os vários sítios, mas cremos que a grande maioria pertencerá às superfícies alisadas. Em Canedotes são também as alisadas que predominam, pelo menos para as superfícies externas (40.5%), sendo as internas maioritariamente indetermináveis e seguidas das alisadas (CANHA, 2002, p.188-189). Nesse sítio, as superfícies brunidas – às quais, para equivalência de metodologias, adicionámos as polidas – representam apenas 13,6% (*IBIDEM*, p.189). Estes baixos valores de Canedotes são, como o investigador aponta (*IBIDEM*, p.193), próximos aos dos povoados da Beira Interior onde predominam também as superfícies alisadas, mas na ordem dos 70-80%, e as superfícies brunidas e polidas perfazem um total na ordem dos 10-15% (VILAÇA, 1995, p.271). Também no *cepillo* os valores são próximos, Canedotes contando com apenas 1,4% e os povoados da Beira Interior com cerca de 3-4% (*IDEM*; CANHA, 2002, p.192). Também as superfícies espatuladas são raras em Canedotes (0,8%) e na Beira Interior (VILAÇA, 1995, p.271), enquanto estas estão mais presentes em S. Romão, nomeadamente no nosso conjunto (12%). Em Castelo de Aguiar predominam, além das indeterminadas (“corroídas”), as superfícies externas⁵⁰ alisadas (40%), sendo as polidas uma pequena minoria de apenas 3,35% (SILVA, 1999, p.25-26 *apud* CANHA, 2002, p.194). No povoado da Lavra os valores são semelhantes, com 32,34% de superfícies externas⁴⁹ alisadas e apenas 1,5% de polidas (SILVA, 1999, p.107 *apud* CANHA, 2002, p.194). Mais a Norte contamos com os valores da Bouça do Frade onde predominam também as superfícies alisadas (53,9%), sendo as polidas (onde, julgamos, se incluem as brunidas) relativamente mais frequentes, representando 23,5% do conjunto (JORGE, 1988).

Relativamente a SGB, CSL e CMOUR, já se verifica um predomínio de superfícies brunidas que em CSL rondam os 60%, seguindo-se as alisadas, com 31% e as com *cepillo*, com 9% (SILVA, 1978, p.187; SILVA 1979, p.520-521; PEDRO, 1995, p.63,67). No entanto,

⁴⁹ Os valores para as superfícies internas são semelhantes.

como vimos, tais valores reflectem o estudo de apenas os fragmentos cuja Forma foi possível de identificar, não sendo, por isso, representativos da olaria global daqueles sítios. A mesma escala aplicada aos povoados estudados por Senna-Martinez (1993c) resulta também num predomínio de superfícies brunidas (à excepção do caso de CCOB). No entanto, Canha (2002) aplicou também a mesma escala ao conjunto de Canedotes e verificou que ainda assim predominam ali as superfícies alisadas (42,2%), apesar de notar um significativo aumento de superfícies brunidas (e polidas) (31%). Contudo, estes resultados não serão significativos se tivermos em conta que os recipientes de melhor qualidade são mais resistentes e como tal mais facilmente nos chegarão aos dias de hoje passíveis de lhes identificar a Forma. Assim, a cerâmica geral desses sítios permanece como maioritariamente de acabamentos alisados. O *cepillo* parece também estar presente na maioria dos sítios, ainda que se mantenha como uma baixa minoria, enquanto as superfícies espatuladas nos parecem ser muito mais residuais, especialmente fora da Beira Alta. Quanto aos engobes não nos podemos pronunciar visto que a maior parte dos investigadores considera mais prudente não os avaliar em análises meramente macroscópicas.

Com isto percebemos que a olaria da grande maioria dos sítios do Bronze Final do Centro e Norte português é de fabrico predominantemente grosseiro ou – considerando que certas regiões justificam, para os seus investigadores, um tipo de fabrico intermédio – mediano, sendo as cerâmicas finas uma parte muito pequena e excepcional desses sítios, parte essa que é representada em CSR pelo nosso conjunto e as amostras das estruturas de combustão.

Importa agora perceber se os dados relativos ao fabrico das pastas vão de encontro à dispersão das tipologias cerâmicas pelo território: várias das Formas identificadas no nosso conjunto são comuns a outros povoados da região, encontrando ainda paralelos fora desta. Em anexo apresentamos uma tabela que procura fazer a correspondência entre as principais tabelas tipológicas por nós consultadas (TABELA 8) – Canha (2002, p.197) explicou achar impossível a comparação directa entre a sua tabela de Formas e a de Senna-Martinez (1993c), por se basearem em métodos diferentes, um problema que se aplica, no fundo, a todas as tabelas aqui referidas. No entanto, consideramos ser viável fazer uma comparação indirecta baseada essencialmente no perfil, diâmetro e, quando possível, profundidade e acabamento de cada Forma, procurando sempre os melhores paralelos.

As mais numerosas e variadas são as taças carenadas, uma tipologia que de certa forma caracteriza este período pois é comum por quase toda a península (VILAÇA, 1995, p.296-297). Ainda assim, estas taças diferem em perfis e fabricos que distinguem as diversas áreas culturais. As nossas 32 são conhecidas de praticamente todos os povoados do Grupo Baiões/Santa Luzia, ainda que em alguns casos, apenas por um único exemplar. Registam-se em CSR, BMSR, Alto da Cavada, CCOB, CCPC, SGB, CSL, CMOUR e CAN, sendo as 32.1 as mais abundantes. A Forma 34 é conhecida essencialmente de BMSR e de CSR, mas parece-nos existirem equivalentes também em CAN, SGB e, já em contexto funerário, na necrópole da Casinha Derribada. A Forma 38, relativamente frequente no CSR (5 exemplares conhecidos), mas aparentemente mais rara nos restantes povoados, é conhecida apenas em MALC, CCPC e eventualmente em SGB. Será esta Forma típica do CSR e a sua presença em MALC e CCPC, duas “atalaias” ou “casais agrícolas” (cada um com apenas 1 exemplar), um sinal de relações? Esta Forma parece, pelo menos, ser mais típica dos povoados do Alto Mondego⁵⁰. Fora do Grupo Baiões/Santa Luzia, todas estas taças vão encontrar os seus paralelos mais próximos tipologicamente nos povoados da Beira Interior (VILAÇA, 1995a; FERNANDES, 2013) e da bacia do Cávado (BETTENCOURT, 1999; MARTINS, 1990).

Os pratos são conhecidos sob a Forma 31 em CSR (3 exemplares), BMSR (1 exemplar), CCOB (2 exemplares), Alto da Cavada (1 exemplar), SGB e CSL, sendo aparentemente mais raros na bibliografia que concerne a outras regiões. Cremos, no entanto, que semelhantes recipientes se podem encontrar por essa mesma bibliografia, mas classificados como taças carenadas, não se fazendo uma distinção entre taças e pratos – veja-se algumas das “taças” mais baixas nas tabelas de Vilaça (1995). Trata-se, mais uma vez, de uma questão de metodologia.

Quanto aos potes, contamos com a Forma 40 em CSR (3 exemplares conhecidos), BMSR e MALC (1 exemplar cada). Encontramos equivalentes em SGB, CSL, CMOUR e, em contexto funerário, na necrópole do Paranho, cujas “urnas” nos parecem aproximar significativamente desta tipologia. Não encontrando bons paralelos noutras regiões, esta poderá ser uma das formas mais típicas/exclusivas desta região, ainda que apenas o

⁵⁰ Há que lembrar, no entanto, que MALC e CCPC foram apenas prospectados, assim como muitos outros povoados, ao que se adiciona o facto de os espólios dos sítios escavados (tanto na região do Alto Mondego como de Viseu) não estarem completamente estudados e publicados, pelo que esta ausência/pouca frequência de Formas poderá daí derivar, ou seja, poderemos estar perante uma *invisibilidade* e não uma efectiva ausência.

exemplar de CMOUR corresponda ao subtipo 40.2 encontrado no nosso conjunto. Os recipientes de Forma 41 surgiram também em CSR (11 exemplares), CCOB (3 exemplares, 30%), BMSR (1 exemplar) e MALC (1 exemplar), com equivalências em CSL e CAN, sendo a maioria do subtipo 41.2. Os vasos 42 são conhecidos de CSR (6 exemplares), CCOB (2 exemplares), CCPC (1 exemplar) e em CSL e CAN, sendo mais usuais os 42.1. Grandes recipientes de armazenagem como estes 41 e 42 são formas básicas, pelo que se registam semelhantes por todo o ocidente peninsular, especialmente pela Beira Interior e Noroeste peninsular. Já a Forma 45 é conhecida em CSR (4 exemplares) e CCOB (1 exemplar) e possivelmente em CSL e CAN, onde surgem bordos de perfil semelhante, alguns com asas. Como já indicado, poderá ter paralelo na Bouça do Frade (JORGE, 1988).

Relativamente às Formas de “*fundo comum*”, pela simplicidade e longevidade da sua tipologia são, naturalmente, conhecidas da grande maioria dos sítios ainda que cada vez menos abundantes durante o Bronze Final. A Forma 1 surge em CSR (2 exemplares, um 1.4 e um 1.2), MALC e CCOB (1 exemplar cada, subtipo 1.4), mas existem também semelhantes no Castelejo. As taças de Forma 2 são conhecidas de CSR (4 exemplares, cada um de subtipos 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5) e de CCPC (1 exemplar, 2.4). Na Beira Interior e na bacia do Cávado encontram-se também taças semelhantes, onde são chamadas de “malgas” (VILAÇA, 1995a; FERNANDES, 2012; BETTENCOURT, 1999; MARTINS, 1990).

Por fim, o nosso Grupo B, pela sua própria complexidade, apresenta-se mais elusivo de comparar e procurar paralelos. Como já vimos, os bordos B.3 correspondem aos mais variados recipientes abertos pelo que os paralelos são inúmeros. Os bordos B.1 e B.2, que remetem essencialmente para potes de cole fechado, provavelmente de “*fundo comum*”, encontram também diversos paralelos pela Beira Interior (Forma 13 do Castelejo, 12 de Alegrios e 4 de Argemela), bacia do Cávado (Formas 4 e 20 de Bettencourt) e ainda pela Estremadura, no sítio da Tapada da Ajuda (CARDOSO e SILVA, 2004). Os B.4 aproximam-se da Forma 9 de Canedotes e, eventualmente, da 10 da Moreirinha. Já os B.5 relembram a Forma 12 de Canedotes, 7 de Castelejo, 11 de Alegrios, 6 da Moreirinha (VILAÇA, 1995a) e 5A de Argemela (FERNANDES, 2013), mas assemelham-se também a uns vasos típicos dos inícios do Soto conhecidos como de “colo acampanado” (QUINTANA e CRUZ, 1996, p.27), talvez denunciando a chegada dessa tipologia às Beiras através de contactos com a Meseta.

Relativamente às bases dos recipientes, durante o Bronze Final as bases planas parecem generalizar-se – ainda que exista, como já referido, uma dificuldade em distinguir bojos de fundos redondos, que nesta fase aparentam ser raros – por todo o ocidente peninsular, nas suas diversas variantes, ainda que, não sendo possível por falta de estudos nesse sentido, perceber quais as mais frequentes. Estão também documentadas as bases em *omphalos* – presentes em CSR e SGB – que, ainda que timidamente, parecem tornar-se mais frequentes também neste período (CARDOSO e SILVA, 2004, p.236). Estes fundos estão associados a pastas mais finas e cuidadas, enquanto os planos ocorrem em todo o tipo de recipiente. Mais típicas da Idade do Ferro, mas que residualmente começam a aparecer naquele momento, são as bases de pé de anel. Além do nosso exemplar – que não nos é, no entanto, seguro – temos conhecimento de um pé de anel alto em MALC (SENNA-MARTINEZ, 1993a, EST. I, 10). Existe ainda um outro caso, o do testó de CMOUR (PEDRO, 1995, EST. XXXVI, 3), cuja morfologia nos parece muito próxima ao do nosso exemplar e que, como tal, interpretamos também como uma base em pé de anel⁵¹. Estes fundos são também conhecidos da bacia do Cávado (BETTENCOURT, 1999, p.1108), mas terão provavelmente chegado à Beira Alta através da Beira Interior – presentes em Castelejo (VILAÇA, 1995a, EST. XVII, 5), Moreirinha e Alegrios (VILAÇA, 1995a, EST. CCL, 2) – que por sua vez os terá recebido da Meseta (*IBIDEM*, p.306).

Quanto aos elementos de preensão, há a referir a relativa frequência de asas de fita e mamilos por todo o Centro e Norte português. As asas surgem maioritariamente em potes, mas também se registam em taças o que difere esta área da Estremadura e Sudoeste onde as asas só surgem em potes, sendo as taças apenas providas de pegas e mamilos. Os mamilos, aqui mais raramente perfurados do que na Beira Interior (VILAÇA, 1995a), estão também bastante bem representados dentro do Grupo Baiões/Santa Luzia em povoados como CAN, CSL e SGB e surgem geralmente em taças carenadas de grande qualidade.

OS DADOS DA DECORAÇÃO

Relativamente à decoração do Grupo Baiões/Santa Luzia regista-se uma tendência geral para baixos valores percentuais. Na nossa área de estudo, todos os sítios à excepção

⁵¹ Note-se que o dito “testó” surge fragmentado na sua extremidade superior, o que seria estranho numa tampa, mas fará sentido se se tratar de um fundo como o do nosso conjunto. O perfil de assentamento da peça também nos parece adequar-se mais ao de um fundo do que ao de uma tampa.

de BMSR, têm valores abaixo dos 15% de fragmentos decorados, tal como acontece nos povoados da Beira Interior (VILAÇA 1995a, p.277) e da bacia do Cávado (BETTENCOURT, 1999). Apenas a Bouça do Frade se destaca com 19,66% de fragmentos decorados (JORGE, 1988; CANHA, 2002, p.219).

Quanto às técnicas, uma vez mais as diferentes escalas, terminologias e noções de conceitos usadas pelos vários investigadores dificultam a comparação. Na plataforma do Mondego a impressão parece dominar, ainda que, às vezes, muito próxima da incisão, como acontece em CCOB (SENNA-MARTINEZ, 1993c, p.117). Tal dever-se-á à grande presença de bordos denteados que decoram a olaria mais comum de todos esses povoados, embora também seja usual a impressão nos colos. Essa decoração, seja por ungulação, punção ou digitação, é bastante típica do Centro e Norte português, como demonstram os povoados da bacia do Cávado (BETTENCOURT, 1999, p.1102; MARTINS, 1990, p.126) e da Beira Interior (VILAÇA, 1995a, p.278-281). Nestes, porém, os investigadores consideram o puncionamento como incisão, pelo que uma transferência de valores teve de ser realizada para os podermos comparar ao nosso conjunto. Na Beira Interior, Vilaça (1995a, p.279) regista a incisão como maioritária, 44% *versus* 15% de impressão; mas quando feita a transferência do número de fragmentos decorados a punção (variante A) para a técnica de impressão, esta última já é a maioritária, com 56% perante apenas cerca de 4% de incisão⁵². Os motivos são semelhantes, encontrando-se aí mais digitações (VILAÇA, 1995a, p.281). A decoração pontilhada está bem registada em SGB (SILVA, 1978, p.188), CSL (PEDRO, 1995, p.66; REPREZAS, 2010) e em CSR (REPREZAS, 2010), no entanto sem paralelo claro para o nosso motivo G1.

Quando olhamos, porém, para conjuntos excepcionais como o nosso e outros que têm por base apenas os recipientes de Forma reconstituída, como os de SGB, CSL e CMOUR (SILVA, 1979, p.522; PEDRO, 1995, p.65-68), é a incisão que predomina, dando-nos vários exemplos da decoração “tipo Baiões” que surge essencialmente em taças carenadas. Trata-se, por isso, de incisão predominantemente pós-cozedura, enquanto a pré-cozedura parece ser rara por toda a região, ainda que mais frequente na Beira Interior (VILAÇA, 1995a, p.279).

⁵² Não queremos com isto assumir que o nosso conceito de puncionamento seja mais correcto que o dos autores que o consideram como incisão. Tal discussão parece não alcançar um consenso na bibliografia. Temos apenas como intenção uniformizar os dados tanto quanto possível para podermos fazer uma comparação mais realista.

Em Canedotes, Canha (2002, p.219-222) dá-nos também a decoração incisa como dominante, a maioria pós-cozedura (39,27%) – parte da qual sendo “tipo Baiões” (11,64%) – e a minoria de pré-cozedura (2,97%). O autor inclui também nesta técnica as “entalhaduras” que correspondem, na nossa terminologia, ao puncionamento (impressão). Porém, mesmo fazendo-se a transferência das “entalhaduras” para o grupo das impressões, as incisões continuariam a ser a técnica mais utilizada nesse povoado, o que o faz distanciar-se um pouco dos restantes, especialmente considerando ter uma maioria de olaria grosseira. Por outro lado, a decoração incisa “tipo Baiões” surge concentrada no Sector IA de Canedotes, nomeadamente no interior de uma estrutura complexa que corresponde a quatro compartimentos de funções diferentes e que acompanham os afloramentos que delimitam a nascente aquele cabeço (CANHA, 2002, p.222). Segundo Canha (2002, p.124-125) esta estrutura «*aparenta ser a zona mais nobre da área escavada, uma vez que é nessa zona que se localiza a quase totalidade dos recipientes de fabrico fino (...)*» onde «*(...) se pode ter procedido a algum tipo de consumo, ainda que provavelmente os recipientes tenham sido levados ao fogo noutra local e posteriormente para aqui transportados*», visto não se terem identificado estruturas de combustão, o que não impede ainda assim ao autor de apresentar a possibilidade de ter sido também lugar de actividade metalúrgica, como indiciam os fragmentos de molde e restos de fundição ali encontrados. Assim, uma vez mais, um conjunto de cerâmicas maioritariamente finas e “de luxo” (com decoração “tipo Baiões”) surge associado a uma área periférica, mas aparentemente, excepcional do povoado, possivelmente ligada à metalurgia, tal como o nosso conjunto.

Fora do Grupo Baiões/Santa Luzia as decorações “tipo Baiões” são conhecidas dos povoados do Caldeirão (Guarda), Castelo Velho de Louriçal do Campo (Castelo Branco) (SILVA, 2005, p.43-44), Cachouça (VILAÇA, 2007b, p.2) e de Alegrios. Neste último sítio as decorações surgiram em recipientes que são considerados pela investigadora (VILAÇA, 1995a, p.291) como de uso excepcional visto que se concentravam num abrigo natural que para a mesma poderá ter tido uma utilização ritual (VILAÇA, 1998, p.215-216; 2000b, p.37). Registam-se também fragmentos com decoração “tipo Baiões” na Beira Litoral em S. Julião da Branca (Albergaria-a-Velha) (SILVA, 1999, p.7) e em Trás-os-Montes no Castelo de Aguiar (SILVA, 1999, p.29 *apud* CANHA, 2002, p.224). Na bacia do Cávado registam-se em S. Julião I (MARTINS, 1990, p.126). Registam-se também em Castelo de Matos (Baião) (CANHA, 2002, p.224), na Bouça do Frade (JORGE, 1988) e ainda na Fraga

dos Corvos (Macedo de Cavaleiros)⁵³. Curiosamente, neste último sítio essa decoração surge apenas no Sector IIA, numa área que foi interpretada como de armazenagem em fossas e de actividades domésticas, com estruturas que seriam cobertas (JORGE, 1988, p.45,61). Esses fragmentos, recuperados na camada de finais de ocupação do povoado, surgem associados a vasos de armazenagem, mas mais interessantemente, nas mesmas áreas em que se concentravam também os vasos de largo bordo horizontal (JORGE, 1988, p.49-50) que, como já vimos, podem ser interpretados como recipientes de alto valor simbólico e ligados à metalurgia.

É aqui também de referenciar o facto de se conhecerem cerâmicas com decorações “tipo Baiões” em níveis de transição do Bronze Final para a Idade do Ferro (VIII-VII a.C) do Cabeço das Fráguas, juntamente com cerâmicas de “tipo Lapa do Fumo” e Cogotas II, contas de colar de pasta vítrea e outros artefactos de excepção (SANTOS e SCHATTNER, 2010, p.102-103). Este sítio é conhecido como um provável santuário indígena, marcado por uma inscrição rupestre em língua lusitana e de carácter sacrificial e ainda por várias estruturas e materiais de carácter votivo que o identificam como um espaço de ocupação não habitacional, mas ritual, palco de cerimónias comensais e lugar centralizador das várias comunidades envolventes e respectivos cultos que até ali peregrinavam (SANTOS, 2010). É assim novamente sugestivo que cerâmicas “tipo Baiões”, como as que compõe boa parte do nosso conjunto, fossem as escolhidas para levar até aquele local.

Conhecem-se ainda alguns fragmentos com decorações “tipo Baiões” em território espanhol, nomeadamente em Badajoz, no povoado de Los Conceijiles (VILAÇA, JIMÉNEZ ÁVILA e GALÁN DOMINGO, 2012, p.147) que traçam o caminho até a Andaluzia onde se encontraram também destas decorações em El Carambolo (SENNA-MARTINEZ, 1989, p.692).

Os motivos desta decoração são essencialmente geométricos, predominando as linhas quebradas e sequências de triângulos preenchidos ou raiados que se encontram por toda a região. O nosso motivo B10 surge em Canedotes, Malcata, S. Cosme, Baiões e Santa Luzia, ainda que invertido verticalmente (REPREZAS, 2010). O motivo D4 encontra paralelo no motivo A6 da tabela de Pedro (1995, EST.XLI) para o Castelo dos Mouros, ainda que também invertido verticalmente. Já o nosso motivo B3 é conhecido do Alto da Cavada, Pedra Cavaleira, Canedotes e Baiões, no entanto o nosso exemplar distingue-se

⁵³ Informação cedida pelos investigadores Senna-Martinez e Elsa Luís, pela qual agradecemos.

por ter o preenchimento realizado em ornatos brunidos. Tal combinação de técnicas, assim como a aplicação das duas técnicas em motivos iguais não são de admirar pois como Vilaça, Jiménez Ávila & Galán Domingo (2012, p.147) afirmam sobre a incisão pós-cozedura e os brunidos «(...) se trata de dos estilos o dos caligrafias para escribir lo mismo» até porque «(...) donde se dan decoraciones brunidas, las incisiones post-coccion son residuales, y donde aquellas imperan estas presentan una expresion reducidisima o, incluso, inexistente».

A decoração brunida surge na Beira Alta sempre na face exterior, mas em duas variantes: os sulcos e os ornatos, ambas presentes no nosso conjunto. Esta decoração é rara, mas conhecida pela maioria do território português. Raquel Vilaça (1995, p.297) e Alexandre Canha (2002, p.230) consideram que os sulcos brunidos são mais frequentes na Beira Alta e no Norte enquanto na Beira Interior predominam os ornatos, algo que deverá estar relacionado com a proximidade desta última região com o Baixo Tejo e a sua cerâmica “tipo Lapa do Fumo”, mas como os mesmos autores explicam, tal é difícil de comprovar sem mais investigações e, especialmente, sem a distinção das duas variantes nos estudos já publicados. Já Jessica Reprezas (2010, p.103) propõe, por outro lado, que os sulcos representem um primeiro momento da decoração brunida enquanto os ornatos “clássicos” são uma modalidade mais tardia da técnica. Efectivamente, os únicos exemplares de sulcos brunidos conhecidos em CSR provêm da [47-W3] e da nossa U.E. mais antiga, a [88], enquanto contamos já com 2 ornatos na [87], aos quais se juntam outros 2 exemplares do Sector C ([103,105] e [110]). Na restante Beira Alta os sulcos estão presentes em Canedotes (16,21%) (CANHA, 2002, p.228), SGB⁵⁴ e CSL (PEDRO, 1995, p.65). Consideramos o nosso motivo B12, interessantemente, muito similar ao motivo 16, também em ornatos, que é exclusivo da Moreirinha, mas que Raquel Vilaça (1995, p.284-287) considera um dos mais característicos da decoração brunida da Beira Interior, podendo assim ser o nosso exemplar um testemunho de contactos entre os dois povoados. É também interessante o facto de se encontrarem 3 fragmentos com decoração brunida no nosso conjunto quando apenas se conhecem outros 2 no restante espólio estudado do povoado, um deles sendo da “fossa-lareira”, o que insinua um uso mais restrito e ritual desses recipientes decorados. Alguns autores interpretam-nos

⁵⁴ Canha faz referência a um fundo de um recipiente de SGB cuja face exterior apresenta um motivo estelar em sulcos brunidos (LOPES, 1993, p.165 *apud* CANHA, 2002, p.229). Desconhecemos este motivo, mas talvez o possamos associar aos motivos solares de CSR e, nesse caso, poderá esse recipiente ter chegado a SGB através de contactos com CSR?

precisamente como recipientes “de luxo”, de distinção social, ou até dedicados a práticas rituais (SOARES, 2005, p.137; VILAÇA, 2000b, p.37), tal como se propõe para as cerâmicas “tipo Baiões”. Muito sugestiva para o contexto dos exemplares de decorações brunidas do nosso conjunto é ainda a teoria de Cardoso (2004, p.185) que associa as cerâmicas de ornatos brunidos à metalurgia, disseminando-se a técnica através das rotas de estanho do Tejo.

A decoração plástica – considerando-se aqui os cordões plásticos e apenas aqueles mamilos cuja única função seja estética – é residual ou mesmo ausente na maioria dos sítios da Beira Alta, apenas se fazendo destacar através de alguns cordões plásticos em CAN, CSR e, especialmente, em CNBS, onde surgem decorados por digitação e puncionamento (REPREZAS, 2010, p.72). No Norte, porém, os cordões são mais frequentes, e maioritariamente ungulados (BETTENCOURT, 1999, p.1102), talvez tendo vindo daí a inspiração para o cordão ungulado do nosso conjunto. Quanto aos mamilos decorativos, regista-se que na Beira Interior ocorrem com frequência as pegas mamiladas, ainda que geralmente perfuradas (VILAÇA, 1995a; FERNANDES, 2013). Estas são, porém, ainda mais típicas do Sudoeste peninsular (SOARES, 2005). Na Beira Alta só as conhecemos no Castro de S. Romão pelo que talvez estas representem, uma vez mais, contactos deste povoado com a Beira Interior e/ou o Sudoeste.

AINDA SOBRE O ELEMENTO DE PREENSÃO SOBRE-ELEVADO

Várias são as hipóteses de classificação para o curioso fragmento com um elemento de preensão sobre-elevado que surgiu no nosso conjunto. A hipótese de se tratar de uma “asa em orelha” é, como vimos, conhecida na Beira Interior, mas em recipientes abertos em que as asas não apresentam qualquer “reforço” e aparentam ter uma abertura pequena, muito angular, com os seus arranques próximos um do outro, o que não parece provável no nosso fragmento. Por outro lado, as pastas e acabamentos desses exemplares de Alegrios e Moreirinha são semelhantes aos do nosso. Existe ainda um outro exemplar de “asa de orelha” no próprio povoado de CSR, no Sector B, que apesar de já ser um recipiente com colo estrangulado continua a afastar-se do nosso modelo pela forma de arranque da asa e pela presença de um ressalto interno destinado ao encaixe de uma tampa (GUERRA, FABIÃO e SENNA-MARTINEZ, 1989, p.195). Esta peça, como os autores indicam, está mal conservada e apesar de ter sido recolhida em níveis do Bronze Final, apenas tem paralelos em contextos da Idade do Ferro do Noroeste (*IDEM*). Segundo Raquel Vilaça

(1995, p.303-304), as “asas de orelha” são conhecidas na Andaluzia Ocidental, ainda que raras, tanto em contextos domésticos como funerários e atribuídas ora ao Bronze Pleno ora à Idade do Ferro. Assim, caso esta peça corresponda a este tipo de asa poderá ser mais um elemento a adicionar aos testemunhos de contactos entre CSR e o mundo andaluz. Esses contactos seriam feitos através da Beira Interior, explicando-se a presença das mesmas asas aí, e através da Estremadura espanhola onde algumas cerâmicas com decorações “tipo Baiões” marcam também a rota a caminho da Andaluzia.

A hipótese de ser uma asa sobre-elevada como as típicas do Norte e Centro de Itália permite-nos fazer mais interpretações, ainda que, nesse sentido, a nossa peça continue a diferenciar-se por a asa terminar numa área tão baixa do recipiente (provavelmente já próxima da base) quando estas geralmente terminam na carena ou na ligação do colo à pança. Isto significa que a sua abertura seria de grandes dimensões o que a afasta um pouco do seu paralelo conhecido da Malcata. A asa da Malcata aparenta, no entanto, ser muito pouco sobre-elevada, pelo que nos podemos questionar sobre a sua classificação como tal. Relativamente às classificações que podemos fazer para uma asa-sobre-elevada, sabemos que as *cornuta/lunata* são tradicionalmente ligadas ao Bronze Médio e os *apêndices zoomórficos* à Idade do Ferro. Já as *ad ascia* e os *apêndices de botão* parecem ser típicos desde os finais do Bronze Inicial até à Idade do Ferro (NEUMAIER, 2006, p.152). Ambas terão tido origem no Norte itálico, mais propriamente na cultura de Polada e na Emília-Romanha, mas tiveram uma grande dispersão que vai desde o centro itálico, passando por toda a costa mediterrânica francesa, até ao levante espanhol (CATTANI, 2011, p.79-70; NEUMAIER, 2006, p.152; RUIZ-ZAPATERO, 1997, p.160). Terá sido por finais do Bronze Médio, com a entrada dos primeiros grupos humanos dos “Campos de Urnas Antigos” que a ideia terá chegado à Península Ibérica, através dos Pirenéus, tendo sido adoptada e adaptada aos modelos cerâmicos locais da área catalã, onde se conhecem vários exemplares de *ad ascia* e *apêndices de botão* desde o Bronze Médio, mas especialmente datáveis do Bronze Final, com particular incidência das *ad ascia* na zona de Ampurdán e dos botões no vale do alto Segre (ESPEJO BLANCO, 2000-2001, p.37; SANFELIU e FLORS, 2009, p.314). Até à data, o limite ocidental para estas asas era o extremo oriental da Meseta Norte (sendo a peça da Malcata ignorada na bibliografia). Porém, caso esta peça de CSR corresponda a mais um exemplar de uma asa de *apêndice de botão* ou *ad ascia*, ficaria claro que tal invisibilidade arqueológica não significa que

efectivamente estas asas não tenham chegado ao extremo ocidental da península durante a Idade do Bronze.

Segundo Maya (1992-93, p.25-26 *apud* ESPEJO BLANCO, 2000-2001, p.37), as formas dos recipientes com asas sobre-elevadas mais típicas a Sul dos Pirenéus seriam as taças carenadas e as urnas bicónicas, as primeiras de um primeiro momento e as segundas mais tardias. A fragmentação do nosso recipiente impede-nos de saber que forma teria, não sendo possível sequer saber se teria uma carena baixa ou se um simples perfil em S, mas lembra-nos a Forma 40.2. Perante a análise da sua pasta fará talvez mais sentido admitir que se trata de uma forma local à qual foi adicionada a nova ideia de uma asa sobre-elevada, tal como na peça da Malcata, que está identificada como uma taça carenada local, de Forma 38.2. É de destacar, porém, a decoração da peça de CSR. Segundo Neumaier (2006, p.153-154) a cerâmica típica das culturas itálicas dos Alpes seriam as taças carenadas, com ou sem *ad ascia*, decoradas com pontilhados e linhas incisas formando meandros ou zig-zags. A nossa peça é a única do nosso conjunto com pontilhado, sendo esta uma técnica rara dentro do povoado (mas usual, por exemplo, em Baiões). Talvez a sua associação à asa sobre-elevada não seja uma simples coincidência, mas uma associação inerente ao conceito trazido desde o Norte Itálico. O “reforço” que temos na nossa peça também não é usual nestes recipientes (ausente também na Malcata) pelo que poderá ser um testemunho da importação do conceito e não da sua técnica de fabrico, facto que explicaria também a simplicidade da asa da Malcata.

Nesse sentido, estas peças poderão reforçar a ideia de contactos via terrestre entre o Ocidente peninsular e o Norte Itálico que Raquel Vilaça (2008, p.376) tanto procura destacar e em que os Pirenéus, mais que uma barreira, se apresentam como um intermediário. Estas asas, que seriam típicas desde os inícios da Idade do Bronze, terão desta forma levado vários séculos a atravessar penínsulas até que, em pleno Bronze Final, poderão ter chegado à Beira Alta. Tais relações já são conhecidas a partir dos carros votivos de Baiões cujos melhores paralelos são, segundo Schattner (2011-2012), os carrinhos de Bisenzio (Itália Central) e de Como-Ca’Morta (Lombardia), conhecendo-se ainda outro carrinho de Sesto Calende (Lombardia). Se considerarmos ainda o fragmento *indeterminado* n°6664 como um possível pé de um vaso polípode poderemos ter também aí mais um testemunho de ideias originárias de além-Pirenéus que terão chegado à Beira Alta, provavelmente através da Meseta.

Importa ainda discutir a funcionalidade destas asas, que é ainda pouco clara pois foram encontrados exemplares em grutas, povoados e monumentos megalíticos (ESPEJO BLANCO, 2000-2001, p.43), demonstrando uma grande difusão da forma a diferentes contextos sociais e simbólicos. As vantagens utilitárias são óbvias – uma maior facilidade em pegar, segurar e nivelar o recipiente – mas uma intenção estética/simbólica parece sobrepor-se na grande maioria dos casos. Não deixa, por isso, de ser interessante que esta rara tipologia surja no contexto excepcional que temos vindo a apontar para o nosso conjunto. Terá aqui, muito provavelmente, uma função simbólica, talvez sendo esta tipologia até uma “compensação” aos vasos geminados que se conhecem em SGB, CAN e muitas outras regiões da península, mas que estão ausentes em CSR.

Por fim, sobre a hipótese de estarmos perante um recipiente com uma simples pega ou apêndice decorativo não nos podemos debruçar pois não conhecemos realidades coevas semelhantes.

RESUMINDO...

Assim, no que toca a tipologias e decorações, a maioria dos recipientes do nosso conjunto é comum não só aos restantes povoados da Plataforma do Mondego, mas também aos da área de Viseu e Alto Paiva, ao contrário do que Canha (2002, p.233-234) havia apontado sobre existir uma maior heterogeneidade de tipologias entre a plataforma do Mondego e a área de Viseu (Canedotes aproximando-se desta última). Tudo depende, a nosso ver e como o próprio advertiu, das metodologias aplicadas, resultando a nossa numa maior equivalência de Formas do que o autor havia registado (*IDEM*, nota 280).

Registam-se também afinidades entre a nossa área de estudo, a Beira Interior e a bacia do Cávado, especialmente em termos de tipologias, visto que as taças carenadas e os potes de armazenagem parecem ter uma forma base que lhes é comum. A mais forte afinidade será, no entanto, com a Beira Interior (tendo em mente que pouco se conhece sobre outras regiões mais próximas, como a Beira Litoral). É aí que encontramos Formas mais semelhantes às nossas, as quais contam também com muitas das mesmas soluções decorativas (bordos denteados, incisões, brunidos, pegas mamiladas). Parece-nos também ter sido através da Beira Interior – que é conhecida pela sua especial abertura a influências exógenas – que os povoados do Grupo Baiões/Santa Luzia, nomeadamente o de CSR, criaram contactos com outras regiões mais distantes. Vilaça (1995a, p.411) faz até

referência uma tradicional via de transumância que, «(...) vinda de S. Martinho, cruzaria os contrafortes da Gardunha, dirigindo-se para a Estrela, que atravessava, talvez em direcção ao castro de S. Romão (Seia). Os únicos depósitos de bronze da região - o da Quinta do Ervedal e o de Paúl - que reúnem a maior quantidade de metal de toda a Beira Baixa, encontram-se nesta direcção» (VILAÇA *et al*, 1998, p.40), podendo explicar-se também assim a presença de cerâmicas “tipo Baiões” em Alegrios e na Cachouça que são, naturalmente, os povoados mais próximos da Beira Alta. A partir daí os contactos poderiam dividir-se entre a Meseta e a Andaluzia. Os primeiros fazem-se sentir nas Beiras através de pés em anel, decorações em *boquique*, bordos B.5, possíveis elementos de “Campos de Urnas Antigos” e, no fundo, através das várias influências continentais; os segundos pelas cerâmicas pintadas, possíveis “asas em orelha” e outras influencias mediterrânicas. Já as relações com os povoados do Norte do território português seriam realizadas provavelmente a partir do Alto Paiva, registando-se em Canedotes maiores afinidades com essa região (CANHA, 2002, p.252).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderíamos estar apreensivos quanto à informação que tão pequenas amostras nos poderiam dar. No entanto, chegando ao fim deste trabalho, cremos poder fazer uma série de considerações finais que trarão uma nova luz sobre alguns dos aspectos que mais caracterizam este grupo cultural. Para tal foi necessário fazer uma síntese o mais completa possível daquilo que hoje se conhece sobre o Bronze Final da Beira Alta. A revisão da bibliografia demonstrou que a rede de povoamento é mais vasta do que inicialmente se assinalava, deixando aqui a referência a uma série de sítios que esperamos um dia virem a ser investigados para que possamos complementar os nossos conhecimentos sobre o povoamento, cronometrias e contactos dos vários povoados e monumentos funerários que compõem este grupo cultural num espaço geográfico muito próprio. Só assim poderemos ter uma verdadeira compreensão dos dados.

O Castro de S. Romão é, possivelmente, um dos povoados mais extensivamente estudados desse mundo, dando-nos a conhecer diversas realidades. No entanto, até o estudo detalhado de tão pequeno e localizado conjunto como o aqui apresentado poderá revelar-nos informações que nos dão a conhecer muito melhor algumas dessas realidades e que nos dão as bases para novas linhas de investigação. Com a análise do nosso conjunto pudemos concluir que temos, efectivamente, dois momentos distintos de actividade, em que se verifica uma perda de qualidade, variabilidade tipológica e decorativa do primeiro para o segundo, ainda que ambas as amostras se enquadrem dentro da mesma tradição oleira do povoado. O estudo dos seus contextos permitiu associá-lo essencialmente a uma área de produção metalúrgica, remetendo esses dois momentos para duas fases de trabalho metalúrgico. Efectivamente, o nosso conjunto acabou por cruzar duas das vertentes culturais mais discutidas para o Bronze Final: a cerâmica e a metalurgia.

Este conjunto revelou, em comparação com as restantes amostras estudadas do povoado, um cariz mais ritual do que doméstico e a possibilidade de, nesse contexto, podermos associar algumas tipologias a certas funcionalidades. Esse cariz é-nos dado por uma maioria de cerâmicas finas, especialmente taças, de superfícies brunidas e decoradas com incisões “tipo Baiões” e ainda alguns ornatos e sulcos brunidos, características que encontramos, com esta incidência, apenas nas amostras da “fornalha” e da “fossa-lareira” e no conjunto do Buraco da Moura de S. Romão, onde a manipulação do fogo e a as prováveis cerimónias de comensalidade apontam precisamente para isso. A própria

prática metalúrgica tem vindo a ser conotada com características simbólicas às quais podemos agora associar este conjunto e as suas decorações “tipo Baiões”. Provavelmente a maior consideração que podemos tirar deste trabalho é precisamente o papel das cerâmicas com esta decoração, assim como a brunida. A revisão de alguns dos contextos em que estas cerâmicas surgem permitem-nos verificar que surgem geralmente em contextos excepcionais dos vários povoados dentro e fora da Beira Alta, como é, por exemplo, o do Cabeço das Fráguas. A isso vem o nosso conjunto apoiar, apresentando-se assim estas cerâmicas como um dos elementos do pacote de prestígio destas comunidades.

Dentro do mundo decorativo do nosso conjunto destacam-se ainda os motivos solares que nos permitiram deixar ainda uma interessante interpretação para a implantação do povoado em relação com a tradição remota da observação das estrelas e do sol sobre o perfil da Serra da Estrela. Certamente este será um assunto que dificilmente poderá ser alguma vez comprovado, mas fica aqui a ideia. Destaca-se também o elemento de prensão sobre-elevado que parece ser um elemento inovador no contexto do Bronze Final do Centro/Norte português. As suas distintas hipóteses de classificação permitem-nos ainda pensar em possíveis contactos culturais indirectos de longa distância, nomeadamente, com o mundo continental além-Pirenéus.

As diferentes metodologias aplicadas aos vários estudos cerâmicos que referenciámos não facilitaram, efectivamente, as comparações que nos permitiriam verificar os vários contactos regionais e supra-regionais de CSR a partir do nosso conjunto. Ainda assim pudemos apurar que a olaria básica e doméstica deste período é tecnológica e tipologicamente comum por todo o Centro e Norte português, sendo a da Beira Alta mais próxima da olaria da Beira Interior, que seria a intermediária de vários contactos mais longínquos que vão da Andaluzia à Meseta. Dentro da Beira Alta verifica-se também que o nosso conjunto se enquadra perfeitamente na olaria do Grupo Baiões/Santa Luzia.

Naturalmente, todas estas considerações são o resultado das metodologias e interpretações que aplicámos a este conjunto, pelo que deverão ser vistas apenas como ideias que necessitam investigações futuras mais intensivas e outras abordagens, nomeadamente o estudo completo da cerâmica do “Ambiente W3 interior”, a “área metalúrgica”, para pudermos tirar conclusões sobre este mundo de Baiões/Santa Luzia em crescente complexidade.

BIBLIOGRAFIA

- ABARQUERO MORAS, F. J. (2005) – *Cogotas I. La difusión de un tipo cerámico durante la Edad del Bronce*. Monografías 4. Junta de Castilla y León. Consejería de Cultura y Turismo. Valladolid.
- ALARCÃO, J. de (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.4, 2, p. 293-349.
- ALMEIDA, S. O. (2005) – *A Idade do Ferro no Planalto de Viseu: o caso do Morro da Sé*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiado.
- ALVES, L.; COMENDADOR REY, B. (2009) – Rochas e metais na Pré-História para além da físico-química. In BETTENCOURT, A; ALVES, L. eds. – *Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade*. Braga: CITCEM, p. 37–54.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1998) – "Precolonización" y cambio socio-cultural en el Bronce Atlántico. *Trabalhos de Arqueologia*, 10. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, p. 81-100.
- ARANDA JIMÉNEZ, G. (2016) – Meat consumption as a social strategy: feeding new identities in Early Bronze Age societies in Iberia. In VILAÇA, R.; SERRA, M. eds. – *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades. Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas*. Coimbra: FLUC, CEPBA, Palimpsesto. p.17-38.
- ARAÚJO, M. F.; SILVA, R.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; VALÉRIO, P.; FIGUEIREDO, E.; SOARES, A.M. (2013) – Investigação em Arqueometalurgia em Portugal, resultados recentes e perspectivas futuras de uma equipa multidisciplinar. *Al-madan*, IIª Série, 17:2, p. 69-78.
- ARMADA, X.; VILAÇA, R. (2016) – Rituales de comensalidad en el Bronce Final de la Iberia atlántica: artefactos metálicos, contextos e interpretación. In VILAÇA, R.; SERRA, M. eds. – *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades. Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas*. Coimbra: FLUC, CEPBA, Palimpsesto. p. 127-157.

- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.). *Cuadernos de Arqueología Mediterránea*. 5-6. Barcelona: Laboratorio de Arqueologia. Universidade Pompeu Fabra.
- BARKER, P. (2003) – *Techniques of Archaeological Excavation*. London: Routledge.
- BETTENCOURT, A. M. S. (1998) – O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica. In JORGE S.O. ed. – Existe uma Idade do Bronze Atlântico?. *Trabalhos de Arqueologia*, 10, Lisboa: IPA, p. 18-39.
- BETTENCOURT, A. M. S. (1999) – *A Paisagem e o Homem na Bacia do Cávado durante o II e o I Milénio a.C.*. Dissertação de Doutoramento apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. 3 vols, policopiado.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2005) – O que aconteceu às populações do Bronze Final do Noroeste de Portugal, no segundo quartel do I milénio AC, e quando começou, afinal, a Idade do Ferro?. *Cadernos do Museu, Actas do Colóquio: Castro – um lugar para habitar*, 5 e 6 de Novembro de 2004, Penafiel: Museu Municipal, 11, p. 25-40.
- BOTTAINI, C. E. (2012) – *Depósitos Metálicos no Bronze Final (sécs. XIII-VII A.C.) do Centro e Norte de Portugal. Aspectos Sociais e Arqueometalúrgicos*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiado.
- CANHA, A. J. (2002) – *Canedotes: Povoado do Bronze Final do Alto Paiva*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.
- CANHA, A. J.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2007) – Testemunhos de metalurgia no povoado de Canedotes (Bronze Final). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.10, 1. p.159-178.
- CARANDINI, A. (1997) – *Historias en La Tierra: Manual de excavación arqueológica*. Barcelona: Crítica. p. 88-101.
- CARDOSO, J. L. (2004) – A Baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 12. Oeiras: Câmara Municipal.

- CARDOSO, J. L.; SILVA, I. M. (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): Estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.7, 1, p. 227-271.
- CARDOSO, J. L.; SENNA-MARTINEZ, J. C. & VALERA, A. C. (1998) – Aspectos da Economia Alimentar do Bronze Pleno da Beira Alta: A fauna de grandes mamíferos das «Salas 2 e 20» do Buraco da Moura de S. Romão (Seia). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 3/4, Lisboa: Colibri, p.253-261.
- CATTANI, M. (2011) - Contributo alla definizione della fase iniziale della media età del bronzo in Italia centro-settentrionale: le impugnature con appendice ad ascia, *Ipotesi di Preistoria*, vol. 4, 2, p. 63-87.
- CISE – *Fauna*. [Em linha]. Centro De Interpretação da Serra da Estrela [Consult. 21 Julho 2016]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.cise.pt/pt/index.php/serra-da-estrela/fauna?start=1>>
- CORREIA SANTOS, M. J. (2010) – O Cabeço de Fráguas e a concepção de espaço sagrado na Hispania indo-europeia. *Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos*, 6, ano VI, Guarda, p. 131-141.
- CORREIA SANTOS, M. J.; SCHATTNER, T. G. (2010) – O Santuário do Cabeço das Fráguas através da arqueologia. *Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos*, 6, ano VI, Guarda, p. 89-108.
- COSTEIRA, C.; LUÍS, E. (2015) – *Elementos Funcionais ou decorativos? Cordões, mamilos, pegas e asas nos recipientes cerâmicos no 3º / inícios 2º milénios a.C.*. Poster apresentado nas VIII Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica (JIA), Lisboa, FSCH, 21 a 24 de Outubro de 2015.
- CRUZ, D. J. (1993) – Apresentação. *Estudos Pré-Históricos*, vol.1. Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta. p. 6.
- CRUZ, D. J. (1997) – A necrópole do Bronze Final do "Paranho" (Molelos, Tondela, Viseu). *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, p. 85-109.
- CRUZ, D. J. (2001) – *O Alto Paiva: megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história Recente*. Dissertação de Doutoramento em Pré-história e

- Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols., Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CRUZ, D. J.; CANHA, A. J. (1997) – Escavação arqueológica da Mamoa 4 do "Rapadouro" (Pendilhe, Vila Nova de Paiva, Viseu). *Conimbriga*, XXXVI, Coimbra, p. 5-26.
- CRUZ, D. J.; GOMES, L. F. C.; CARVALHO, P. S. (1998a) – Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação. *Estudos Pré-históricos*, 6, Viseu, p. 375-395.
- CRUZ, D. J.; GOMES, L. F. C.; CARVALHO, P. S. (1998b) — O grupo de tumuli da Casinha Derribada (concelho de Viseu). Resultados preliminares da escavação arqueológica dos monumentos 3, 4 e 5. *Conimbriga*, XXXVIII, Coimbra, p. 5-7.
- CRUZ, D. J.; VILAÇA, R. (1999) – O grupo de tumuli da "Senhora da Ouvida" (Monteiras/Moura Morta, Castro Daire, Viseu). Resultados dos trabalhos arqueológicos. *Estudos Pré-históricos*, vol.VII, Viseu, p. 129-16.
- DAVEAU, S. (1988) – Progressos recentes no conhecimento da evolução holocénica da cobertura vegetal, em Portugal e nas regiões vizinhas. *Finisterra*, XXIII, 45, p.101-52.
- DRIESCH, A.; BOESSNECK, J. (1981) – Die Fauna von Zambujal. In: SANGMEISTER, E.; SCHUBART, H. – Zambujal, die Grabungen 1964 bis 1973. Mainz am Rhein. *Verlag Philipp Von Zabern*. Madrider Beiträge, 5 (1), vol.1, p.303-314.
- EARLE, T. (2002) – *Bronze Age Economics - The Beginning Of Political Economies*. Colorado: Westview Press.
- ESPEJO BLANCO, J. M. (2000-2001) – La cerámica con asas de apéndice de botón: un nuevo estado de la cuestión. *Pyrenae*, 31-32, p. 29-56.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1988-1989) – A IV Campanha de escavações no Cabeço do Crasto de S. Romão, Seia: alguns resultados preliminares, *Portvgalia*, 9-10, p.73-87.
- FERNANDES, D. I. E. (2013) – *O Castro do Cabeço da Argemela (Fundão) no seu contexto local e regional. Contributo do estudo das cerâmicas da sondagem 9*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FIGUEIREDO, E.; SILVA, R. J. C.; ARAÚJO, M. F.; SENNA-MARTINEZ, J. C. (2010a) – Identification of ancient gilding technology and Late Bronze Age metallurgy by

- EDXRF, Micro-EDXRF, SEM-EDS and metallographic techniques. *Microchimica Acta*, 168, p.283-291
- FIGUEIREDO, E.; SILVA, R. J. C.; SENNA-MARTINEZ, J. C.; ARAÚJO, M. F.; FERNEES, F. M. B.; VAZ, J. L. I. (2010b) – Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baiões (Viseu, Portugal). *Journal of Archaeological Science*, 37. p. 1623-1634.
- FIGUEIREDO, E.; SILVA, R. J. C.; SENNA-MARTINEZ, J. C.; VAZ, J. L. (2011) – Characterization of Late Bronze Age large size shield nails by EDXRF, micro-EDXRF and X-ray digital radiography. *Applied Radiation and Isotopes*, 69: p. 1205-1211.
- GIL, F. B.; SENNA-MARTINEZ, J.C.; GUERRA, M. F.; SERUYA, A. I.; FABIÃO, C. (1989) – Produções metalúrgicas do Bronze Final do Cabeço do Crasto de S. Romão, Seia: uma primeira análise. In: *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu, p. 235-248.
- GILMAN, A. (2003) – El impacto del Radiocarbono sobre el estudio de la Prehistoria tardía de la Península Ibérica: breves comentarios. *Trabajos de Prehistoria*, 60 (2), p. 7-13.
- GOMES, M. (1995a) – As Estelas Funerárias da Idade do Bronze Final, no Centro e Sul de Portugal. In: JORGE, S. O. ed. – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa, SEC, IPM, MNA, p. 130.
- GOMES, M. (1995b) – A Sepultura da Roca do Casal do Meio. – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa, SEC, IPM, MNA, p. 94-95.
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1996) – A ocupação romana do Cabeço do Crasto, S. Romão, Seia. *Ophiussa*. 1. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa. p. 131-157.
- GUERRA, A.; FABIÃO, C.; SENNA-MARTINEZ, J.C. (1989) – O Cabeço do Crasto de S. Romão, Seia: alguns resultados preliminares das campanhas 1(1985) a 3(1987). In: *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu, p. 189-234.
- HARRIS, E. (1989) – *Principles of archaeological stratigraphy*. Academic Press: London. 185 p.
- INGOLD, T. (1993) – The Temporality of the Landscape. *World Archaeology*, 25 (2), p.152-174.

- JANSSEN, C. R. (1985) – História da vegetação. In: DAVEAU, S. ed. – *Livro Guia da Pré-Reunião. Glaciação da Serra da Estrela - Aspectos do Quaternário da Orla Atlântica*. GTPEQ, GETEQ. Lisboa, p. 66-72.
- JANSSEN, C. R.; WOLDRINGH, R. E. (1981) – A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from the Serra da Estrela, Portugal. *Finisterra*, 16 (32), p. 299-309.
- JORGE, S. O. (1988) – O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal. *Monografias Arqueológicas*, 2. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 124 p.
- JORGE, S. O. (1996-1997) – Diversidade Regional na Idade do Bronze da Península Ibérica. Visibilidade e opacidade do "registo arqueológico. *Portugalia*, vol. XVII-XVIII, p. 77-96.
- KALB, P. (1979) – Contribución para el estudio del Bronce Atlántico: excavaciones en el castro 'Senhora da Guia' de Baiões (Concelho de S. Pedro do Sul). In: *XV Congreso Arqueológico Nacional, Lugo*, 1977, p. 581-590.
- KALB, P. (1980) - O Bronce Atlântico em Portugal. In: *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol I, Guimarães, p. 113-120.
- KALB, P. (1994) — Reflexões sobre a utilização de necrópoles megalíticas na Idade do Bronze. In: *Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal"*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira-Alta, p. 415-426.
- KALB, P. (1998) – Produção local e relações a longa distância na Idade do Bronze Atlântico do Oeste da Península Ibérica. In: JORGE, S. O. (ed.) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*. *Trabalhos de Arqueologia*, 10, Lisboa: IPA, p. 157-165.
- KALB, P.; HOCK, M. (1985) – *Cerâmica da Senhora da Guia, Baiões e peças comparáveis do sul de Portugal na exposição "Cerâmica de Alpiarça", Suplemento ao catálogo*. Viseu: Grupo de Amigos do Museu de Grão Vasco em Viseu e Instituto Arqueológico Alemão.
- LÓPEZ PLAZA, S.; SENNA-MARTINEZ, J.C. (1998) – F: SALAMANCA. In: HOSKIN, M. and colleagues – *Studies in Iberian Archaeoastronomy: (5) Orientations of Megalithic Tombs of Northern e Western Iberia*. *Archaeoastronomy*, 23 (JHA, xxix), p. 59-62.

- LÓPEZ SÁEZ, J. A.; CRUZ, D. (2002) – Orquinha dos Juncais (Vila Nova de Paiva, Viseu). Análises polínicas. *Portugalia*, XXIII, Porto, p. 5-34.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A.; CRUZ, D. (2002-2003) – Análises polínicas da Orca das Castonairas (Vila Nova de Paiva, Viseu). Evolução ambiental durante a Pré-história Recente da região do Alto Paiva (Beira Alta), *Estudos Pré-históricos*, 10-11, Viseu, p. 55-86.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A.; LÓPEZ GARCÍA, P.; CRUZ, D. J.; CANHA, A. J. (2000) – Paleovegetação e impacto humano durante a Pré-história Recente na região do Alto Paiva: palinologia do povoado do Bronze Final de Canedotes (Vila Nova de Paiva, Viseu). *Estudos Pré-históricos*, 8, Viseu, p. 61-185.
- LOUREIRO, S.; MARQUES, J. N.; VALINHO, A. (2006) – O Alto Paiva a ocupação humana no I.º milénio a. C.. *Conimbriga: Revista de Arqueologia*. Vol. 45, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 105-123.
- MARTINS, M. (1998) – As economias da Idade do Bronze: problemática do comércio e intercâmbio. In: JORGE, S. O. (ed.) – Existe uma Idade do Bronze Atlântico?. *Trabalhos de Arqueologia*, 10, Lisboa: IPA, p. 73-80.
- MARTINS, M. (1990) – *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Cadernos de Arqueologia, Monografias. Braga: Universidade do Minho, 284 p.
- MELO, A. Á. (2000) – Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, 1. p.15-120.
- MELO, A. Á.; ALVES, H.; ARAÚJO, M. F. (2002) – The bronze palstave from the Quarta Feira copper mine, Central Portugal. In: OTTAWAY, B. S.; WAGER, E. C., eds. – *Metals and Society*. BAR International Series; 1061, London: Archaeopress. p. 109-115.
- NEUMAIER, J. (2006) – Mito, artesanía e identidad cultural: los "campos de urnas" peninsulares y languedocienses a la luz de elementos "italianizantes". A propósito del paradigma de los urnenfelder "norte" y "sur" entorno del 1300-700 arq. ane. *Quaderns de Prehistòria i Arqueologia de Castelló*, 25, Diputació de Castelló: Servei de Publicacions, p. 147-166.

- NUNES, J.; GIL, F.; SENNA-MARTINEZ, J.; GUERRA F. (1989) – Artefacto metálico recolhido na Casa da Orca da Cunha Baixa, concelho de Mangualde. In: *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu, p. 61-63.
- NUNES, J. C. (1958) – Nuevos hallazgos del Bronce en Portugal. *Zephyrus*, IX:2, Salamanca, p. 229-230.
- NUNES, J. C. (1957) – Un importante hallago del Bronce en Portugal. *Zephyrus*, 8, Salamanca, p.135-145.
- PEDRO, I. (1995) – *O povoamento proto-historico da região de Viseu*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.
- PINTO, D. C. B. (2012) – *O Crasto de Palheiros na Idade do Ferro. Contributo da aplicação de uma nova metodologia no estudo da cerâmica*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- PORFÍRIO, E.; SERRA, M. (2016) – Bronze Age funerary commensality in the southwest of the Iberian Peninsula. A perspective from Torre Velha 3 and other hipogea sites found in the Portuguese left bank of the Guadiana river. In VILAÇA, R.; SERRA, M. eds. – *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades. Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas*. Coimbra: FLUC, CEPBA, Palimpsesto. p. 55-84.
- QUINTANA, J.; CRUZ, P. J. (1996) – Del Bronce al Hierro en el Centro de la Submeseta Norte (Consideraciones desde el Inventario Arqueológico de Valladolid). *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología*, LXII, p. 978.
- REPRESAS, J. L. (2010) – *A cerâmica decorada do "Mundo Baiões / Santa Luzia"*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- RIBEIRO, O. (1986) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. 4ª ed. rev. e ampl. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, Coleção Nova Universidade. 190 p.
- RODRIGUES, M. (2008) – *Cerâmica Do Alto Da Cavada*. Trabalho de seminário para conclusão de Licenciatura apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVON SOLDEVILA, I.; MERIDETH, C.; TRESSERAS, J. (2001) – El Cerro de San Cristóbal, Logrosán, Extremadura, Spain. The archaeometallurgical excavation of a Late Bronze Age tin-mining and metalworking site. *BAR International Series*, 992, Oxford: Archaeopress.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILA, I.; DUQUE ESPINO, D.; HUNT ORTIZ, M.; PONCE DE LEÓN IGLESIAS, M.; VÁZQUEZ PAZ, J.; MÁRQUEZ GALLARDO, J.; RODRÍGUEZ MELLADO, J. (2014) – La minería protohistórica en Extremadura: el caso del estaño en el Cerro de San Cristóbal de Logrosán (Cáceres). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de Granada*, 24, p. 167-201.
- RUIZ-GÁLVEZ, M. (1991) – Songs of Wayfaring Lad. *Oxford Journal of Archaeology*, 10(3), p. 277-306.
- RUIZ ZAPATERO, G. (1997) – Migration revisited. Urnfields in Iberia. In: DIAZ-ANDREAU, M.; KEAY, S. eds. – *The Archaeology of Iberia. The dynamics of change*. Londres: Routledge, p. 158-174.
- SANFELIU, D.; FLORS, E. (2009) – Los materiales cerámicos. In Flors, E. coord – Torre La Sal (Ribera de Cabanes, Castellón), Evolución del paisaje antrópico desde la prehistoria hasta el medioevo. *Monografias de prehistòria i arqueologia castellonenques*, 8, p. 435-424.
- SANTOS, A. T.; MARQUES, J. N. (2007) – Os tumuli do Rochão (Castro Daire Viseu). *Conimbriga*, 46, Coimbra: IAFLUC, p. 27-51.
- SANTOS, S. R.; LOURENÇO, S.; NETO, F.; BRAGANÇA, F. (2002) – O sítio arqueológico do Castro da Picota (Tábua). *Estudos Pré-Históricos*, vol. VIII, Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, p. 237-248.
- SARAIVA, R. R. (2013) – *Povoamento Proto-Histórico e Romano no Território dos Atuais Concelhos de Gouveia e Seia, Distrito da Guarda*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SARMENTO, F. M. (1990) – Expedição Científica à Serra da Estrela em 1881. *Revista de Guimarães*, 100 (11), p. 1-32.
- SCHATTNER, T. G. (2011-2012) – Sobre los carros con copa de Baiões. *Cuadernos de PreHistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 37-38, p.263-295.

- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989) – *Pré-História Recente da Bacia do Médio e Alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 3 vols., policopiado.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1993a) – O sítio do Bronze Final da Malcata (Carregal do Sal): uma primeira análise. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa: Colibri, p.149-154.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1993b) – Apresentação: ‘Trabalhos de Arqueologia na Bacia do Médio e Alto Mondego - 1982-1992. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa: Colibri, p. 1-7.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1993c) – O Grupo Baiões/Santa Luzia: contribuições para uma tipologia da olaria. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa: Colibri, p. 93-123.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994) – Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final peninsular. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, Lisboa: Colibri, p. 205-222, reeditado em: JORGE, S. O. ed. – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 1995, p. 118-122.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1995a) – O Povoado do Cabeço do Castro de S. Romão. In: JORGE, S. O. ed. – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 61-65.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1996) – The symbolism of power in central Portugal: Late Bronze Age communities. *Máthesis*, 5, p.163-175.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1998) – Produção, ostentação e redistribuição: estrutura social e economia política no Grupo Baiões/Santa Luzia. In: JORGE, S. O. ed. – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 218-230.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1999) – The central Portugal Late Bronze Age: Contribution to a study on regional ethnogenesis. *Estudos do Quaternário*. Lisboa: APEQ, 2, p. 41-50.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2000a) – O Cabeço do Crasto de São Romão (Seia). In: SENNA-MARTINEZ, J. C., PEDRO, I., eds. – *Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de*

- Viseu. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, p. 136-144.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2000b) – O problema dos primeiros ferros peninsulares em contextos do Bronze Final da Orla Atlântica: os dados do «Outeiro dos Castelos de Beijós» (Carregal do Sal). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 6, Lisboa: Colibri, p. 43-60.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2002) – Aspectos e Problemas da Investigação da Idade do Bronze em Portugal na segunda metade do século XX. *Arqueologia 2000. Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 103-124.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2005) – O outro lado do comércio orientalizante: aspectos da produção metalúrgica no pólo indígena, o caso das beiras portuguesas. *Anejos de Archivo de Español de Arqueología*, XXXIII, Madrid: CSIC, p. 901-910.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2007a) – O Bronze Final no Centro de Portugal: Contribuição para um estudo acerca da etnogénese regional. In: BARBOSA, P., ed. – *Arte, História e Arqueologia. Pretérito sempre presente*. Lisboa: Ésquilo, 2007, p.17-36.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2007b) – Depósito “versus” oficinas de fundidor: problemas contextuales de la Arqueometalurgia en Portugal. In: CELIS SÁNCHEZ, J.; DEBILES DE CASTRO, G.; FÉRNANDEZ MANZANO, J.; GRAU LOBO, L. eds. – *El Hallazgo Leonés de Valdevimbre y los Depósitos del Bronce Final Atlántico en la Península Ibérica. Estudios y Catálogos*, 17, León: Museos de Castilla y León, 2007, p.258-279.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2010) - “Um mundo entre mundos”: O grupo Baiões / Santa Luzia, sociedade; metalurgia e relações inter-regionais. *Iberografias: Revista de Estudos Ibéricos*, 6, ano VI, Guarda, p. 13-26.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2011) – La “conexión lusitana”: contactos orientalizantes y búsqueda de estaño y oro en el Centro-Norte português. In: DOMÍNGUEZ PÉREZ, J.C. ed. – *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados. Propuestas de la arqueología desde un enfoque social*. Cádiz: Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Ealucía, p. 285-296.

- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2013a) – Aspectos do Centro-Norte do Ocidente Peninsular no Final da Idade do Bronze: Povoamento, Metalurgia e Sociedade. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20, Oeiras: Câmara Municipal, p.173-190.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2013b) – Um rio na(s) rota(s) do estanho: O Tejo entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro. *Cira Arqueologia*, 2, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de V. Franca de Xira, p. 7-18.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; CARDOSO, M. (2010) – A horse! A horse! My kingdom for a horse!. *Cadernos Terras Quentes*, 8. Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal, p. 41-46.
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; LUÍS, E. (2016) – Technique and Social Complexity: Development trajectories of peasant societies with Metallurgy during the Bronze Age of Western Iberia. In: SOARES, J. ed. – Social Complexity in a long term perspective, Session B15 of UISPP 17th Congress, *Setúbal Arqueológica*, 16, p. 115-130.
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; NUNES, M.T.S. (1993) – A ocupação do Bronze Final do Outeiro dos Castelos (Beijós): uma primeira análise. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa: Colibri, p. 137-141.
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; PEDRO, I. (2000) – Between myth and reality: the foundry area of Senhora da Guia Baiões and Baiões/Santa Luzia Metallurgy. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 6. Lisboa: Colibri. p. 61-77.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VALERA, A. C. (1995) – O Buraco da Moura de S. Romão. In: JORGE, S. O. ed. – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 1995, p. 50-53.
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; VENTURA, J.M. (1999) – Evolução das Paisagens Culturais na Plataforma do Mondego na Pré-História Recente (c.5000-500 cal a.C.). *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M*, 5, Viseu: Colibri, p. 9-20.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VENTURA, J.M. (2008) – Do mundo das sombras ao mundo dos vivos: Octávio da Veiga Ferreira e o megalitismo da Beira Alta, meio século depois. *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16, Oeiras: Câmara Municipal, p. 317-350.

- SENNA-MARTINEZ, J. C.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1986) – “Cabeço do Crasto” São Romão, Seia. *A campanha I(985)*. Catálogo da Exposição Temporária, FIAGRIS/86. Lisboa: UNIARCH/GHAS.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M.F.; SILVA, R.J.C.; VALÉRIO, P.; VAZ, J. L. I. (2011) – Metallurgy and Society in “Baiões/Santa Luzia” Culture Group: Results of the METABRONZE Project. In: MARTINS, C. B.; BETTENCOURT, A. M. S.; MARTINS, J. I. F. P.; CARVALHO, J. eds. – *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga: CITCEM, APEQ, 2011, p. 409-425.
- SENNA-MARTINEZ, J.C.; NASCIMENTO, A. Q.; CARVALHO, A. M. F.; ALMEIDA, F. S. (1993b) – A ocupação do Bronze Final do Cabeço do Cucão, Pedra Cavaleira (Silgueiros, Viseu): uma primeira análise. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa: Colibri, p.143-147.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; VALERA, A.C.; TEIXEIRA, C.; VENTURA, J.M.Q. (1993a) – A ocupação do Bronze Final do Buraco da Moura de São Romão. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa: Colibri, p.125-135.
- SÉRONIE-VIVIEN, M. R. (1982) – *Introduction à l'étude des poteries préhistoriques*. Sièges Social: Hôtel des Sociétés Savants, Bordeaux.
- SILVA, A. C. F. (1999) – A Cultura Castreja no Norte de Portugal. *Revista de Guimarães*, Volume Especial, I, Guimarães, p. 111-132.
- SILVA, A. C. F.; SILVA, C.; LOPES A. B. (1984) – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lucerna - Homenagem a D. Domingos Pinho Brandão*, Porto, p.73-109.
- SILVA, A. M.; CUNHA, E. (1997) – As incinerações das cistas da Necrópole de Paranho: abordagem antropológica. *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, p. 111-119.
- SILVA, A. R. P. (1976) – Carbonized grains and plant imprints in ceramics from the Castrum of Baiões (Beira Alta, Portugal). *Folia Quaternaria*, vol. 4, Krakoy (sep.).
- SILVA, C. T. (1978) – Cerâmica típica da Beira Alta. In: *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, 1977, p. 185-196.
- SILVA, C. T. (1979) – O Castro de Baiões (S. Pedro do Sul). *Beira Alta*, 38 (3), Viseu, p. 509-531.

- SILVA, C. T.; CORREIA, A.; VAZ, J. L. I. (1984) – Monte de St^a Luzia. *Informação Arqueológica*, 4, p. 124-125.
- SILVA, C. T.; CORREIA, A.; VAZ, J. L. I. (1985) – Castro de S. Luzia - 1982. *Informação Arqueológica*, 5, p. 145.
- SILVA, C. T.; CORREIA, A.; VAZ, J. L. I. (1986) – Castro de Santa Luzia, 4^a campanha. *Informação Arqueológica*, 7, p. 99-100.
- SILVA, F. A. P. (1998) – Uma necrópole, inédita, de Tumuli não megalíticos: a Necrópole do Alto do Barro Vermelho/Alto do Espinhaço (Serra da Gravia), Manhouce, S. Pedro do Sul. *Máthesis*, 7, Universidade Católica Portuguesa, Departamento de Letras, p. 243-260.
- SILVA, F. (2012) – Landscape and Astronomy in Megalithic Portugal: the Carregal do Sal Nucleus and Star Mountain Range. *Papers from the Institute of Archaeology*, vol.22, p. 99-114.
- SILVA, F. (2013) – Astronomia e Paisagem no Megalitismo do Norte do País: Problemas e Perspectivas. In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. eds. – *Arqueologia em Portugal - 150 anos*, Lisboa: AAP, p. 427-433.
- SILVA, F. (2015) – A Estrela da Serra: o passado de um topónimo. *Zimbro*, Dezembro 2015, Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela, p. 28-32.
- SILVA, R. C. (2005) – *Génese e Transformação da estrutura do povoamento do I Milénio a. C. na Beira Interior*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SILVA, R. C. (2008) – A passagem da Idade do Bronze para a Idade do Ferro na Beira Interior Centro - estado actual da investigação e enquadramento geral de problemáticas. In: *Actas das I Jornadas do Património (Belmonte - 21 e 22 de Abril de 2006)*, Câmara Municipal de Belmonte, p. 67-82.
- SOARES, A. M. M. (2005) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, 1, p.111-14.
- TENTE, C. (coord.) (1999) – *Roteiro Arqueológico de Gouveia*. Gouveia: Câmara Municipal de Gouveia, 17 p.

- VALERA, A. C. (2006) – *Calcolítico e transição para a Idade do Bronze na Bacia do Alto Mondego: estruturação e dinâmica de uma rede local de povoamento*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.
- VALERA, A. C.; SENNA-MARTINEZ, J. C.; ESTEVINHA, I. M. (1989) – O Buraco da Moura de S. Romão (Seia): alguns resultados preliminares da Campanha 1 (1987). In: *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu, p. 149-174.
- VAZ, J. L. I. (1997) – *A civitas de Viseu: Espaço e Sociedade*. 2 vols., História regional e Local, Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- VAZ, J. L. I. (2000) – O Castro de Santa Luzia (Viseu). In: SENNA-MARTINEZ, J. C., PEDRO, I., eds. – *Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, p. 135-136.
- VILAÇA, R. (1995a) – Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze. *Trabalhos de Arqueologia*, 9, Lisboa: IPPAR.
- VILAÇA, R. (1997) – Metalurgia do Bronze Final da Beira Interior. Revisão dos dados à luz de novos resultados. *Estudos Pré-Históricos*, V. Viseu. p. 123-154.
- VILAÇA, R. (1998) – Hierarquização e conflito no Bronze Final da Beira Interior. In: JORGE, S. O. (ed.) – Existe uma Idade do Bronze Atlântico?. *Trabalhos de Arqueologia*, 10, Lisboa: IPA, p. 157-165.
- VILAÇA, R. (2000a) – Registos e leituras da Pré-História Recente e da Proto História Antiga da Beira Interior. In: *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 23 -27 de Setembro de 1999)*, vol. IV, 2000, Porto: ADECAP, p.161-182.
- VILAÇA, R. (2000b) – Notas soltas sobre o património arqueológico do Bronze Final da Beira Interior. In: FERREIRA, M. C. et al. eds. – *Beira Interior. História e Património. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior (1-3 de Outubro de 1998)*, Guarda, 2000, p. 31-50.
- VILAÇA, R. (2004a) – Metalurgia do Bronze Final no entre Douro e Tejo português: contextos de produção, uso e deposição. In: PEREA, A. (dir.) – *Actas del Congreso Ámbitos Tecnológicos, Ámbitos de Poder. A Transición Bronce Final - Hierro en la Península Ibérica*. Madrid, p. 1–12.

- VILAÇA, R. (2004b) – Ecos do Mediterrâneo no Monte de São Martinho (Castelo Branco): a propósito de um artefacto do Bronze Final. *Estudos de Castelo Branco*, nova série, 3, p. 3-16.
- VILAÇA, R. (2006a) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: Novos contributos e reavaliação dos dados. *Complutum*, vol. 17. p.81-101.
- VILAÇA, R. (2006b) – Depósitos de Bronze do Território Português: Um debate em aberto. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 24. p. 9-150.
- VILAÇA, R. (2007a) – Todos os caminhos vão dar ao ocidente: trocas e contactos no Bronze Final. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, p. 135–54.
- VILAÇA, R. (2007b) – A Cachouça (Idanha-a-Nova, Castelo Branco). Construção e organização de um caso singular de inícios do I milénio AC. In: JORGE, S.O. *et al.* Ed. – A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica, Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, *Promontoria Monográfica* 08, Faro: Universidade do Algarve, p. 67-75.
- VILAÇA, R. (2008) – Reflexões em torno da “presença mediterrânea” no centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In: CELESTINO PÉREZ, S.; RAFEL, N.; ARMADA, X.-L. eds. – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La Precolonización a debate*. Madrid: Escuela Española de Historia y Arqueología de Roma del CSIC, p. 371-400.
- VILAÇA, R. (2015) – As faces da morte. Do Bronze para o Ferro, entre o Norte e o Sul do território português. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 53, p. 83-105.
- VILAÇA, R.; CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos. *Al-Madan*, 13, IIª Série, p. 48-57.
- VILAÇA, R.; CUNHA-RIBEIRO, J. P. (coords.) (2008) – Das primeiras ocupações humanas à chegada dos Romanos à Beira Litoral. *Territórios da Pré-história em Portugal*, vol. 4, 23, Tomar: Arkeos, 186 p.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. (1999) – Práticas funerárias e cultuais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta. *Arqueologia*, 24, Porto, p. 73-99.
- VILAÇA, R.; SANTOS, A. T.; GOMES, S. M. (2011) – As estelas de Pedra da Atalaia (Celorico da Beira, Guarda) no seu contexto geo-arqueológico. In: *Actas das IV*

Jornadas Raianas “Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história. Sabugal, p. 293-318.

VILAÇA, R.; CRUZ, D. J.; SANTOS, A. T.; MARQUES, J. N. (2014b) – *Encenar a morte, ritualizar o espaço. O Monumento da Travessa da Lameira de Lobos (Castro Daire, Viseu, Portugal).* Póster. Colloque Madrid (13-14 Mars 2014).

VILAÇA, R.; JIMÉNEZ ÁVILA, J.; GALÁN DOMINGO, E. (2012) – El poblado de Los Concejiles (Lobón, Badajoz) en el contexto del Bronce Final del Guadiana Medio. In: JIMÉNEZ ÁVILA, J. ed. – Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final. *Anejos de Archivo Español de Arqueología LXII*, Madrid, p. 125-168.

VILAÇA, R.; SANTOS, A.; PORFÍRIO, E.; MARQUES, J.; CANAS, N. (1998) – Lugares e Caminhos no Mundo Pré-romano da Beira Interior. *Cadernos de Geografia*, vol.17, p. 35-42.

VILAÇA, R.; BOTTAINI, C.; CARVALHO, P. S.; PATERNOSTER, G. (2014a) - O punhal de São Martinho de Orgens (Viseu) no seu contexto local: o ser e o estar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 17, p. 127-140.